



MOSTRA DE EXTENSÃO

Edição 2022

Extensão: educação para a vida

Isamara Della Favera Allegretti

Graziela Hoerbe Andrighetti

Wesley Heleno de Oliveira



INSTITUTO PARA
INOVAÇÃO EM
EDUCAÇÃO



Extensão: educação para a vida

Edição 2022

Organizadores

Isamara Della Favera Allegretti
Graziela Hoerbe Andrighetti
Wesley Heleno de Oliveira

Prefácio

Guilherme Trez

Revisão linguística

Griffar Serviços Linguísticos

Projeto gráfico e diagramação

Agência Experimental de Comunicação (Agexcom) da Unisinos

E96 Extensão : educação para a vida [recurso eletrônico] / organizadores: Isamara Della Favera Allegretti, Graziela Hoerbe Andrighetti, Wesley Heleno de Oliveira. – São Leopoldo, RS : Agexcom UNISINOS, 2022. 1 recurso online.

ISBN 978-65-87983-19-6

1. Ensino superior – Estudo e ensino. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Extensão universitária. 4. Desenvolvimento social. 5. Epidemias. I. Título. II. Allegretti, Isamara Della Favera III. Andrighetti, Graziela Hoerbe. IV. Oliveira, Wesley Heleno de.

CDU 378

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

PREFÁCIO

A Mostra de Extensão da UNISINOS é uma atividade acadêmica destinada ao compartilhamento de reflexões e de atuações significativas no campo extensionista. A apresentação de trabalhos originados em atividades extensionistas permite à comunidade universitária evidenciar os significativos projetos desenvolvidos por professores e estudantes com diversos atores sociais.

A Mostra de Extensão é coordenada pela equipe do Espaço Colaborativo da UNISINOS, um grupo articulado a partir de 2018, com o objetivo de integrar e promover ações de extensão universitária fortalecendo-as como componente curricular dos cursos de graduação. Os projetos apresentados na mostra, e que compõem este *e-book*, representam a tangibilização de um conceito de sala de aula ampliado, um modelo de ensino e aprendizagem que integra teoria e prática, que faz a universidade se aproximar ainda mais da comunidade, viabilizando o diálogo e as trocas de conhecimentos.

Neste *e-book*, são apresentados quinze interessantes projetos de extensão, a maior parte deles conduzidos durante os anos de 2020 e 2021 e impactados diretamente pela necessidade de distanciamento social imposto pela Covid-19. Os artigos descrevem os cuidados e as restrições enfrentadas pelas equipes de estudantes e professores para a implementação dos projetos. Por outro lado, o contexto da pandemia foi também a oportunidade para desenvolvimento de iniciativas alternativas, por meios digitais, para a manutenção das interações que anteriormente ocorriam de forma presencial. Em termos institucionais, o *e-book* da Mostra de Extensão da UNISINOS contempla experiências realizadas em cinco instituições de ensino

superior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

São relatados três projetos inovadores realizados em escolas. No projeto *As Escolas e o Museu da Infância: Mediações Culturais em Tempos de Pandemia* é exposta a experiência do trabalho com memória e cultura da, para e sobre a infância, no qual foram envolvidas 23 escolas e 297 estudantes. O estudo *Ações Educativas de Extensão Promovidas pelo Projeto de Extensão APPGO: Desenvolvimento e Implementação de Softwares Educacionais da UNIJUÍ no Contexto da Pandemia de Covid-19* trabalhou com o tema da aprendizagem de matemática (*MathGo*) a partir de jogos digitais em 24 escolas, chegando a 258 estudantes. O terceiro projeto relacionado a escolas, o *Novo Observatório: Um Olhar sobre as Condições de Acessibilidade Espacial das Escolas Municipais*, propõe uma avaliação de rotas de acessibilidade que podem orientar o planejamento e estruturar demandas para investimentos do poder público para a promoção de espaços mais inclusivos.

Projetos que envolvem atividades com organizações são três neste *e-book*. Um desses relatos se refere ao *Contribuição da Extensão Universitária no Desenvolvimento Contínuo de uma Cooperativa de Reciclagem*. Nesse trabalho, estudantes e docente analisam o ganho em produtividade de uma cooperativa a partir de estudos de *layout* na operação dessa organização social. Outros dois projetos se referem à preparação para atuação em mercado internacional. *Extensão Industrial Exportadora: O Case do Programa de Qualificação para Exportação – Núcleo Operacional PEIEX Criciúma* é um estudo que visa preparar empresas para atuação no mercado internacional pelo Programa

de Qualificação para Exportação (PEIEX), alcançando 111 empresas. Também voltado à preparação para atuação no mercado internacional, o projeto *Qualificação para o Empreendedorismo Internacional em Empreendimentos Rurais de Vitivinicultores dos Vales da Uva Goethe – SC* oferece subsídios para o planejamento de vinícolas associado à indicação geográfica da região.

O terceiro conjunto de projetos se relaciona a atividades realizadas com grupos da sociedade: cidadãos de um município, público migrante, apenados, pessoas com alguma necessidade específica, entre outros. A iniciativa de extensão relatada no projeto *Uma Questão de Saúde Pública: Ações para Promover o Direito à Moradia Digna às Famílias Vulneráveis no Município de Lajeado/RS através da Extensão Universitária* trata da avaliação da qualidade de habitações de interesse social no município. Outro projeto que envolve cidadãos de um município é denominado *Calçada Cidadã: Acessibilidade Arquitetônica e Arte de Rua como Recurso de Inclusão*.

Voltados ao público de migrantes, foram estruturados os projetos *Competências Extensionistas e Formação Acadêmica Profissional no Projeto Multidisciplinar Integrar* e *CEDUCA DH: Oficinas de Criatividade via Ensino Remoto com Migrantes Durante o Período de Pandemia*, destinados à qualificação do público migrante. O PROGRAMA LER: *Leitura e Remição* é voltado à motivação à leitura entre apenados do Presídio Estadual de Taquara (PETAQ). A leitura também é tema da atividade de extensão voltada a professores chamada *Rede Ler – Espaço On-line de Formação de Professores Leitores Literários*, com foco no desenvolvimento de

professores, ampliação dos repertórios de leitura e cultural e o pensamento crítico.

Educação Fiscal e para o Consumo: Duas Faces de uma Mesma Moeda? é um projeto voltado à educação e o desenvolvimento da cidadania fiscal por meio da conscientização da sociedade com relação à importância dos tributos e de um consumo consciente. Ainda voltado ao tema de consumo, o projeto *Qualificação Técnica em Confeitaria e Panificação: Geração de Emprego e Renda para a População em Vulnerabilidade Social* objetiva o desenvolvimento de profissionais para atuação no segmento de panificação, resultando em melhoria de qualidade de vida e geração de renda para as famílias dos participantes. Por fim, o contexto imposto pela pandemia da Covid-19 precipitou a realização de atividades remotas em diversos campos de atuação. Nesse cenário, o projeto *Rastreo de Idosos para Tele Intervenções Psicológicas: Um Relato de Experiência* descreve como o atendimento remoto possibilitou o acompanhamento psicológico a idosos durante o período pandêmico.

Este *e-book* proporciona uma ampla visão referente a projetos de extensão, que estudantes e professores desenvolveram conjuntamente ao trabalharem na relação teoria e prática, voltados ao atendimento de problemas das comunidades com as quais as universidades se relacionam. Repensar a sala de aula em projetos extensionistas significa ampliar os espaços de ensino e aprendizagem de discentes e docentes, fomentar a prática reflexiva e oportunizar a diferentes atores sociais o contato com a academia. Boa leitura!

GUILHERME TREZ

Pró-Reitor Acadêmico e de Relações Internacionais – UNISINOS

APRESENTAÇÃO

Competências transversais tornam-se cada vez mais necessárias na atuação profissional contemporânea. Ao formar alunos com vistas à formação de profissionais cidadãos, a universidade está instada a fomentar o desenvolvimento dessas competências relacionadas à articulação de saberes entre áreas, à capacidade de compreensão ampliada de conhecimentos diferenciados, à interação e à cooperação entre segmentos da sociedade e entre culturas. Em espaços acadêmicos comprometidos com a formação ética de sujeitos e com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tais competências fortalecem olhares colaborativos para o desenvolvimento de propostas pedagógicas multidisciplinares, de saberes e fazeres diversos, propositivos, vinculados à resolução de problemas, à inovação e ao pensamento crítico e projetual, em diálogo com contextos e interlocutores específicos da sociedade.

Espaços acadêmicos comprometidos com um fazer educacional em extensão, a partir de uma posição situada e dialógica, ressignificam os processos de aprendizagem da realidade e de sua problematização, assim como ressignificam os caminhos investigativos para respostas a problemas e demandas sociais. Por conseguinte, também podem ressignificar entendimentos acerca do que vem a ser o conhecimento, de quem o constrói e de sua aplicabilidade para a esfera social. Esse encontro de conhecimentos específicos de diferentes áreas do saber, advindos da comunidade acadêmica e de comunidades e organizações externas a ela, constitui-se em um potente *locus* para o desenho de ações extensionistas e de atividades que potencializem a curricularização da extensão.

Nesse cenário, a Mostra de Extensão da UNISINOS (MEx) é um evento promovido pela universidade para oportunizar o compartilha-

mento de trabalhos extensionistas realizados por docentes, pesquisadores, estudantes e parceiros da sociedade. O evento busca promover um espaço potente de diálogos acerca da produção de conhecimentos construídos sobre ensino, pesquisa e extensão, provocando reflexão sobre a importância de estender a formação universitária à sociedade, evidenciando a responsabilidade formativa e social da universidade. Neste ano de 2022, em sua segunda edição, a MEx passou a contar também com a participação de outras Instituições Comunitárias de Ensino Superior, ampliando possibilidades de trocas sobre experiências extensionistas relacionadas a diversos eixos temáticos e a realidades distintas.

Tendo como tema norteador *Extensão: educação para a vida*, a MEx 2022 aborda o papel da extensão como um potente modo de aprendizagens significativas e essenciais para a construção da cidadania ao oportunizar, ao longo do percurso formativo do estudante, vivências e experiências que ressignificam as categorias tempo, espaço e formação para além dos muros da universidade no que diz respeito a comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Assim como na primeira edição da MEx em 2021, a edição de 2022 também conta com a publicação deste *e-book*, fato que representa mais um avanço no fortalecimento de uma política institucional para a extensão na UNISINOS ao oportunizar, através das pesquisas e práticas relatadas, análises e reflexões sobre possibilidades pedagógicas e avaliativas acerca da curricularização da extensão.

Este *e-book* é composto por 15 artigos, frutos de compartilhamentos acadêmico-científicos realizados na MEx Edição 2022, e encontra-se organizado nos eixos temáticos apontados na Resolução MEC de 7 de dezembro de 2018 que afirmam o compromisso social

das instituições de ensino superior: Educação e Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Saúde e Trabalho; Tecnologia e Produção.

No eixo Educação e Cultura, são relatadas experiências relacionadas a mediações culturais em museus para grupos escolares; a ações de caráter interdisciplinar que unem estudantes universitários de várias áreas do conhecimento para o ensino de português como língua de acolhimento a migrantes; ao trabalho com a literatura a partir de oficinas envolvendo graduandos e apenados em um projeto de remissão da pena pela leitura e ao envolvimento de graduandos e professores da rede básica em espaços de discussão de textos literários sobre temáticas do cotidiano social. Tais experiências reforçam o caráter essencial e indissociável da tríade ensino-pesquisa-extensão como forma de socializar e fortalecer canais para de interação com a arte, de fomentar um fazer sensível e situado de pensar aspectos culturais (de si e do outro), de desenvolver o pensamento crítico e construir conjuntamente soluções que corroboram para avançarmos em pautas humanitárias locais e globais.

No eixo Direitos Humanos e Justiça, os trabalhos abordam o direito fundamental à moradia e à acessibilidade a cidades como condição básica ao exercício da cidadania. As atividades extensionistas apresentadas, integrando ensino-pesquisa-extensão, esforçam-se em encontrar, juntamente com os atores sociais residentes e transeuntes nos espaços urbanos, alternativas criativas de melhoramento das edificações residenciais, acessos públicos e condições de mobilidade segura nos espaços públicos. Os trabalhos com direitos humanos incluem igualmente a integração de pessoas estrangeiras em situação de migração e refúgio forçado nas cidades de nosso país, que passam a ser o deles também, temporária ou permanentemente. Trabalhar

o direito da pessoa migrante e o ensino da nossa língua pátria como língua adicional assim como viabilizar o conhecimento da legislação nacional para garantir direitos aos estrangeiros refugiados no Brasil estão no foco das atividades extensionistas universitárias alinhadas à pauta mundial da migração forçada. Esse eixo retrata, ainda, a educação financeira no que tange a conscientização das regras de como atribuir impostos aos itens básicos a nossa subsistência, como alimentos e outros produtos necessários, objetivando sensibilizar e educar as pessoas para um consumo consciente.

Em Saúde e Trabalho, somos convidados a refletir sobre as oportunidades de inserções pela extensão mediadas pela tecnologia, fruto das novas experiências produzidas no contexto da pandemia. O uso da internet para mediar o contato na área da saúde se mostrou potente neste período e abre espaço para novas oportunidades de intervenções. Também a geração de trabalho e renda se revela como tema de primeira ordem, principalmente através da qualificação das populações vulneráveis e da busca de alternativas para financiamentos de empreendimentos populares.

Por fim, nos artigos que compõem o eixo Tecnologia e Produção, encontramos relatos que reverberam o compromisso das universidades com a potencialização e transformação de diferentes segmentos econômicos da sociedade. Isso implica em uma compreensão ampliada da extensão, que contempla o desenvolvimento de metodologias e programas de capacitação voltados à qualificação do setor produtivo e do debate nas universidades sobre outras lógicas econômicas possíveis.

As leituras propiciadas neste *e-book* nos inspiram a pensar caminhos pedagógicos e metodológicos para uma cultura formativa universitária permeada pela articulação entre saberes e pelo desenvolvimento de competên-

cias extensionistas e conhecimentos técnicos aplicados a demandas sociais específicas. Para formar pessoas e capacitar profissionais, a Educação Superior precisa propiciar oportunidades de integração entre competências e conhecimentos alimentados e sempre renovados por um processo de comunicação constante com pessoas e territórios externos ao âmbito universitário, a fim de responder a desafios e necessidades do mundo contemporâneo. Essa formação universitária, pautada na tríplice dimensão ensino-pesquisa-extensão, forma e capacita os alunos a uma compreensão sistê-

mica da sociedade, a se fazerem colaborativos às organizações e instituições sociais e a serem sensíveis e criativos para construir, junto com sujeitos e comunidades, externas soluções socioambientais sustentáveis e inovadoras. A Resolução MEC nº 07/2018 aponta essa direção, assim como os projetos e programas extensionistas apresentados nesta obra, que permitirão a seus leitores visualizarem a produção de conhecimento e tecnologias e o engajamento ético de docentes e alunos na construção de melhorias da condição de vida de pessoas e organizações.

EQUIPE* DO ESPAÇO COLABORATIVO DE FOMENTO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA UNISINOS

Aline Callegaro de Paula Bueno
Cristiane Maria Schnack
Isamara Della Favera Allegretti
Graziela Hoerbe Andrighetti
Wesley Heleno de Oliveira

(*) **ALINE CALLEGARO DE PAULA BUENO:** mestra em Design Estratégico pela UNISINOS. Especialização em Economia da Cultura pela UFRGS e MBA em Gestão Empresarial pela FGV-RS. Há 20 anos atua no desenvolvimento de projetos sociais, ambientais, culturais e criativos. É sócia-fundadora da Associação Cultural Vila Flores, em Porto Alegre, uma comunidade criativa que atua em rede e experimenta novas relações e práticas de trabalho e convívio, fomentando atividades culturais, educativas e de inovação social. Atualmente, é professora na Unisinos na área de desenvolvimento pessoal e profissional a partir de temas como a inovação social, responsabilidade socioambiental, formação cultural, processos colaborativos e pensamento projetual e criativo; alinebueno@unisinos.br. **CRISTIANE MARIA SCHNACK:** doutora em Linguística Aplicada. Professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Atua como Gerente de Desenvolvimento do Ensino da Graduação na mesma universidade, com ênfase em desenvolvimento e implementação de currículos e práticas pedagógicas inovadoras que estabelecem conexões práticas extensionistas. Também atua no desenvolvimento e implementação de currículos bilíngues e formação de professores; schnack@unisinos.br. **ISAMARA DELLA FAVERA ALLEGRETTI:** mestre em Ciências Sociais Aplicadas. Docente do Curso de Gestão de RH. Membro da equipe do Espaço Colaborativo de Fomento à Extensão Universitária Unisinos, atua no fomento ao desenvolvimento de programas e projetos de extensão, ações extensionistas vinculadas às disciplinas de graduação e formação de professores para práticas extensionistas; professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; isamara@unisinos.br. **GRAZIELA HOERBE ANDRIGHETTI:** doutora em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; membro da equipe do Espaço Colaborativo de Fomento à Extensão Universitária Unisinos; professora do curso de Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; grazielaandrighetti@unisinos.br. **WESLEY HELENO DE OLIVEIRA:** mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE); coordenador adjunto do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da Unisinos; membro da equipe do Espaço Colaborativo de Fomento à Extensão Universitária da Unisinos; professor na Escola de Humanidades na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; whosj@unisinos.br.

SUMÁRIO

PREFÁCIO..... 03

APRESENTAÇÃO 05

CAPÍTULO 1 12

**AS ESCOLAS E O MUSEU DA INFÂNCIA:
mediações culturais em tempos de pandemia**

Amalheine Baesso Reddig
Aline Delavechia Rodrigues

CAPÍTULO 2 16

**UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA: ações para promover o
direito à moradia digna às famílias vulneráveis no município
de Lajeado/RS através da extensão universitária**

Bárbara Delazeri
Jamile Maria da Silva Weizenmann
Guilherme Osterkamp
Raiza Betania Halmenschlager

CAPÍTULO 3 23

**AÇÕES EDUCATIVAS DE EXTENSÃO PROMOVIDAS PELO PROJETO DE
EXTENSÃO APPGO: desenvolvimento e implementação de softwares
educacionais da UNIJUÍ no contexto da pandemia de Covid-19**

Barbara Gündel
Edson Luiz Padoin
Fabiana Diniz Kurtz da Silva
Taíse Neves Possani

CAPÍTULO 4 26

Contribuição da extensão universitária no desenvolvimento contínuo de uma cooperativa de reciclagem

Eliandra Soares
Juliana Leist Lauffer
Rômulo Aurélio Heldt
Caroline Nazario Wiedenhoft

CAPÍTULO 5 31

CALÇADA CIDADÃ: acessibilidade arquitetônica e arte de rua como recurso de inclusão

Gisele Adriano Luciano
Rúbia Carminatti Peterson
Silemar Maria de Medeiros da Silva
Aline Eyng Savi

CAPÍTULO 6 39

Competências extensionistas e formação acadêmica profissional no projeto multidisciplinar Integrar

Graziela Andrighetti
Marina Kirsch Ohlweiler
Wesley Heleno de Oliveira
Ariadyne Molina

CAPÍTULO 7 46

Programa Ler: Leitura e Remição

Adila Beatriz Naud de Moura e Isaia
Andrea Ferrás Wolwacz
Eliana Inge Pritsch
Isabel Cristina Arendt
Márcia Lopes Duarte

CAPÍTULO 8 53

Extensão industrial exportadora: o case do Programa de Qualificação para Exportação – Núcleo Operacional PEIEX Criciúma

Júlio César Zilli
Janini Cunha de Borba
Fernando Locks Machado
Valdir Scarduelli Neto

CAPÍTULO 9 57

REDE LER: espaço on-line de formação de professores leitores literários

Josiane Laurindo de Moraes
Indiamara Costa Rodrigues
Cibele Beirith Figueiredo Freitas
Graziela Fátima Giacomazzo
Merisandra Côrtes de Mattos Garcia

CAPÍTULO 10 62

Qualificação para o empreendedorismo internacional em empreendimentos rurais de vitivinicultores dos Vales da Uva Goethe – SC

Júlio César Zilli
Mariana Vargas de Oliveira
Victor Hugo Bongioiolo
Janini Cunha de Borba
Adriana Carvalho Pinto Vieira

CAPÍTULO 11 69

EDUCAÇÃO FISCAL E PARA O CONSUMO: duas faces de uma mesma moeda?

Fabíola Guaragni
Kelwin Fernando Rodrigues
Leila Viviane Scherer Hammes
Marta Luisa Piccinini
Tatiele Gisch Kuntz

CAPÍTULO 12 74

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM CONFEITARIA E PANIFICAÇÃO: geração de emprego e renda para a população em vulnerabilidade social

Simone Weschenfelder
Paulo Eduardo Ferreira Machado
Rawlinson Rodrigues dos Santos
Stéfani Alana Zangalli Cassol
Daniel Vicente Bonho

CAPÍTULO 13 79

NOVO OBSERVATÓRIO: um olhar sobre as condições de acessibilidade espacial das escolas municipais

Tainara Calabrez
Angelo Eyng Savi
Gláucia Regina Marchesan
Elaine Guglielmi Pavei Antunes
Rubia Carminatti Peterson
Sara Medeiros dos Santos Pizzatto
Aline Eyng Savi

CAPÍTULO 14 85

RASTREIO DE IDOSOS PARA TELE INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS: um relato de experiência

Ana Clara Godinho Acauan
Samara Quoos da Rosa
Valentina Mayer Barbieri

CAPÍTULO 15 88

CEDUCA-DH: oficinas de criatividade via ensino remoto com migrantes durante o período de pandemia

Vítor Macedo
Laura Ribero Rueda

AS ESCOLAS E O MUSEU DA INFÂNCIA: mediações culturais em tempos de pandemia

AUTORES(*)

AMALHENE BAESSO REDDIG
ALINE DELAVECHIA RODRIGUES

RESUMO

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) aprovou o projeto *Plano Museológico Museu da Infância no Edital Prêmio Elisabete Anderle de Apoio à Cultura – Edição 2019*. Informamos, no projeto, que a contrapartida social seria a realização de 20 (vinte) mediações em escolas públicas da região. O Plano Museológico do Museu da Infância (MI) foi desenvolvido, inicialmente, no formato presencial e, após o Decreto Estadual N. 515 de 17 de março de 2015 e Decreto Municipal N. 390/2020, passou-se a realizar os trabalhos no formato on-line. Um dos programas do Museu da Infância é a realização de mediações culturais nos seus espaços expositivos. Com a suspensão das atividades presenciais em função dos problemas decorrentes da pandemia de Covid-19, as atividades internas e as visitas foram canceladas. Somente em 2021, quando os protocolos sanitários estavam definidos, com a concordância da Sala de Situação Covid da UNESC, conseguimos iniciar as visitas às escolas, previstas no projeto. Cumprindo todos os protocolos obrigatórios (máscara, *face shield*, distanciamento e álcool em gel), seguimos para o trabalho *in loco* nas escolas públicas previamente agendadas.

PALAVRAS-CHAVE

Museu da Infância; mediações culturais; pandemia; escola.

O Museu da Infância é vinculado à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e fica localizado em Criciúma, Santa Catarina. Foi criado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UNESC, em 2005. O projeto intitulado *Museu da Criança: Espaço de Educação, Linguagem e Memória* surgiu como uma proposta de projeto de extensão ligado à Linha de Pesquisa *Educação, Linguagem e Memória* e em interlocução com os cursos de Artes Visuais, Letras e Pedagogia. Com o passar dos anos, foram realizadas algumas mudanças, e uma delas foi o nome, que passou a ser Museu da Infância, em razão do seu público ser diversificado e não só o infantil. Atualmente, o MI é vinculado diretamente à Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias da Universidade. Tem por objetivo geral preservar, produzir e fazer circular a produção científica e artístico-cultural acerca da cultura para, sobre e da infância, de forma a contribuir na ampliação de repertório artístico-cultural de crianças e adultos.

Organizado em três frentes, a constituição do MI foi voltada à coleta, catalogação, digitalização e armazenamento de acervos, assim constituídos: 1) Memória e cultura da infância: expressões plásticas, tais como desenhos, pinturas; expressões escritas, tais como poesias, histórias, trabalhos escolares; expressões orais, tais como cantigas, falas, entrevistas, narrativas; brincadeiras da infância nos diferentes tempos-espacos; filmagens dos processos culturais da infância: crianças pintando, dançando, brincando, conversando etc.; 2) Memória e cultura para a infância: artefatos de teatro (fantoques, bonecos de vara) e brinquedos; de revistas,

(*) **AMALHENE BAESSO REDDIG:** coordenadora do Museu da Infância da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; mestra em Educação – UNESC; licenciada em Pedagogia – UNESC e Artes Visuais – UNIASSELVI; professora, pesquisadora, extensionista e gestora universitária com experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Permanente, atuando principalmente nos temas: educação, cultura, arte, museus e patrimônio cultural; coordenadora do Setor Arte e Cultura e do Programa de Extensão: Arte e patrimônio cultural da Universidade do Extremo sul Catarinense – UNESC; pesquisadora do Grupo de Pesquisa em História e Memória da Educação – GRUPEHME; pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Arte – GPA; produtora, gestora e co-criadora cultural com experiência em projetos nas Leis de Incentivo à Cultura (Municipal, Estadual e Federal); abr@unesc.net. **ALINE DELAVECHIA RODRIGUES:** assistente administrativa do Museu da Infância da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; acadêmica de Artes Visuais – licenciatura – e bacharela em Artes Visuais (2018) pela mesma instituição; realizou estágio na Sala Edi Balod – Espaço de Exposições e Laboratório de Artes Visuais, com realização das mediações da 1ª Mostra de Cinema, executado em outubro e novembro de 2017; participou do PIBID-Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência entre agosto de 2020 a junho de 2021; foi estagiária do Setor de Arte e Cultura – UNESC entre março e junho de 2021; participou como diretora do curta-metragem O Caso do túnel de Siderópolis, que foi selecionado, em 2021, no 5º Metrô – Festival de Cinema Universitário Brasileiro; foi mediadora cultural do Projeto Plano Museológico; Museu da Infância UNESC (contemplado pelo Edital Prêmio Elisabete Anderle 2019); aline_della@unesc.net.

literatura e material didático; de músicas e instrumentos; de filmes; mobiliário escolar; 3) Memória e cultura **sobre** a infância: textos literários de diversos gêneros, revistas e produções acadêmicas, músicas, filmes, fotografias e obras de arte em diferentes suportes, revistas e materiais didáticos para professores atuarem com crianças, sobre infância e cultura.

Desde sua criação, o Museu da Infância vem desenvolvendo projetos internos e externos. A equipe é composta por coordenação, estagiários, bolsistas de extensão e um assistente administrativo. Em 2019, aprovou o projeto *Plano Museológico Museu da Infância no Edital Prêmio Elisabete Anderle de Apoio à Cultura – Edição 2019*, que previa a contratação de um museólogo e, respectivamente, a elaboração do Plano Museológico, tendo como contrapartida social a realização de vinte (20) mediações culturais em escolas públicas da região. Em agosto de 2020, após a contratação da museóloga Valdirene Böger Dorigon, juntamente com os profissionais e voluntários do Museu, iniciamos a construção do Plano Museológico. Em decorrência da pandemia de Covid-19, foi necessário adiar as visitas presenciais nas escolas e solicitar prorrogação do prazo de realização do projeto, que previa o término no ano de 2020. Após a prorrogação do prazo ser concedida para 2021, quando os protocolos sanitários estavam um pouco mais flexíveis e com a concordância da Sala de Situação Covid da UNESCO, iniciamos as mediações.

Para que as mediações ocorressem de forma reflexível, as escolas puderam optar entre o modo remoto (on-line) ou presencial, uma vez que havia limite de

pessoas por sala de aula, conforme o espaço disponível, para evitar possíveis contaminações do vírus da Covid-19. Quando iniciamos os agendamentos, percebemos que as equipes gestoras, professores e alunos desejavam o modo presencial, pois estavam exaustos das telas. Além disso, algumas escolas não possuíam equipamentos e estrutura adequados para o acesso à internet, influenciando na escolha entre remoto e presencial.

Após o agendamento prévio, iniciamos as mediações e colocamos em prática essa iniciativa (figura 1), levando o Museu da Infância às escolas. Preparamos uma mala, dessas usadas para viagem, na qual levamos brinquedos e materiais existentes no acervo, confeccionados e pensados justamente para a realização das mediações, como: bilboquê, amarelinha, bolinha de gude, cinco marias, pé de lata entre outros.

Os estudantes nos receberam com entusiasmo e demonstraram curiosidade sobre essa mala, afinal, o que poderia haver ali dentro? Era esta a nossa proposta: aguçar a imaginação das crianças. Cada mediação foi única, os estudantes, muitas vezes, demonstravam interesse em diferentes brincadeiras, relacionavam com seu cotidiano, vivências e experiências afetivas de familiares e professores. Segundo Iphan (2012, p. 5):

Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos, e as obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, os fazeres, os falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia.

FIGURA 1

Mediação na Escola de Ensino Fundamental Dr. José de Patta, em Criciúma/SC



FONTE: Acervo do Museu da Infância

FIGURA 2

Mediação na Escola de Ensino Básico Municipal Miguel Lazzarim, Siderópolis/SC



FONTE: Acervo do Museu da Infância

FIGURA 3

Mediação na Escola de Ensino Básico Municipal Miguel Lazzarim, Siderópolis/SC



FONTE: Acervo do Museu da Infância

Além de rememorar as brincadeiras antigas e que ainda existem na contemporaneidade, esses encontros proporcionaram a valorização do Patrimônio Cultural, a importância da existência dos museus e das medidas socioeducativas.

As mediações realizadas de modo remoto (on-line) foram desafiadoras. Os equipamentos tecnológicos das escolas, na maioria das vezes, são precários ou insuficientes, e isso foi evidenciado durante a pandemia. Na sala administrativa do Museu (figura 2), realizamos mediações de forma remota, utilizando plataformas on-line.

A comunicação entre telas permitiu aos estudantes esse encontro, no qual conheceram peças do acervo,

suas histórias, como algumas brincadeiras antigas são realizadas, sempre buscando dialogar com a atualidade e suas brincadeiras, livros entre outros. Após o encontro, a professora gentilmente relatou o desenvolvimento de uma atividade (figura 3) baseada nessa troca de experiências e diálogos.

No final do projeto, constatamos que o interesse das escolas (professores e estudantes) por esse trabalho foi intenso, e por essa razão atendemos 23 (vinte e três) escolas. Em 21 (vinte e uma), a mediação foi presencial, e em apenas 02 (duas), a mediação ocorreu no formato on-line. Foram envolvidas, entre professores e alunos, um total de 297 (duzentos e noventa e sete)

pessoas diretamente e 1000 (um mil) indiretamente. Atingimos um total de 6 (seis) municípios, são eles: Criciúma, Forquilha, Nova Veneza, Turvo, Meleiro e Siderópolis, todos do Sul de Santa Catarina.

Realizar mediações para esses grupos escolares, em um período pandêmico, foi um desafio, mas também uma oportunidade para a equipe. Ao pensar em como socializar o Museu da Infância, estabelecemos canais para interagir com a comunidade, contribuindo com o processo de levar momentos de descontração para os estudantes.

REFERÊNCIAS

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, p. 1-39, mar. 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__para_saber_mais_web.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

REDDIG, Amalhe Baesso; RODRIGUES, Aline Delavechia. Museu Da Infância e o Núcleo Infâncias e Culturas Escolares: Acervos que Acionam Memórias. *In: X SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP – INDEPENDÊNCIA OU MORTE? MEMÓRIAS DO BRASIL (1822-2022)*, 10., 2021, Campinas. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas: Centro de Memória – Unicamp (CMU), 2021. 15 p. Disponível em: <https://www.xseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/25/encm2021/1641519962_ARQUIVO_e44457469382b-08ddbdecbb8e494cb25.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

UNESC. **Plano Museológico Museu da Infância 2021-2031**. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/resources/files/698/Plano_Museologico_Museu_Infancia_Unesc.pdf?12354>. Acesso: 20 julho. 2022.

UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA: ações para promover o direito à moradia digna às famílias vulneráveis no município de Lajeado/RS através da extensão universitária

AUTORES(*)

BÁRBARA DELAZERI
JAMILE MARIA DA SILVA WEIZENMANN
GUILHERME OSTERKAMP
RAIZA BETANIA HALMENSCHLAGER

RESUMO

A pandemia de Covid-19 afetou inúmeras famílias, principalmente aquelas que não têm condições de manter sua saúde protegida, decorrente da falta de infraestrutura e de instalações sanitárias adequadas em suas residências. A habitação é um tema de grande relevância e exige atenção e cuidado. É frequente que moradias sejam implantadas em áreas irregulares, em geral, muitas são ocupadas de maneira informal, trazendo à tona sérios problemas para a saúde e segurança da população que reside em tais condições. Muitas dessas residências são construídas pelos próprios moradores sem qualquer apoio técnico e profissional. Tal situação acaba por gerar grandes lacunas de desigualdade social, associadas principalmente à habitação e à escassez de recursos e de planejamento urbano, dificultando a garantia de direitos básicos à parcela da população que mais necessita. Para promover a transformação nas comunidades vulneráveis, o governo dispõe da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) com o propósito de ofertar melhorias nas moradias da população com maior vulnerabilidade. Em algumas cidades brasileiras, as iniciativas têm apresentado resultados positivos e significativos, apesar de contarem com a escassez de recursos e a falta de aplicabilidade pelo poder público. Embasado nesses dados, o projeto de extensão universitária *Habitar Bem* ob-

jetiva promover melhorias na qualidade de vida de famílias vulneráveis a partir da união de esforços entre o universo acadêmico e setores públicos municipais. Ao inserir o estudante nessa realidade, espera-se que ele possa reconhecer as necessidades da população, de modo que compartilhe seus conhecimentos técnicos adquiridos em sala de aula, podendo aplicar os temas abordados de forma prática. A partir dessas vivências, são desenvolvidas habilidades atitudinais importantes para a formação de profissionais mais participativos e engajados nas comunidades, reforçando a importância do papel social. As ações possibilitam aos estudantes reconhecer as necessidades dos moradores, proporcionando trocas de conhecimentos e, assim, estabelecer vínculos com a comunidade. A interação entre diferentes contextos sociais incentiva o empoderamento de moradores locais, conduz a uma melhora no bem-estar e otimiza os processos relacionados às condições das moradias no município de Lajeado no que se refere à gestão municipal. Avaliando os aspectos práticos dos métodos aplicados, o projeto organizou um banco de doação de materiais para auxiliar nas reformas, de maneira a promover ações de curto e médio prazo. A longo prazo, pretende-se compreender se as ações aplicadas e desenvolvidas conduzem a uma melhoria na qualidade de vida das famílias impactadas pelo projeto.

PALAVRAS-CHAVE

Famílias vulneráveis; moradia digna; melhorias habitacionais.

(*) **BÁRBARA DELAZERI:** acadêmica do curso de Arquitetura/Urbanismo e bolsista do Projeto de Extensão Habitar Bem da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES; barbara.delazeri@universo.univates.br. **RAIZA BETANIA HALMENSCHLAGER:** graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES; participou como bolsista do Projeto de Extensão Habitar Bem da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES; raiza.halmenschlager@universo.univates.br. **JAMILE MARIA DA SILVA WEIZENMANN:** docente coordenadora do SEMEIA – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo e do Projeto de Extensão Habitar Bem na Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES; doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; mestrada em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS; jamilaw@univates.br. **GUILHERME OSTERKAMP:** docente, colaborador do SEMEIA – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo e do Projeto de Extensão Habitar Bem na Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES; doutorando em Arquitetura pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura – PROP/AR/UFRGS; mestre em Arquitetura pelo PROP/AR/UFRGS; graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale; guilherme.osterkamp@univates.br.

Introdução

A habitação social e o direito à moradia digna são temas emergentes nas cidades. O contexto brasileiro na área da moradia de interesse social representa diversas questões merecedoras de análise, tais como a qualidade ambiental das residências, a descontinuidade e precariedade das políticas de habitação, a carência de planejamento urbano aplicado nos municípios e o próprio déficit habitacional do país. Tais questões aliam-se ao fato de que a aplicação das políticas de habitação ocorre na escala municipal e envolve diferentes atores, poderes e interesses e pode promover a transformação territorial, além de melhoria na qualidade de vida da população.

Nesse contexto, o êxodo rural no século XX acarretou no crescimento desenfreado da urbanização nas cidades brasileiras. O Brasil é um dos países que mais cresceu, uma vez que, em 50 anos, passou do meio rural para a cidade, sendo que oitenta e dois por cento da população mora em centros urbanos. Devido à carência de políticas públicas adequadas, esse acontecimento acabou por sobrecarregar o sistema urbano, trazendo à tona uma série de problemas associados à moradia e infraestrutura urbana.

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) dispõe sobre a proteção do direito à moradia, seguida por questões fundamentais como educação, saúde e alimentação. No Brasil, é expressivo o número de moradias que são implantadas em áreas irregulares, e, em sua maioria, ocupações informais ou áreas de risco. As condições das casas, que são, por vezes, construídas pela própria família sem amparo técnico e profissional, trazendo à tona sérios problemas à saúde e segurança dessa população, são críticas. Esses fatos revelam problemas que demandam atenção. Sendo assim, compete ao poder público estabelecer políticas para a Habitação de Interesse Social. De modo geral, ao avaliar o impacto do modo de habitar, observam-se problemas de saúde e de bem-estar decorrentes da inadequação da moradia.

A fim de promover a transformação nas comunidades vulneráveis, o governo brasileiro dispõe da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) com o propósito de ofertar melhorias em suas moradias e impactar na qualidade de vida da população com maior vulnerabilidade. Em algumas cidades brasileiras, as iniciativas relacionadas às ações e serviços têm apresentado resultados positivos e significativos, apesar de contarem com poucos recursos e a falta de implementação por parte do poder público.

Ao refletir sobre essa problemática, nota-se que é papel da universidade acompanhar as transformações sociais e as questões que impactam no planejamento e gestão das cidades. Profissionais de Arquitetura e Urbanismo, em interface com profissionais do Direito, da Saúde e da Engenharia Civil, são imprescindíveis para pensar em soluções e políticas públicas que possam mudar o quadro atual da qualidade da

habitação de interesse social e toda sua relação com a infraestrutura urbana necessária a uma condição digna de vida.

Fundamentação teórica

A luta pela reforma urbana no Brasil iniciou a partir da década de 1960 (BONDUKI, 2014). Esse princípio ocorreu em um período no qual a sociedade defendia progresso e transformações, reivindicando reformas estruturais no que se refere ao direito de acesso à cidade para todos. Tal movimento envolvia diversos setores da sociedade, tais como estudantes e profissionais de formação técnica. No entanto, ainda na década de 1960, houve uma mudança importante de rumo no país, marcada na área do direito à moradia pela implantação do Banco Nacional de Habitação – o BNH, uma das primeiras ações do regime militar recém-instalado em 1964 (SANVITTO, 2010). Os anos 1980 foram marcados pelo processo de redemocratização no país, sendo um período de mudanças no qual diversos profissionais, principalmente da área de Arquitetura e Urbanismo, organizaram-se em entidades que buscavam promover apoio e suporte técnico para projetos de habitação de interesse social. A interação dessas entidades possibilitou o diálogo entre a população vulnerável e o poder público, incentivando a criação e realização de programas e projetos habitacionais em formato de mutirão, sendo gerenciados pelas Associações de Moradores e os Movimentos Sociais de Moradia.

A aprovação de duas leis foi uma importante conquista dessas entidades, nos anos 2000, que procuravam a promoção de cidades brasileiras mais justas e iguais a toda população. A Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) foi responsável por regulamentar os instrumentos de política urbana, e a Lei Federal 11.888/2008 (Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita) foi responsável por assegurar a assistência técnica pública e gratuita às famílias de baixa renda para projetos, construção, reformas e ampliação de habitações de interesse social, confirmando a integralidade do direito social à moradia para todos brasileiros que se encontram nesta situação. Apesar de todas as conquistas legislativas frente a esse tema, não há garantias à população de baixa renda de que as políticas públicas sejam executadas sistematicamente no país.

Portanto, ainda que haja o movimento constante para se consolidar o direito e o acesso à assistência técnica gratuita na prática, é predominante o número de famílias que vivem em condições inadequadas de moradia, e o seu crescimento acelerado acentua-se a cada ano. Assim, destaca-se que a proteção do direito à moradia está disposta claramente na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), seguida por questões fundamentais, como a educação, a saúde, a alimentação, o lazer, a segurança e a assistência aos desamparados.

Segundo dados revisados no ano de 2019 pela Fundação João Pinheiro, o Brasil possui um *déficit* habitacional de 5,8 milhões de moradias. O estudo apresenta uma tendência alarmante de crescimento que resulta em consequências que impactam diretamente a parcela da população que mais necessita desse auxílio. Importante apontar ainda a existência de um grande distanciamento entre os profissionais de Arquitetura e Urbanismo e a parcela da população que mais necessita desse apoio técnico, fato reconhecido no meio acadêmico, que busca abordar tal tema junto aos projetos e programas de extensão universitária.

Diagnosticando o problema

A fim de relacionar as necessidades habitacionais do município à extensão universitária, nasce o projeto *Habitar Bem*. O objetivo principal do projeto é promover a melhoria na qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social, a partir da união de esforços entre os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Engenharia Civil da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. O projeto tem como propósito expandir a compreensão do papel social dos futuros profissionais dessas áreas, proporcionando uma relação de diálogo entre os estudantes e a comunidade regional, permitindo, dessa forma,

a construção de novos saberes frente à temática de habitação de interesse social e a transformação da comunidade. Dessa forma, ao estudar e investigar os fatores principais que interferem na qualidade de vida dessa parcela da população, é possível perpassar pelos desafios que se referem ao direito à moradia digna das comunidades vulneráveis, contribuindo para a formação profissional e social do acadêmico.

Por meio de convênios com setores públicos municipais, o projeto dialoga com as atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e da Secretaria do Planejamento, Urbanismo e Mobilidade (SEPLAN) do município de Lajeado. As ações são planejadas e organizadas em dois eixos de atuação. No eixo nomeado *Melhoria Habitacional*, são realizadas abordagens em famílias cadastradas no sistema da SMDS, a qual direciona os casos de acordo com a prioridade. Assim, os estudantes acompanham as equipes de assistência social em visitas a essas comunidades, estabelecendo o primeiro contato com as famílias (figura 1).

Durante as visitas, são realizadas conversas para que os estudantes possam entender as principais dificuldades e anseios desses moradores, associando, assim, os principais aspectos da residência. Durante as visitas são realizadas medições, reconhecendo o local e relacionando ao seu entorno, a fim de entender se a área possui equipamentos urbanos adequados

FIGURA 1
Visitas *in loco*




FONTE: Equipe do Projeto *Habitar Bem* (2021)

e se esses funcionam de acordo com a necessidade. Para o registro dos dados coletados ao longo das visitas, é aplicada uma ficha de avaliação. Essa ficha foi desenvolvida pelos integrantes do projeto por meio de estudos e pesquisas, com o propósito de diagnosticar os principais problemas encontrados nas residências durante as visitas. A ficha (figura

2) contém quatro processos de análise, tais como o estado de habitabilidade, saneamento básico, segurança e manifestações patológicas na qual a edificação se encontra. A partir do preenchimento das fichas, cria-se um plano de necessidades e ação para prosseguir com o andamento do projeto de forma sistemática e objetiva.

FIGURA 2

Ficha de avaliação para o diagnóstico das residências durante as visitas

 <p style="text-align: center;">PROJETO HABITAR BEM CENTRO DE VINCULAÇÃO - CCTEC ÁREA DE CONHECIMENTO DO CNPQ - CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS E CIÊNCIAS HUMANAS</p>			
FICHA DE AVALIAÇÃO			
1 - CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO			
Tipo:			
Endereço:			
Município:			
Família atendida:			
2 - HABITABILIDADE			
VENTILAÇÃO		ILUMINAÇÃO	
NATURAL	ARTIFICIAL	NATURAL	ARTIFICIAL
Observações:			
3 - SANEAMENTO			
ESGOTO / RESÍDUOS SÓLIDOS	INCIDÊNCIA DE UMIDADE	INCIDÊNCIA DE INSETOS	OUTROS
Observações:			
4 - SEGURANÇA			
ESTRUTURAL	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	RISCO DE INCÊNDIO	OUTROS
Observações:			
6 - ANOTAÇÕES / CROQUIS			
7 - AVALIAÇÃO			
AVALIADOR:		CONCLUSÃO:	
Observações:			
LEGENDA			
1 - ALTO RISCO	2 - POSSUI RISCO	3 - NÃO ADEQUADO	4 - ADEQUADO

FONTE: Documento produzido pela equipe do Projeto *Habitar Bem* (2021)

Outro eixo de atuação é o Auxílio à Regularização Fundiária que inicia a partir das demandas repassadas pelo Serviço de Assistência Jurídica Universitária (SAJUR) vinculado ao curso de Direito da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. O SAJUR é responsável por filtrar e identificar as pessoas que não possuem recursos financeiros próprios para contratar o serviço de um profissional com responsabilidade técnica para realizar a regularização da sua propriedade ou imóvel. Após a seleção, o SAJUR aciona o Projeto *Habitar Bem* para organizar as ações referentes à regularização fundiária ou usucapião. Para dar sequência aos trabalhos, os voluntários e professores envolvidos nas ações programam as visitas técnicas até o local (figura 3). Os envolvidos acompanham o processo da ação, iniciando na verificação e validação das medições realizadas em campo, seguindo a produção dos memoriais, mapas, tabelas e desenhos técnicos exigidos pela legislação municipal para a aprovação dos projetos.

Ainda, o projeto registra atividades realizadas em conjunto com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS) e a Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Alto Taquari (SEAVAT). As ações foram realizadas através da iniciativa do CAU/RS pelo programa *Nenhuma Casa Sem Banheiro*, o qual teve por objetivo beneficiar cerca de onze mil famílias gaúchas classificadas como de baixa renda, a fim de

proporcionar projetos de melhorias habitacionais.

O município de Lajeado foi contemplado com o programa, e o Conselho contratou três profissionais da área de Arquitetura para realizar o projeto e reforma de nove banheiros, levando em conta que as condições das moradias estão diretamente relacionadas à saúde e bem-estar dos moradores. O Projeto de Extensão *Habitar Bem* esteve envolvido nas visitas, medições e apresentação dos projetos (figuras 4 e 5).

Além disso, o projeto organizou um banco de doação de materiais para contribuir nas reformas, ampliando a possibilidade de auxiliar as famílias selecionadas (figuras 6 e 7). Os materiais foram doados por empresas da região, a fim de incentivar e apoiar iniciativas público-privado, com o objetivo de proporcionar melhores condições para as famílias que não possuem recursos financeiros próprios para a aquisição dos materiais.

O programa *Nenhuma Casa Sem Banheiro* viabiliza a promoção de melhorias sanitárias nas residências de famílias em situação de vulnerabilidade social da região, proporcionando assistência técnica gratuita aos beneficiados. A extensão universitária apresenta o papel fundamental na promoção de relacionar o diálogo entre o meio universitário e a comunidade local, possibilitando a integração com os setores públicos e profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo, promovendo a compreensão e discussões sobre a temática de habitação digna no município.

FIGURA 3

Processo de regularização e ampliação de residência



FONTE: Equipe do Projeto *Habitar Bem* (2020)

FIGURA 4
Medições dos banheiros



FONTE: Equipe do Projeto *Habitar Bem* (2020)

FIGURA 5
Apresentação dos projetos



FONTE: Equipe do Projeto *Habitar Bem* (2021)

FIGURA 6
Banco de materiais doados



FONTE: Equipe do Projeto *Habitar Bem* (2021)

FIGURA 7
Banco de materiais doados



FONTE: Equipe do Projeto *Habitar Bem* (2021)

Discussões promovidas

Ao inserir o estudante nesta realidade, tem-se possibilitado o reconhecimento das necessidades da população, de modo a compartilhar seus conhecimentos técnicos adquiridos na sala de aula, podendo aplicar os temas abordados de forma prática, além de ter a oportunidade de estabelecer vínculo com a comunidade. A partir dessas vivências, são desenvolvidas habilidades atitudinais importantes para a formação de profissionais mais participativos e engajados nas comunidades vulneráveis, reforçando a importância do papel social do profissional. Além disso, como impacto mais significativo à comunidade, o projeto organizou um banco de doações de materiais para auxiliar nas construções e reformas.

Considerações finais

Avaliando os aspectos práticos dos métodos aplicados, o projeto, ao proporcionar, aos estudantes, a interação e aproximação com a comunidade e o contato com diversos contextos sociais, incentiva o diálogo e possibilita, assim, o estabelecimento de um vínculo com essa comunidade. Esse contato permite que os estudantes desenvolvam percepções de questões importantes ligadas à temática de habitação e saúde residencial. O desenvolvimento das ações extensionistas potencializam a otimização dos processos relacionados às condições de habitabilidade das residências no município de Lajeado, intensificando a importância desse tema para a gestão municipal. O compartilhamento de conhecimentos e vivências incentiva o empoderamento dos moradores locais, e, a longo prazo, pretende-se compreender se as ações desenvolvidas conduzem a uma melhoria no bem-estar das famílias impactadas pelo projeto.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e poder, da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**: Cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: Unesp, 2014. 1 v.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº64, de 04 de fevereiro de 2010**. Dispõe sobre direitos e garantias fundamentais e dos direitos sociais. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre assegurar às famílias de baixa renda assistência pública gratuita e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em 19 de julho de 2022.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade; para compreender...** - Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

AÇÕES EDUCATIVAS DE EXTENSÃO PROMOVIDAS PELO PROJETO DE EXTENSÃO APPGO: desenvolvimento e implementação de softwares educacionais da UNIJUÍ no contexto da pandemia de Covid-19

AUTORES(*)

BARBARA GÜNDEL
EDSON LUIZ PADOIN
FABIANA DINIZ KURTZ DA SILVA
TAÍSE NEVES POSSANI

RESUMO

As tecnologias têm se tornado meios de interação, comunicação e informação, permeando a vida e a cultura humana. Isso ficou mais evidente quando, globalmente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) passaram a exercer um papel extremamente significativo no campo social, cultural e, especialmente, educacional, em função da pandemia causada pela Covid-19. Mesmo que as tecnologias já estivessem presentes no âmbito educacional, o impacto da pandemia explicitou a necessidade urgente de metodologias adequadas ao contexto vigente, uma vez que o ensino e a aprendizagem deixaram de ocorrer nos espaços físicos tradicionais e passaram para uma efetiva e significativa interação on-line. Neste relato, apresentamos resultados do *Projeto de Extensão AppGO – Desenvolvimento e Implementação de Softwares Educacionais* da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) que promoveu, no ano de 2021, duas ações extensionistas denominadas de *Desafio MathGo*, de forma on-line. Os desafios tinham como propósito envolver a comunidade regional no âmbito da Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio), das redes pública e privada, em atividades ligadas à área de

Matemática, por meio do uso do aplicativo *MathGo*. Com a execução do projeto, viabiliza-se o contato e a experiência dos participantes com ferramentas que ampliam sua compreensão e suas atitudes em relação às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e suas possibilidades educacionais, tanto em interações síncronas, quanto em processos pedagógicos assíncronos. Os resultados evidenciam o papel dos jogos digitais educacionais, como no projeto *AppGo*, que possibilitam oportunidades de aprendizagem e contribuem em áreas importantes do processo educacional, motivação e cognição, podendo ser significativamente adotados como instâncias de complementação de estudos e *feedback* de conhecimentos construídos em sala de aula, seja física ou virtual.

PALAVRAS-CHAVE

Tecnologia; educação; jogos educacionais; *MathGo*; TDIC.

Introdução

A declaração de emergência de saúde pública de importância internacional, publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 30 de janeiro de 2020, deu-se devido ao fato do alastramento do vírus causador da enfermidade

(*) **BARBARA GÜNDEL:** professora do curso de Design e Extensionista da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.; doutoranda em Educação nas Ciências; mestrada em Gestão de Organizações e Desenvolvimento; graduada em Administração; pós-graduada em Marketing e Comunicação; graduada em Design – habilitação Design Gráfico; barbara.gundel@unijui.edu.br. **EDSON LUIZ PADOIN:** professor na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ e coordenador dos cursos de Ciência da Computação, Engenharia de Software e Matemática; vice-coordenador da Comissão Regional de Alto Desempenho da Região Sul (CRAD/RS); bacharel em Informática pela UNIJUÍ; mestre em Engenharia de Produção com ênfase em Tecnologia da Informação pela UFSM; doutor em Ciência da Computação pela UFRGS com PhD internship na Université Grenoble Alpes, França; pós-doutor pelo laboratório de processamento paralelo e distribuído da UFRGS; padoin@unijui.edu.br. **FABIANA DINIZ KURTZ DA SILVA:** professora do curso de Letras e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências-PPGEC da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; doutora em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ com doutorado sanduíche/bolsa Capes na Universidade de Lisboa no Programa de doutorado em TIC na Educação; mestrada em Letras e graduada em Letras - Português e Inglês pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; fabiana.k@unijui.edu.br. **TAÍSE NEVES POSSANI:** professora do curso de Letras e coordenadora dos cursos de licenciatura em Letras, Pedagogia e História da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; mestrada em História da Literatura e graduada em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG; taise.possani@unijui.edu.br.

denominada Covid-19 (vírus SARS-Cov2). Dentre as medidas utilizadas para conter o avanço da pandemia, a quarentena e o distanciamento social foram adotados. De acordo com dados da Unesco (2020), a pandemia de coronavírus interrompeu as atividades presenciais de 91% dos estudantes no mundo.

Além de fechamento de fronteiras e o funcionamento de apenas comércio e serviços essenciais, outra medida adotada foi o fechamento das escolas e universidades para evitar aglomerações. Embora as circunstâncias fossem caóticas e incomuns, a educação não parou e seguiu em curso, em função do papel das escolas na formação de crianças e jovens. Assim, novas metodologias foram adotadas para que não houvesse a total paralisação da educação em meio à pandemia. Dessa forma,

Professores precisaram adequar seus conteúdos e metodologias ao novo formato de ensino on-line, pois ainda que haja diversos desafios para o acesso às aulas remotas, essas atividades on-line são de extrema importância para diminuir os prejuízos causados pela suspensão das aulas presenciais [...]. Assim, as tecnologias digitais se tornaram meios de interação, comunicação e informação, ofertando novas possibilidades de convívio, uma nova performance do professor além de criar novos espaços e alterar as concepções metodológicas de ensino de educadores e estudantes até então utilizadas em sala de aula (SANTOS *et al.*, 2021, p. 60762-60763).

O Projeto *AppGo* – Desenvolvimento e Implementação de Software Educacional, em execução na UNI-

JUÍ, propõe a construção de atividades pedagógicas através do uso de softwares educacionais e considera o professor como participante ativo na produção dos respectivos materiais didáticos e pedagógicos, de acordo com suas necessidades em sala de aula. Neste relato, apresentamos as ações realizadas pelo projeto de extensão frente ao contexto pandêmico, enfrentado a partir de março de 2020, e, dentre as ações, estão duas edições do evento *Desafio MathGo*.

Metodologia

A partir dessa nova realidade, o Projeto de Extensão *AppGo* realizou, durante o período pandêmico, o evento *Desafio MathGo* de forma totalmente remota (on-line), em duas edições no decorrer do ano de 2021. O *Desafio MathGo* teve como propósito principal envolver a comunidade regional no âmbito da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio), das redes pública e privada, em atividades ligadas à área de Matemática, por meio do uso do aplicativo *MathGo* ([disponível em www.mathgo.com.br](http://www.mathgo.com.br)).

Resultados e discussões

A primeira edição do desafio foi realizada no período de 1 a 30 de abril de 2021, voltada a alunos da região de abrangência da Secretaria Municipal de Educação de Ijuí e 36ª Coordenadoria Regional de Educação.

FIGURA 1

Logotipo desenvolvido para o desafio



FONTE: Elaborado por professores extensionistas e aluna bolsista do projeto (2021)

O estudante inscrito deveria responder questões de Matemática no aplicativo *MathGo*. Com o prazo de trinta dias para a participação, as pontuações foram somadas a cada resposta correta, sendo que as questões classificadas em nível difícil somavam pontuação maior do que as do nível médio e fácil.

A segunda edição ocorreu durante a *Semana Nacional de Ciência e Tecnologia* (SNCT), no projeto *Ciência para Todos*, ano 2, UNIJUÍ, um evento em nível regional que contou com apoio do CNPQ. Nessa segunda edição, os alunos tiveram uma semana para acumular pontos, seguindo as mesmas diretrizes do primeiro desafio, porém com um período de tempo reduzido. A figura 1 apresenta o logotipo desenvolvido para o desafio, vinculado às redes sociais e premiação.

A ideia da realização dos desafios, diferentemente da competição ocorrida em 2018, era de que os alunos pudessem participar individualmente, ou seja, sem a necessidade de equipes, devido ao cenário pandêmico. Também houve o intuito de incentivar os estudantes, mesmo distante da escola, a testarem seus conhecimentos e darem continuidade a seus estudos por meio do Software Educacional.

A primeira edição do *Desafio MathGo* contou com a participação de 258 estudantes de 24 escolas de Ijuí e região, que responderam a questões de Matemática a partir de um banco de 1527 questões. No dia 10 de maio, foram divulgados os vencedores, os quais foram premiados com troféu, assim como as três escolas com a maior pontuação agregada e o estudante com maior pontuação. Esse desafio teve o apoio e financiamento do programa *Pet Sicredi*, o que possibilitou que o primeiro colocado tivesse como premiação, além do troféu, um tablet.

Em meio à pandemia, a segunda edição do desafio, ocorrida entre os dias 5 a 9 de julho de 2021, durante o evento *Ciência para Todos*, ano 2, contou com a participação de 85 alunos de 12 escolas de abrangência da 36^a e 17^a CREs. A divulgação dos vencedores ocorreu no dia 9 de julho, último dia da competição. Todos os participantes receberam medalhas, os três primeiros colocados, troféu, medalha e um prêmio exclusivo UNIJUÍ, uma mochila personalizada. A entrega dos prêmios da segunda edição do desafio foi realizada no final do ano de 2021. Ainda é importante frisar que, levando em consideração os protocolos de saúde e buscando incentivar o aluno a estudar, os desafios aconteceram de forma totalmente on-line.

Considerações finais

A experiência proposta, realizada em meio à pandemia, evidenciou o esforço e engajamento de professores e estudantes quanto às habilidades para o século 21, que colocam o papel do professor em destaque pelo fato de ser o protagonista de um cenário social que

associa o processo pedagógico à fluência tecnológica. Verificamos, ao longo dos anos em que o projeto tem sido realizado, que esse viabiliza o contato e a experiência dos estudantes com ferramentas que os auxiliam a ampliar sua compreensão e suas atitudes em relação às TDIC e suas possibilidades educacionais, principalmente em um cenário de fechamento de escolas, distanciamento social e aulas on-line.

O desenvolvimento de um *software* educacional exige conhecimentos inerentes a profissionais de programação, *design*, teorias de aprendizagem, além dos conhecimentos da área específica. Em meio a isso, jogos digitais educacionais, como propostos no projeto *AppGo*, possibilitam significativas oportunidades de aprendizagem e contribuem em duas áreas importantes que envolvem o aprendizado, a motivação e a cognição, além de serem usados como reforços e *feedback* de conhecimento adquirido em sala de aula.

A partir do reconhecimento de que os chamados “nativos digitais” são indivíduos que não se sentem atraídos pelas formas tradicionais de ensino, jovens motivados por abordagens desafiadoras, instigantes, baseadas em problemas reais e em “recompensas”, como prevê o processo pedagógico aliado à gamificação (*game-based learning*), destacamos a dupla dimensão que tem sido qualificada ao longo da execução do projeto – conceitualmente e metodologicamente. Jogos digitais educacionais são uma forma de aproximar os alunos a experiências diferenciadas de ensino, tornando sua aprendizagem mais agradável, atraente, eficiente e – acima de tudo – significativa pedagogicamente.

Resultados verificados até o momento sinalizam a potencialidade de projetos cuja natureza articulem conhecimentos específicos (seja de cunho educacional, em âmbito da formação docente) ao aprofundamento de elementos ligados à contribuição efetiva das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), tanto na formação acadêmica e profissional dos estudantes envolvidos, quanto na qualificação da parceria entre universidade e escola, especialmente no cenário pandêmico.

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, M.C., *et al.* Educação e Covid-19: os impactos da pandemia no ensino-aprendizagem Education and covid-19: the impacts of pandemic on teaching-learning. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 60760-60779, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD>. Acesso em: 10 ago. 2021.

UNESCO. **Impacto da Covid-19 na Educação**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Contribuição da extensão universitária no desenvolvimento contínuo de uma cooperativa de reciclagem

AUTORES(*)

ELIANDRA SOARES
JULIANA LEIST LAUFFER
RÔMULO AURÉLIO HELDT
CAROLINE NAZARIO WIEDENHOFT

RESUMO

A extensão universitária tem como propósito conectar a universidade com a comunidade, a partir de impactos positivos decorrentes do conhecimento gerado para os beneficiados. Mas esse impacto não é percebido somente durante as atividades de extensão, ele acaba gerando resultados positivos ao longo do tempo, dependendo da apropriação e do envolvimento dos participantes. Nesse contexto, o projeto integrado *Gestão e Empreendedorismo para o Desenvolvimento Local*, da Universidade Feevale, tem como um dos objetivos a qualificação de seus beneficiados para que usufruam dos conhecimentos ao longo de sua trajetória. Dentre as atividades do projeto, um eixo principal está no apoio a cooperativas de reciclagem situadas na região do Vale do Rio dos Sinos. Diante disso, o objetivo deste trabalho é o de relatar a experiência vivenciada em atividades de extensão realizadas na Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos (UNIVALE), situada no município de Novo Hamburgo/RS. Para isso, foram relatadas ações de melhoria realizadas na referida cooperativa, cujo propósito foi o de buscar a excelência da operação e da continuidade, pelos próprios cooperados, dos processos de melhorias implementados. Os principais resultados indicam que um ganho de 72% de produtividade foi percebido após o redesenho do *layout* de fabricação, associado ao replanejamento das atividades de triagem do material recolhido na coleta seletiva. Decorridos 2 anos da mudança de *layout*, foi dado seguimento aos conhecimentos obtidos. Os cooperados deram continuidade, de forma independente, aos processos. Nessa fase, foram realizadas melhorias relacionadas ao processo fabril, outras ligadas à segurança, organização e limpeza da cooperativa. Além disso, a cooperativa buscou alternativas para o incremento de renda e implementou melhorias não ligadas diretamente

ao processo produtivo, tais como sala de estudos, biblioteca e sala de informática. Pode-se dizer que se consolidou uma visão de gestão integrada do negócio, decorrente do envolvimento nas oficinas e atividades propostas pelo projeto ao longo da sua atuação.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão universitária; cooperativas de reciclagem; desenvolvimento contínuo.

Introdução

O tripé ensino, pesquisa e extensão são os constituintes de uma universidade, e cabe à última a responsabilidade de aprofundar o papel da instituição com a transformação social. Portanto, mediar a produção e a transmissão de conhecimento a partir da correção das desigualdades no acesso e na apropriação social do conhecimento, das ciências e das tecnologias, contribui para a democratização da universidade e dos saberes que nela são produzidos (DE PAULA, 2013; PIRES DA SILVA, 2020).

O conceito de extensão universitária foi expresso no Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras como sendo “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage” (FORPROEX, 2012, p. 15). Trata-se de uma via de mão dupla, que não estende, apenas, à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade, pois aqueles que participam das ações desenvolvidas também oferecem à universidade os saberes construídos a partir de suas vivências, e dessa interação surge a produção de um conhecimento novo, capaz de contribuir na superação das desigualdades e

(*) **ELIANDRA SOARES:** acadêmica de Nutrição e bolsista de iniciação científica na Universidade Feevale – FEEVALE; elianandra1987@gmail.com. **JULIANA LEIST LAUFFER:** acadêmica de Nutrição e Gestão Financeira e bolsista de extensão na Universidade Feevale – FEEVALE; julianaleistlauffer@gmail.com. **RÔMULO AURÉLIO HELDT:** acadêmico de Nutrição e voluntário de extensão na Universidade Feevale – FEEVALE; romulo_heldt@hotmail.com. **CAROLINE NAZARIO WIEDENHOFT:** acadêmica de Nutrição na Universidade Feevale – FEEVALE; carolwiedenhoft@gmail.com. **RICARDO GAZZANA SCHNEIDER:** professor da Universidade Feevale – FEEVALE; mestre em Engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; tem experiência na área de Engenharia de Produção, com ênfase em 6 Sigma, Planejamento, Projeto e Controle de Sistemas de Produção; atua no mercado como consultor desde 2002 nas áreas de 6 Sigma e Qualidade e Desenvolvimento de produtos e processos; ricardogschneider@feevale.br.

exclusão social (FORPROEX, 2012).

Nesse contexto, a extensão universitária caminha não só para atender às demandas externas, mas para contribuir na produção de novos conhecimentos e na qualificação de alunos e professores (COELHO, 2015). Diante disso, pode-se dizer que a extensão tem como propósito conectar a universidade com a comunidade, a partir de impactos positivos decorrentes do conhecimento mútuo gerado. Entretanto, esse impacto não é percebido somente durante as atividades de extensão. Ele segue gerando resultados positivos ao longo do tempo, dependendo da apropriação e do envolvimento no decorrer do processo.

Em vista disso, o objetivo deste trabalho é o de relatar a experiência vivenciada em atividades de extensão realizadas na Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos (UNIVALE), situada no município de Novo Hamburgo/RS. Para isso, foram consideradas as atividades de melhoria realizadas na referida cooperativa, beneficiada de 2017 até 2020 pelo projeto de extensão *Gestão em Empreendimentos Solidários* e, desde 2021, pelo projeto integrado *Gestão e Empreendedorismo para o Desenvolvimento Local*, da Universidade Feevale. Dentre as diversas atividades realizadas pelo projeto, o propósito considerado para fins desta pesquisa foi o de buscar a excelência da operação da cooperativa e da continuidade dos processos de melhorias realizadas, com participação ativa dos próprios cooperados.

Cooperativas de reciclagem surgem como uma alternativa a melhores condições de trabalho e renda, possibilitando aos catadores a saída das ruas ou lixões, por meio de um trabalho organizado que contribui para o resgate da sua cidadania (ESTEVEZ, 2015). Porém, esses empreendimentos, em sua maioria, apresentam limitações ao se tratar de eficiência do trabalho e distribuição de renda, situação normalmente vinculada à baixa escolaridade e falta de qualificação identificada entre os cooperados (BAPTISTA, 2013).

Nesse contexto, a inserção da extensão universitária junto a essas organizações traz à luz a possibilidade da realização de medidas transformadoras, capazes de mudar a realidade social desses indivíduos, com vistas à continuidade do trabalho desenvolvido de forma emancipada pelos próprios cooperados, a partir de decisões conscientes e independentes. A seguir, são descritos os materiais e métodos utilizados e também os resultados obtidos com a inserção aqui descrita.

Materiais e métodos

O projeto integrado *Gestão e Empreendedorismo para o Desenvolvimento Local*, da Universidade Feevale, tem como objetivo desenvolver competências relacionadas ao empreendedorismo, à gestão e à produção, visando colaborar para a formação humana, técnica e tecnológica. Sua atuação se relaciona a trabalhadores que integram associações ou cooperativas de diferentes naturezas, trabalhadores desempregados e empreendedores na área de alimentos. As atividades extensionistas são realizadas por meio de cursos,

oficinas e atendimentos individuais, a depender das demandas reconhecidas pelos integrantes do projeto ou solicitadas pelos beneficiados.

Na cooperativa UNIVALE, foco deste relato, inicialmente, foi realizado um diagnóstico que permitiu conhecer o ambiente e o processo de trabalho, assim como as demandas mais urgentes. As visitas periódicas (*in loco*), realizadas a partir do ano de 2017, possibilitaram a elaboração do diagnóstico, que se deu por meio da observação não assistemática, que segundo Prodanov e Freitas (2013 p. 104), “trata-se da técnica da observação não estruturada, também denominada espontânea, informal, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas”. Além disso, foram realizadas conversas individuais com os coordenadores e também com o grupo de cooperados.

Inicialmente, as visitas à cooperativa ocorriam semanalmente nos dias de atuação do projeto (terças-feiras ou quartas-feiras) a partir de uma combinação prévia com os cooperados. A partir dos encontros, eram estabelecidas demandas específicas, e, com isso, as visitas eram realizadas de acordo com o planejamento e execução das atividades que seriam realizadas. A demanda mais urgente observada durante as visitas estava relacionada à operação, mais especificamente, ao *layout* da cooperativa.

A partir disso, foi elaborado o projeto de melhoria do *layout* realizado com um docente da área de Engenharia de Produção integrante do projeto. Do desenho do projeto até a mudança efetiva, se passaram 2 anos (2018 e 2019). O tempo se deve principalmente à necessidade de investimento necessário. A cooperativa, por iniciativa do seu coordenador, captou recursos via ANCAT (Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis). Com isso, foi possível comprar os materiais e também uma empilhadeira. Ressalta-se que o projeto de extensão não participou desse processo de captação de maneira direta.

Em 2022, no retorno às atividades presenciais (pós isolamento decorrente da pandemia), os docentes e discentes do projeto realizaram novas visitas à cooperativa. Com isso, foi possível identificar a continuidade das melhorias realizadas pelos próprios cooperados, de forma independente, conforme será relatado na seção de resultados.

Resultados

A cooperativa UNIVALE iniciou suas atividades no município de Novo Hamburgo/RS, em 2016. O espaço onde foi instalada a sua estrutura física foi cedido pela prefeitura da cidade, tratava-se de um prédio que abrigava uma quadra de futebol em desuso. Como a estrutura não foi construída e planejada para a instalação da cooperativa, as operações relacionadas à triagem dos materiais foram determinadas da maneira possível pelos cooperados e, naturalmente, o improvisado foi a solução encontrada para iniciar o trabalho.

As primeiras constatações evidenciadas durante as visitas do projeto à cooperativa foram relacionadas à forma desorganizada que o trabalho era realizado. A esteira de triagem se encontrava atravessada no meio do prédio, e os materiais recebidos da coleta seletiva acabavam se misturando aos materiais já triados, em vista do prédio ter uma única porta de acesso. Desse modo, os materiais de recebimento e de venda entravam e saíam pelo mesmo lugar. Os cooperados estavam atuando em meio aos resíduos, levantando material apenas com a sua força física, sem o uso de equipamentos de apoio, o que os deixava extremamente vulneráveis a riscos de saúde física e mental, diante da falta de dignidade para exercer a profissão. Outra questão trazida pelos cooperados era a necessidade de aumentar a renda, porém, havia pouca proatividade por parte desses na busca de soluções.

Diante dessas demandas, o projeto buscou auxiliá-los utilizando conceitos de uma gestão de operação adequada, a partir de um processo produtivo seriado. Desse modo, surgiu a ideia de organizar o *layout* para aumentar a produtividade de forma organizada, montando um fluxo ordenado e planejando condições ergonômicas e de operações. A construção de um mezanino foi a proposta central para a reestruturação do *layout*, tendo em vista o espaço disponível. A partir da implementação das melhorias propostas, os cooperados teriam a possibilidade de aumentar a produtividade, o que iria refletir no aumento de renda, além de ganhar mais segurança nas operações. A figura 1 ilustra como era realizado o trabalho antes da intervenção do projeto.

Na figura 2, pode-se ver a construção de um mezanino como parte do redesenho do processo de fabricação. Essa foi a solução diante do pouco espaço disponível

para a organização dos processos de trabalho na cooperativa.

A execução da atividade de melhoria trouxe, de imediato, grandes ganhos de produtividade (e de renda, consequentemente). Um ganho de 72% de produtividade foi percebido após o redesenho do *layout* de fabricação, associado ao replanejamento das atividades de triagem do material recolhido na coleta seletiva. A figura 3 apresenta o mezanino finalizado, o qual teve fundamental importância no ganho de produtividade, pois permitiu a divisão da triagem em especialidades. Nele, foi instalada a esteira de triagem e separação de resíduos, com espaço para até 8 cooperados atuarem simultaneamente na rotina de separação de material.

O resíduo coletado agora é elevado até a esteira, separado pela equipe e posicionado diretamente nas prensas, situadas no andar térreo na planta, com auxílio da diferença de altura entre a esteira de triagem e o bocal de abastecimento das prensas. Como segmento ao redesenho de *layout*, a parte térrea também foi ajustada, com a criação de um fluxo de processos em linha, otimizando a manufatura do material e minimizando o transporte interno.

Decorridos 2 anos da mudança de *layout* proposta e implementada na cooperativa, foi dado seguimento aos conhecimentos obtidos, com a continuidade, de forma independente, dos processos de melhoria. Assim, os cooperados exerceram sua autonomia, com atuação ativa do seu coordenador. As instalações atuais mostram que já houve mais melhorias em comparação com a situação inicial implementada, criando, além de ações diretamente ligadas ao processo fabril, outras ligadas à segurança, organização e limpeza da cooperativa. Foram instalados portões com controle de acesso, renovação

FIGURA 1

Visão do galpão de triagem antes da implantação do novo modelo de *layout*



FONTE: Acervo próprio

FIGURA 2

Visão da construção de um mezanino como parte do redesenho do processo de fabricação



FONTE: Acervo próprio

FIGURA 3

Visão do mezanino pronto com processo de triagem instalado



FONTE: Acervo próprio

da pintura das unidades, criando áreas de circulação de pessoal, de empilhadeira, área de produto pronto, de produto recebido (matéria prima) e área de produto não conforme (rejeito).

Além dessas melhorias, a cooperativa buscou alternativas para implementação de renda com o recebimento e tratamento de resíduos eletrônicos, de

toners de impressoras, de isopor recolhido, garrafas de vidro sendo destinadas inteiras, e não em retalhos (o que resultou em agregação de valor de venda), e embalagens retornáveis de café expresso (parceria com indústria de cápsulas para a logística reversa). Também foram implementadas melhorias não ligadas diretamente ao processo produtivo, tais como sala de

estudos, biblioteca e sala de informática, para oferecer mais condições de conforto para o desenvolvimento dos cooperados.

Considerações finais

Participar da extensão universitária permite aos acadêmicos vivenciar de forma mais abrangente o ambiente universitário. Além de oportunizar a possibilidade de colocar em prática a teoria aprendida em sala de aula, a extensão contribui para a construção de novos saberes, a partir da troca de conhecimento entre professores, alunos e beneficiados.

As atividades extensionistas tornam o aprendizado mais gratificante, principalmente, ao proporcionarem aos estudantes a possibilidade de contribuir com a transformação social de uma pessoa ou de uma comunidade. Assim como foi observado na cooperativa UNIVALE, onde a apropriação do conhecimento decorrente do envolvimento dos cooperados nas oficinas e atividades propostas pelo projeto, ao longo da sua atuação, foi capaz de consolidar uma visão de gestão integrada do negócio.

Desse modo, a atividade relatada evidenciou a extensão universitária como agente transformador, pois suas ações não ficaram restritas ao assistencialismo, devido à apropriação dos envolvidos nas atividades, foi possível contribuir de forma significativa na geração de conhecimento, possibilitando que os beneficiados fossem capazes de manter e dar continuidade aos projetos iniciados, a partir de suas próprias decisões. Ou seja, pode-se dizer que a extensão cumpriu seu objetivo quando se trata de desenvolvimento de competências e promoção de autonomia.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Vinícius Ferreira. As Cooperativas de Catadores e o Lixo: fragmentos de um desamparo estrutural. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 3, n. 2, p. 307-344, 2013. DOI: 10.11606/issn.2237-1095.v3p307-344. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/98578>. Acesso em: 18 ago. 2022.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2015. DOI: 10.14393/REE-v13n22014_art01. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DA SILVA, Ione Gomes *et al.* A dimensão da autonomia nas práticas de extensão em educação popular. **Linhas Críticas**, v. 26, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1935/193567257005/193567257005.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DE PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ESTEVES, Rafael Alves. A indústria do resíduo: perfil das cooperativas de reciclagem e dos catadores de resíduos no estado do Rio de Janeiro. **Revista Monografias Ambientais**, p. 86-99, 2015. DOI: 10.5902/2236130817913. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/17913>. Acesso em: 18 ago. 2022.

DA SILVA, Wagner Pires. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção. *Revista Extensão & Sociedade*, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensoesociedade/article/view/22491>. Acesso em: 29 ago. 2022.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

CALÇADA CIDADÃ: acessibilidade arquitetônica e arte de rua como recurso de inclusão

AUTORES(*)

GISELE ADRIANO LUCIANO
RÚBIA CARMINATTI PETERSON
SILEMAR MARIA DE MEDEIROS DA SILVA
ALINE EYNG SAVI

RESUMO

O espaço urbano é formado por áreas edificadas e espaços livres, entre elas as calçadas públicas como segmentos das vias reservadas ao fluxo de pedestres, sinalização de trânsito e implantação de mobiliário e vegetação. Acrescenta-se o caráter simbólico como lugar público e de encontro. Nas cidades, especialmente em curtas distâncias, o meio de deslocamento mais comum é a caminhada, sobretudo, nas calçadas. Em função disso, é necessário garantir segurança e acesso, sem barreiras sociais, físicas e informativas das calçadas, promovendo uma apropriação plena desses espaços. Ao analisar dados demográficos brasileiros, observa-se que há 25% da população com deficiência. Muitas dessas pessoas encontram-se excluídas socialmente. Com base nesse cenário, surge o projeto de extensão *Calçada Cidadã*, edital interno IES ano 2021-2023. O recorte do trabalho é um fragmento importante da cidade de Criciúma (sul de Santa Catarina), com a expressiva presença de idosos e o terceiro pior IDH municipal. Tais características populacionais e a condição de carência socioeconômica justificam o objetivo deste projeto: discutir as condições de mobilidade urbana com foco na acessibilidade espacial nas calçadas. A metodologia conta com a análise e classificação do grau de acessibilidade das calçadas e, posteriormente, a confecção de material técnico para a implantação de calçadas acessíveis (cartilha digital). Concomitantemente, traz ações de arte urbana para discutir a acessibilidade espacial e sua importância para a inclusão e para a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão universitária; acessibilidade arquitetônica; caminhabilidade; calçadas; inclusão social.

Introdução

Os espaços livres no meio urbano são um conjunto de espaços não edificados, descobertos, inseridos na malha urbana de porte significativo no tecido da cidade (TÂNGARI; SILVA, 2010) e, como tal, são formados por áreas edificadas e espaços livres. Um dos exemplos são as calçadas, que correspondem a segmentos das vias reservadas ao fluxo de pedestres, ao suporte na sinalização de trânsito e, quando possível, à implantação de mobiliário e vegetação. Acrescenta-se a elas o caráter simbólico como um lugar do domínio público e de encontro.

Ainda que a qualidade das calçadas seja, muitas vezes, um assunto secundário no planejamento das cidades, a sua importância é inegável. Quando comparadas ao funcionamento do corpo humano, as calçadas se mostram mais relevantes ainda, uma vez que se assemelham às veias, como se pulsassem a vida pela cidade de forma democrática e sem restrições de uso. Nesse sentido, considera-se a caminhabilidade como um dos pilares para uma mobilidade sustentável (DÖRR-ZAPF *et al.*, 2019). Andar a pé é o modo mais antigo de locomoção e a forma mais igualitária e saudável.

Abordar essas questões faz parte dos desafios do projeto de extensão *Calçada Cidadã*, edital interno da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

(*) **GISELE ADRIANO LUCIANO:** graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; atua como discente bolsista em projetos de pesquisa e extensão da mesma universidade desde 2018; giseleadrianoluciano@unesc.net. **RÚBIA CARMINATTI PETERSON:** professora e pesquisadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC desde 2014/01; mestra em Arquitetura e Urbanismo (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PósARQ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); possui MBA em Gestão Empresarial (2003) pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), graduação em Tecnologia em Cerâmica (2000) e em Arquitetura e Urbanismo (2011) pela mesma instituição; rcarminatti@unesc.net. **SILEMAR MARIA DE MEDEIROS DA SILVA:** professora aposentada pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina e professora horista da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC desde 2001; conselheira Fiscal da Associação de Arte Educadores de Santa Catarina – AAESC; membro do Grupo de Pesquisa em Arte e Conselheira da Cultura na atual gestão do município de Criciúma/SC.; representante docente na Câmara de Ensino de Graduação da UNESC; atua no NDE do curso de Artes Visuais UNESC desde 2010; profsila@yahoo.com.br. **ALINE EYNG SAVI:** doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; desde 2009, é professora em tempo integral no Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Extremo Sul Catarinense (CAU/UNESC) e coordenadora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo (gestão 2020-2023); coordenadora do Observatório de Tecnologia Assistiva, projeto Cnpq; alineesavi@unesc.net.

com vigência entre os anos de 2021 e 2023, o qual tem por objetivo geral discutir as condições de mobilidade urbana com foco na acessibilidade espacial nas calçadas. Entende-se que para a apropriação plena da calçada, é necessária a garantia de segurança e acesso a todos, sem barreiras sociais (atitudinais), físicas ou informativas. Para tanto, entende-se que garantir calçadas seguras e acessíveis seja uma questão de cidadania e democratização para que todas as pessoas possam se locomover com segurança e para que o pedestre seja efetivamente colocado como prioridade no espaço urbano como indicam legislações nacionais, entre elas, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O tema considera os dados demográficos do Brasil, onde quase 25% da população possui algum tipo de deficiência e desses 6,7% com deficiência considerada severa. Essas pessoas encontram-se em um grau de exclusão social que reflete na sua quase ausente ou invisível vida pública.

Justifica-se a necessidade de trabalhar o espaço público – as calçadas – por meio de recurso de inclusão, no sentido de sua singela importância na malha urbana e no cotidiano social. A adequação espacial das calçadas, permitindo acessibilidade a todos, é fator determinante para que, em uma escala micro, haja deslocamento com autonomia e segurança e, em uma escala macro, haja a promoção da inclusão social.

Referencial teórico

A caminhabilidade, tema tangencial neste projeto extensionista, foi primeiramente mencionada em um trabalho por Bradshaw, em 1993, que o fez com intuito de elaborar um índice que servisse como parâmetro de cálculo dos impostos sobre propriedades, relacionando a intensidade do uso do modo peatonal com o grau de necessidade de infraestrutura veicular (FERREIRA, 2019). Devido às variáveis envolvidas na composição de tal indicador, desde então, outros autores versam sobre a medição da caminhabilidade e suas conexões com o ambiente e a mobilidade. O termo é utilizado para medir a qualidade dos espaços urbanos para a circulação de pessoas (PARK, 2008; NANYA, 2016; ITDP, 2018; PIRES; MAGAGNIN, 2018), prezando pela segurança e conforto do pedestre (KRAMBECK, 2006; TAL; HANDY, 2012; PRADO; MAGAGNIN, 2016). A qualidade da caminhabilidade garante ao indivíduo a acessibilidade aos destinos desejados (GHIDINI, 2011).

O transporte, com suas infraestruturas e serviços, fornece acesso que, junto ao uso do solo, promove as condições de acessibilidade. Isso impõe uma impedância para a realização das viagens, cuja superação depende das características físicas e socioeconômicas das pessoas, determinando a sua mobilidade. Ou seja, a mobilidade resulta da interação entre as características individuais e as condições de acessibilidade, que dependem da integração entre transportes e uso do solo (PEDRO; DA SILVA; PORTUGAL, 2017). Entende-se, assim, que é necessário apresentar o modo como são compreendidos alguns conceitos relativos à mobili-

dade, e, por essa razão, a breve revisão de literatura busca explanar acerca do estado da arte conforme as definições adotadas sobre transporte, acessibilidade urbana e arquitetônica, uso do solo e mobilidade. O intuito subsequente foi auxiliar na justificativa à análise crítica dos resultados.

Transporte pode ser compreendido como equipamento, infraestrutura e serviço com propósito de realizar viagens e deslocamentos da população ou mercadorias (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015) por meio de diferentes modais veiculares ou não (KNEIB; PORTUGAL, 2017), levando em conta a eficiência operacional e a viabilidade econômica (MAGALHÃES, 2010; PEDRO *et al.*, 2017).

No conceito de acessibilidade urbana, destaca-se a acessibilidade associada à facilidade com que indivíduos podem alcançar atividades ou oportunidades em certo local do território urbano partindo de determinada origem (LEVINSON, 2012; LITMAN, 2015; PIRES, 2018) através dos meios de transporte disponíveis dependentes da integração com o uso do solo. A acessibilidade arquitetônica é definida como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, [...] em serviços e instalações abertos ao público, [...] de uso coletivo, [...] por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida” (NBR 9050, 2020, p. 2).

O uso do solo compreende as características do espaço urbano construído, incluindo as funções urbanas (KNEIB; PORTUGAL, 2017), densidade, diversidade, desenho urbano, disponibilidade de transporte público e destinos acessíveis (CERVERO *et al.*, 2009). A mobilidade se refere a todo deslocamento realizado dentro de uma cidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015; FORMIGONI *et al.*, 2022). Essas movimentações (ou viagens) podem ser relacionadas a pessoas ou bens (PEREIRA *et al.*, 2019; LIMA; FOTNGALLAND, 2022), e sua viabilidade depende dos meios de transporte para superar as dificuldades impostas pela acessibilidade.

Caracterização do recorte de trabalho

O recorte do trabalho é um fragmento importante da cidade de Criciúma, localizada no sul do estado de Santa Catarina. O município é caracterizado como sendo a principal cidade da região metropolitana carbonífera. A área selecionada possui uma população de mais de 17 mil habitantes (sendo 8% da população municipal). Nessa parcela da população, considerando as proporções médias do censo 2010 para o município, é possível afirmar que há cerca de 4.250 moradores com deficiência e, desses, cerca de 300 pessoas com deficiências severas. Se a proporção for para idosos, são 9,4% do total estimado de moradores. Consideram-se os idosos nesse projeto porque, a partir dos 60 anos, as incapacidades começam a aparecer e a aumentar, exigindo o planejamento e a efetivação de políticas públicas direcionadas à mobilidade e à acessibilidade de pessoas idosas (VEGI *et al.*, 2019; DINIZ, 2017).

Registra-se, ainda, o recorte como tendo o terceiro pior IDH municipal. Tais características populacionais e a condição de carência socioeconômica justificam o objetivo geral do projeto de extensão, visto que o baixo IDHM não é determinante para a condição de exclusão, mas resulta em condições de urbanidade mais comprometidas, as quais, entre outros, refletem na qualidade das calçadas e na pouca (ou nenhuma) inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no dia a dia das cidades. É preciso destacar que a responsabilidade pela execução e manutenção das calçadas é do proprietário do lote urbano, e, por essa razão, em bairros com menores IDHM, essas condições geralmente são mais precarizadas.

Para compreender o recorte, é necessária uma visão holística de seu entorno e dos seus aspectos políticos e sociais. A área escolhida para a aplicação do projeto está localizada no oeste do município de Criciúma, em contato direto com algumas das vias estruturadoras, facilitando o escoamento dos transportes públicos e privados. Essas vias conectam a conurbação dada pela malha do município de Criciúma com as cidades adjacentes. O recorte encontra-se territorialmente próximo aos polos comerciais do bairro São Luís ao leste e ao centro comercial do distrito do Rio Maina ao norte. Além da proximidade com esses centros, possui equipamentos de uso coletivo que trazem importância regional para a área de estudo, como o presídio regional de Criciúma, faculdades, escola de ensino médio e profissionalizante, universidade, além do parque municipal Prefeito Altair Guidi.

Abrangendo oito bairros – Boa Vista, Jardim Angélica, Milanese, Paraíso, Santa Augusta, Tereza Cristina, Pinheirinho e Universitário (figura 1) –, o recorte possui ligação com boa parte da cidade e com os municípios

vizinhos dada a via arterial (avenida Centenário), que facilita a mobilidade dos automóveis. A priorização do automóvel, como em muitas cidades do Brasil, se faz presente também no município de Criciúma. O fluxo de pedestres, em boa parte do recorte, é prejudicado. Durante as análises, foram observados vários problemas, entre eles a obstrução da faixa livre ou ainda a inclinação transversal maior que o recomendado (3%), carência ou má sinalização, faixas livres inexistentes ou mal dimensionadas (figura 2).

Metodologia

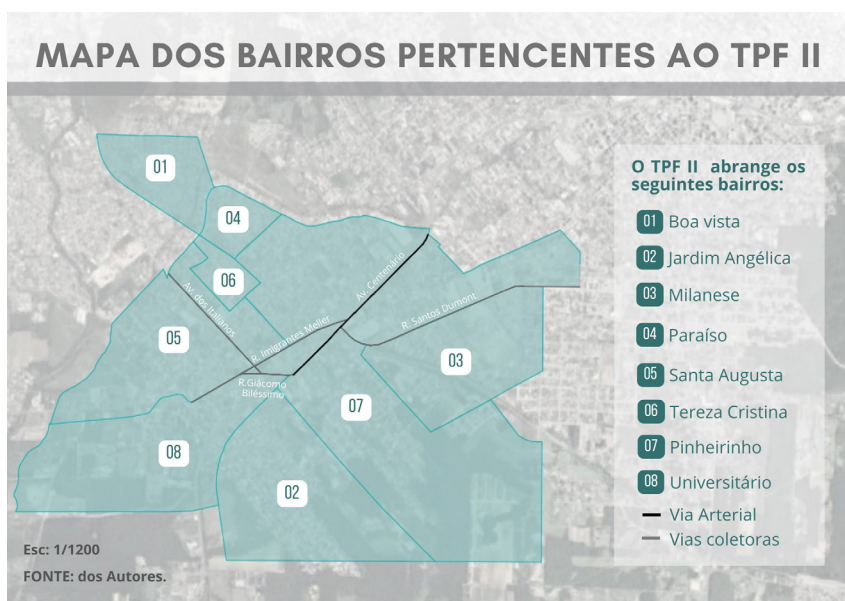
Inicialmente, ainda mediados por tecnologia devido a pandemia de Covid-19, utilizou-se da pesquisa bibliográfica como base para uma roda de conversas entre discentes e docentes. O objetivo dessa etapa foi o melhor entendimento do tema central, a acessibilidade arquitetônica nas calçadas, bem como adjacentes que corroboram para as análises do recorte e, posteriormente, para a confecção da cartilha (figura 3).

Após, ocorreu uma oficina de trabalho com foco na sensibilização do tema aplicado ao cenário real, que consistiu na delimitação de um trajeto específico no recorte, no qual as discentes teriam que atuar no papel de três personagens: uma criança de cinco anos, uma adolescente sem problemas de mobilidade e uma idosa.

O objetivo dessa atividade, nomeada de *Oficina empatia*, era de levantar os pontos em comum entre as personagens, encontrando as maiores dificuldades, e iniciar, de forma qualitativa, a medição do grau de acessibilidade arquitetônica e do conforto ambiental no trajeto, a fim de tentar visualizar como esses personagens se sentiriam ao transitar pela cidade.

FIGURA 1

Mapa ilustrativo com os bairros estudados



FONTE: Autores

FIGURA 2

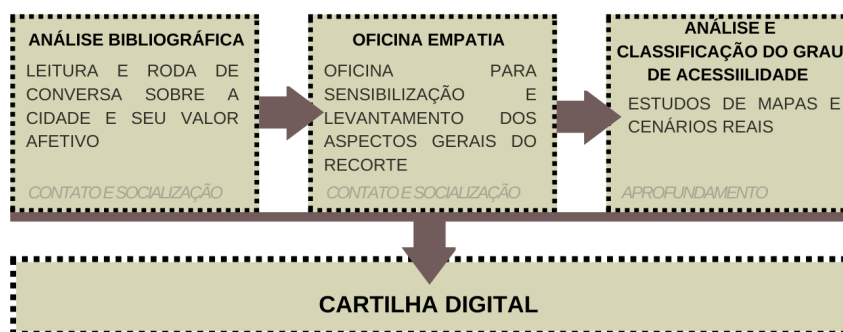
Imagem ilustrativa inexistência de qualidade no passeio (Rua João Meler)



FONTE: Google Maps, modificada pelos autores

FIGURA 3

Fluxograma das etapas metodológicas do projeto



FONTE: Autores

A fim de sistematizar as dificuldades encontradas, foi confeccionada uma ficha de avaliação das calçadas, que foi pensada tanto para o uso das discentes em futuras visitas à campo, quanto para os próprios moradores do recorte – ou de fora dele – poderem analisar os pontos que necessitam de melhorias, bem como os pontos positivos. Essa ficha foi pensada para abranger o maior número de pessoas, ou seja, seu linguajar e forma de aplicação são simples e intuitivos (link de acesso: https://drive.google.com/file/d/1KUeerGKkY61XGMJaAT_hvIKQIOj6u5MQ/view?usp=sharing).

Conjuntamente à ficha, foram separadas três ruas – uma via arterial, uma via coletora e uma via local – advindas do trajeto da *Oficina empatia*, bem como da avaliação urbana de suas importâncias na malha urbana do recorte de estudo (figura 4).

Com as vias identificadas, houve uma primeira análise, que indicou mudanças e adequações necessárias, a partir da ficha previamente elaborada. Os discentes trabalharam nesse levantamento em conjunto com

os professores, e, a partir dele, confeccionaram um material com as intervenções propostas, criando um “antes e depois” dessas vias (figura 5).

Em conjunto às fases supracitadas, foram realizadas oficinas que trabalharam através dessas intervenções e mesclaram a técnica e o lúdico, envolvendo as artes visuais no exercício com fotografia, desenho, colagem digitalizada e tentativas de lambes a partir da captação de imagens, buscando reflexões sobre as possibilidades da arte urbana como uma manifestação artística desenvolvida no espaço público. Os resultados preliminares gerados reforçam a reflexão de que a arte urbana se apresenta como propositora na sensibilização para o olhar inclusivo, o que se relaciona com a seguinte perspectiva:

A função social da arte fica nítida à medida que ela transforma e nos traz o conhecimento do mundo, não um conhecimento abstrato, mas afetivo e real [...] A criação artística é a necessidade humana de perceber e

FIGURA 4

Imagem das ruas escolhidas no recorte para análise



FONTE: Google Maps, modificada pelos autores

FIGURA 5

Exemplo apresentado na cartilha digital do “antes e depois”



FONTE: Autores

entender a representação da realidade humano-social, de expressar e objetivar significados e valores coletivos. [...] por meio da arte o sujeito torna-se consciente de sua existência social como fruto de diferentes práticas e relações sociais, e em determinado momento histórico (LUGÃO, 2009, p. 29-30).

O objetivo dessa atividade, por sua vez, serve para o apuramento da capacidade de compreensão dos principais problemas encontrados em cada uma das tipologias de vias (baixo, médio e alto fluxo), além de estimular o olhar inclusivo e como se dão as diferentes soluções (técnicas, artísticas e lúdicas) para cada caso.

A partir da metodologia empregada, por meio da qual se analisou e classificou o grau de acessibilidade

das calçadas, mostrou-se necessário desenvolver a confecção de material técnico para a implantação de calçadas acessíveis (cartilha digital), a qual se encontra em processo de finalização. Entende-se que a cartilha, seja de forma física ou digital, tem o objetivo de proporcionar qualidade e integração social a todos, garantindo oportunidades iguais com condições de segurança e conforto, mitigando obstáculos arquitetônicos que normalmente são causados por execuções incorretas, ocasionadas por falta de conhecimento das normas e também por falta de manutenção.

Dessa forma, julgou-se de grande valia a confecção de uma cartilha com base no recorte escolhido e que concomitantemente abrangerá toda a cidade de Criciúma, auxiliando na compreensão de outros municípios.

Há de se pontuar que, para a elaboração do material, tomou-se por base exemplares de algumas cartilhas de prefeituras do território nacional que apresentaram bons resultados gráficos, mas principalmente de apropriação por parte dos munícipes, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de cidades catarinenses, como Florianópolis e Itajaí.

Resultados

Após a análise dos modelos nacionais, bem como das configurações e situações dos passeios na região de estudo, iniciou-se o processo de sistematização do trabalho. Isso envolve os tópicos que a estruturam, sendo eles: glossário que reúne os termos técnicos a fim de elucidar para a comunidade, tornando a compreensão mais efetiva; apresentação da equipe; apresentação do trabalho; mapa dos bairros pertencentes ao recorte na escala macro; “o que é acessibilidade?”. Sobre esse tópico, engloba-se tanto a definição quanto uma reflexão sobre o cotidiano das pessoas na cidade, e como a infraestrutura adequada é de ímpar importância para o uso democrático do espaço público. Ainda na estrutura do documento, é esclarecida a dúvida recorrente: “Quem é o responsável pelas calçadas?”. Seguindo, apresentam-se os itens necessários de uma calçada acessível, as normas gerais de apoio, os exemplos generalistas por meio dos quais analisam-se algumas das ruas do recorte e elaboram-se propostas de adequações e melhorias; quais os tipos de travessias; os exemplos acessíveis. Por fim, a cartilha disponibiliza uma ficha de avaliação das calçadas para que a comunidade saiba se sua calçada é acessível ao preenchê-la e saiba onde as intervenções mostradas na cartilha podem ser aplicadas, além das considerações finais.

O processo de confecção durou seis meses, entre os anos de 2021 e 2022, e no momento encontra-se finalizada (link de acesso: https://drive.google.com/file/d/1KUeerGKkY61XGMJaAT_hvIKQIOj6u5MQ/view?usp=sharing), disponibilizado primordialmente na forma digital para a comunidade acadêmica e comunidade em geral. A etapa subsequente trata-se de rodas de conversa com a comunidade, para apresentação e discussão dos resultados baseados na cartilha.

Conclusão

Neste trabalho, colocou-se em pauta o uso das calçadas como um direito do cidadão e a importância da garantia do seu uso em sua plenitude. Com o objetivo central do projeto, visando a discussão das condições de mobilidade urbana com foco na acessibilidade espacial das calçadas, entende-se que o trabalho foi de suma importância para a formação dos acadêmicos, já que, através desse estudo, puderam utilizar de conceitos e conhecimentos abordados em sala de aula e aplicá-los nas discussões e confecção dos materiais propostos. Além disso, o projeto se faz importante, na mesma proporção, para a comunidade, levando em conside-

ração que as condições atuais da cidade se dão pela ausência de instruções adequadas aos moradores e conscientizando a população sobre o papel da inclusão social em sua forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

CERVERO, R. *et al.* Influences of built environments on walking and cycling: lessons from Bogotá. **International Journal of Sustainable Transportation**, v. 3, n. 4, p. 203-226, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15568310802178314>. Acesso em: 29 mar. 2022.

DINIZ, C. X. **Mobilidade e acessibilidade de idosos usuários dos serviços gerontológicos de saúde em Manaus (AM)**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DÖRZAPF, L., Kovács-Győri, A., Resch B., Zeile, P. Defining and assessing walkability: a concept for an integrated approach using surveys, biosensors and geospatial analysis. **TRB. Urban Development Issues**, v. 62, n. 1, p. 5-15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/udi-2019-0008>. Acesso em: 25 out. 2022.

FERREIRA, L. S. **Índice de caminhabilidade: um estudo de caso na cidade de Fortaleza**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

GHIDINI, R. A caminhabilidade: Medida Urbana Sustentável. **Revista dos Transportes Públicos**, São Paulo, v. 33, p. 21-33. 2011. Disponível em: http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/CF0ED9C9-0025-4F55-8F7C-EDCB933E19C4.pdf. Acesso em: 5 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Informações sobre áreas territoriais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 26 mar. 2022.

ITDP Brasil. **Índice de caminhabilidade Versão 2.0: Ferramenta**. Rio de Janeiro, 2018. *E-book* (66p.). Disponível em: http://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2019/05/Caminhabilidade_Volume-3_Ferramenta-ALTA.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

KNEIB, E. C.; PORTUGAL, L da S. Caracterização da acessibilidade e suas relações com a mobilidade e o desenvolvimento urbano. *In*: PORTUGAL, L. da S. (Org.) **Transporte, mobilidade e desenvolvimento urbano**.

Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. p. 65-88. Disponível em: <http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/producao-da-rede/livros-e-capitulos>. Acesso em: 24 abr. 2022.

KRAMBECK, H. V. **The global walkability index**. 2006. Thesis (Master of City Planning and Master of Science in Transportation) – Department of Urban and Planning and Department of Civil and Environmental Engineering, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, USA, 2006. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/34409>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LEVINSON, D. M. Network structure and city size. **PloS ONE**, v. 7, n. 1, p. e29721, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0029721>. Acesso em: 14 mar. 2022.

LIMA, L. V. A.; FONTGALLAND, I. L. Mobilidade Urbana Sustentável para Cidades Inteligentes. **E-Acadêmica**, v. 3, n. 1, p. e023180, 2022. Disponível em: <https://eacademica.org/eacademica/article/view/80>. Acesso em: 5 maio 2022.

LITMAN, T. Evaluating accessibility for transport planning. Measuring people's ability to reach desired goods and activities. VTPI, 2022. Disponível em: <https://www.vtpi.org/access.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.

LUGÃO; K. G. **O Ensino da Arte no Desenvolvimento Integral do Indivíduo Conhecer a Si Próprio**. 2009. Monografia (Pós-Graduação em "Lato Sensu") – Especialista em Arteterapia em Educação e Saúde, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/C203672.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

MAGALHÃES, M. T. Q. **Fundamentos para a pesquisa em transportes**: reflexões filosóficas e contribuições da ontologia de Bunge. 2010. Tese (Doutorado em Transportes) – Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8375/1/2010_MarcosThadeuQueirozMagalhaes.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **PlanMob**: Caderno de referência para elaboração de plano de mobilidade urbana. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob: 2015. *E-book* (238p.). Disponível em: <http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/planmob.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NANYA, L.M. **Desenvolvimento de um instrumento para auditoria da caminhabilidade em áreas escolares**. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7995>. Acesso em: 24 abr. 2022.

PARK S. Defining, Measuring, and Evaluating Path Walkability, and Testing Its Impacts on Transit Users'

Mode Choice and Walking Distance to the Station. 2008. Dissertation (Doctor of Philosophy in City and Regional Planning) – University of California, Berkeley, 2008. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/0ct7c30p>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PEDRO, L. M.; DA SILVA, M. A. V.; PORTUGAL, L. S. Desenvolvimento e mobilidade sustentáveis. *In*: PORTUGAL, L. da S. (Org.) **Transporte, mobilidade e desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. p. 19-38. Disponível em: <http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/producao-da-rede/livros-e-capitulos>. Acesso em: 24 abr. 2022.

PEREIRA, B. dos S.; RODOVALHO, N. C.; LEITE, P. de S. Análise do índice de caminhabilidade e identificação dos trechos críticos no setor central de Goiânia-GO: o caso da Avenida Anhanguera. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTE DA ANPET, 33., 2019, Balneário Camboriú. Anais [...]. Goiânia: UFG, 2019. p. 2926-2933. Disponível em: http://www.anpet.org.br/anais/documentos/2019/Planejamento%20Territorial%20do%20Transporte/Comunica%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnicas/2_386_CT.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

PIRES, I. B. Índice para avaliação da caminhabilidade no entorno de estações de transporte público. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/154527>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PIRES, I. B.; MAGAGNIN, R. C. Elaboração de índice de caminhabilidade sob a percepção de especialistas. *Revista nacional de gerenciamento de cidades*, [Tupã, SP], v. 6, n. 38, p. 46-59, 2018. ISSN 2318-8472. Disponível em: <https://doi.org/10.17271/2318847263820181772>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PRADO, B. B.; MAGAGNIN, R. C. Fatores que podem afetar a escolha de rotas seguras no trajeto por caminhada entre o ponto de ônibus e a escola. *In*: FONTES, M. S. G. C.; FARIA, O. B.; SALCEDO, R. F. B. (Org.). *Pesquisa em arquitetura e urbanismo: Fundamentação teórica e métodos*. Bauru, SP: Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 165-186. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/pesquisa/ebooks/390044.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

QUEIROZ, L. S. de; SOUZA, I. M. de; Santos, D. N. dos; FORMIGONI, A. Uma análise de mobilidade urbana no distrito de Cidade Tiradentes – São Paulo e seus movimentos pendulares excludentes. *Cadernos de Estudos Urbanos: Mobilidade em território das periferias urbanas*, São Paulo, v. 3, p. 285-300, 2022. Disponível em: https://www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Artigos/Informes/Caderno%20de%20Estudos%20Urbanos%20-%20Volume%203.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

TAL, G.; HANDY, S. Measuring Nonmotorized Accessibility and Connectivity in a Robust Pedestrian Network. *Transportation Research Record: Journal of the Transportation Research Board*, [S. l.], v. 2299, n. 1, p. 48-56, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.3141/2299-06>. Acesso em: 20 mar. 2022.

TÂNGARI, V.; SILVA, J. M. P. da. (2010) Requalificação

Paisagística de espaços livres no bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro: um percurso de aproximação entre pesquisa e intervenção profissional. In:10º ENEPEA, Porto Alegre.

VEGI, A. S. F., *et al.* (2020). Caminhabilidade e envelhecimento saudável: uma proposta de análise para cidades brasileiras de pequeno e médio porte, 2019.

Competências extensionistas e formação acadêmica profissional no projeto multidisciplinar Integrar

AUTORES(*)

GRAZIELA ANDRIGHETTI
MARINA KIRSCH OHLWEILER
WESLEY HELENO DE OLIVEIRA
ARIADYNE MOLINA

RESUMO

Em diálogo com as demandas sociais contemporâneas relacionadas a fluxos migratórios (ACNUR, 2021), o Programa Tarin, um programa de educação e atenção humanitária a migrantes e refugiados, tem fomentado diversas ações formativas visando a uma maior articulação entre universidade e sociedade (IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V., 2026). Dentre essas ações está o Integrar, um projeto de ensino multidisciplinar, no qual graduandos/as de diferentes áreas do conhecimento atuam, colaborativamente, no desenvolvimento de projetos conjuntos voltados a migrantes e refugiados. No presente trabalho, que se insere no contexto do projeto Integrar, descrevemos este projeto e seus objetivos acadêmicos e sociais com vistas a verificar de que modo as atividades desenvolvidas proporcionam o desenvolvimento de competências relacionadas às áreas de estudo dos alunos; à sensibilização e transformação cultural e a competências extensionistas durante a formação acadêmica profissional. Para alcançar tais objetivos, analisamos atividades realizadas por um grupo de alunas universitárias de 5 cursos de graduação e pós-graduação da Unisinos, que atuaram como voluntárias no Integrar, bem como suas percepções acerca da formação acadêmica e do desenvolvimento de competências extensionistas. Espera-se, com as considerações apresentadas a partir das análises, compartilhar práticas de caráter extensionista que valorizem o fazer sensível e situado de pensar a aplicação a) de conhecimentos específicos de cada curso, de forma integrada, a serviço da comunidade e b) de caráter formativa para os graduandos e pós-graduandos.

PALAVRAS-CHAVE

Competências extensionistas; projeto de ensino multidisciplinar; trabalho colaborativo.

Introdução

As práticas extensionistas no contexto universitário são caracterizadas por um conjunto de ações que permitem conexões entre os fazeres acadêmicos em diálogo com os fazeres da sociedade. Para Cunha (2019, p.13), as práticas extensionistas trazem “uma postura de liberdade de abordagens criativas e inovadoras na busca de respostas e soluções aos problemas contemporâneos”. Em sua essência, a extensão engloba mútuas aprendizagens ao levar para a comunidade o conhecimento produzido dentro da universidade; ao possibilitar que o conhecimento e os fazeres da sociedade gerem conhecimentos para a universidade e ao possibilitar que, nessas relações, surjam outros conhecimentos, fruto de trocas, observações, análises e reflexões. Nas palavras do autor, “o valor da extensão universitária está justamente na forma de sua ação e atuação, ao lidar e defrontar-se com a realidade em constante movimento e, nesse sentido, melhor apreendê-la como processo” (CUNHA, 2019, p.13).

As ações envolvendo ensino, pesquisa e extensão se estabelecem como potenciais espaços para uma relação complementar, de articulação e abastecimento mútuo de conhecimentos específicos de cada área do saber, interrelacionados; como espaços de diálogo entre comunidade acadêmica e sociedade (em uma melhor compreensão de cenários que se apresentam na comunidade externa) e como possibilitadoras para se desenhar, em colaboração, propostas inovadoras que vão ao encontro de demandas sociais locais alinhadas a agendas nacionais e internacionais. Em diálogo com as demandas sociais contemporâneas relacionadas a fluxos migratórios (ACNUR, 2021), o *Programa*

(*) **ARIADYNE DOMINGUES DE OLIVEIRA MOLINA:** graduanda no curso de Letras – Habilitação Inglês na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; dyne_molina@hotmail.com. **GRAZIELA HOERBE ANDRIGHETTI:** doutora em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; professora do curso de Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; grazielaandrighetti@unisinos.br. **MARINA KIRSCH OHLWEILER:** mestra em Linguística Aplicada e graduanda no curso de Letras na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; marinako@unisinos.br. **WESLEY HELENO DE OLIVEIRA:** mestre em Filosofia (2021) pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE); professor na Escola de Humanidades na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; whosj@unisinos.br.

*Tarin*¹, um programa de educação e atenção humanitária a migrantes e refugiados, tem fomentado ações formativas visando a uma maior articulação entre universidade e sociedade.

No escopo do *Tarin*, estão diversas iniciativas formativas curriculares ou extracurriculares e de pesquisa sobre temáticas relacionadas à migração e ao refúgio, bem como ações de ensino, pesquisa e extensão e desenvolvimento humano e integração social, econômica e cultural. Dentre essas ações está o *Integrar*: um projeto piloto, multidisciplinar, que aconteceu durante o segundo semestre do ano de 2021, no qual graduandas de diferentes áreas do conhecimento atuaram, colaborativamente, pelo período de um semestre, no desenvolvimento de projetos conjuntos voltados a migrantes e refugiados.

No presente trabalho, descrevemos o projeto *Integrar*, seus objetivos acadêmicos e sociais, e, considerando a perspectiva dos voluntários que fizeram parte desse projeto, analisamos de que modo as atividades realizadas por eles proporcionaram o desenvolvimento de competências relacionadas a suas áreas de estudo; à sensibilização e transformação cultural e a competências extensionistas durante a formação acadêmica profissional. Em nossas análises, consideramos as atividades realizadas pelas graduandas que atuaram como voluntárias no *Integrar* bem como as percepções das voluntárias acerca o *Projeto Integrar* e do que foi possibilitado a partir deste projeto com relação à formação acadêmica e ao desenvolvimento de competências extensionistas.

A seguir, compartilhamos as práticas realizadas no *Projeto Integrar* que valorizam um fazer sensível e situado para pensar a aplicação de conhecimentos específicos de cada curso de forma integrada e a serviço da comunidade, contemplando uma perspectiva de caráter formativa para os graduandos e pós-graduandos.

Um olhar para o Projeto *Integrar* (Programa *Tarin*)

Desde o segundo semestre de 2018, muitas ações têm sido promovidas pelo *Tarin* com vistas à inclusão social de pessoas que chegam a nossas comunidades brasileiras. Em 2021/2, ampliamos essas ações por meio de uma proposta de projeto de ensino interdisciplinar, o projeto *Integrar*, no qual estudantes vinculados/as à universidade, oriundos/as de várias áreas do conhecimento, se integraram para propor projetos conjuntos voltados a pessoas migrantes e/ou em situação de refúgio².

Com duração de um semestre, as atividades do projeto *Integrar* ocorreram de julho a dezembro de

2021 e contaram com a participação de dez graduandas voluntárias dos cursos de Psicologia, Relações Internacionais, Ciências Econômicas e Letras, sendo que uma das voluntárias do curso de Letras também cursava mestrado em Linguística Aplicada, de forma concomitante. Também integrou o grupo uma pós-graduanda que realizava mestrado profissional em Enfermagem. Das graduandas, a maioria já estava cursando o quinto semestre em diante do curso.

O *Integrar* tem como objetivos: a) promover desenvolvimento e formação humana e integração social, econômica e cultural, a partir da ação – reflexão – ação, junto a pessoas e grupos em situação de migração e/ou refúgio; b) fomentar a construção de atitudes receptivas da outridade criando uma ambiência de hospitalidade; c) proporcionar momentos formativos de trocas, de escutas sensíveis, de observação entre indivíduos de culturas diversas, no intuito de promover a sensibilização cultural; d) possibilitar desenvolvimento de competências extensionistas durante a formação acadêmica profissional e f) estimular uma transformação cultural.

Em sua etapa inicial, foram realizados eventos de familiarização ao tema de migração e refúgio, contando com docentes da casa (vinculados ao *Tarin*, NEABI e à Assistência Social) e com profissionais do *Serviço Jesuíta à Migrantes e Refugiados* (SJMR). Cada evento organizava-se por uma temática norteadora e contava com a presença de convidados palestrantes para momentos de conversa com as voluntárias. A seguir, compartilhamos as temáticas norteadoras de cada evento e os convidados palestrantes que conduziram esses momentos de conversa com os graduandos e pós-graduandos que atuaram como voluntários no projeto *Integrar* (figura 1).

Para compor o percurso de formação, estruturação e organização do projeto *Integrar*, optou-se por vincular as ações do projeto a um outro projeto extensionista do *Programa Tarin*: o projeto de ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), que envolve aulas a pessoas migrantes e refugiadas moradoras da cidade de São Leopoldo e arredores e busca familiarização à língua portuguesa e a aspectos culturais brasileiros, incluindo temáticas diversas. No período de 2021/2, as aulas de PLAc eram realizadas em encontros semanais presenciais, com 2 horas de duração, e contavam com alunos/as de nacionalidade haitiana.

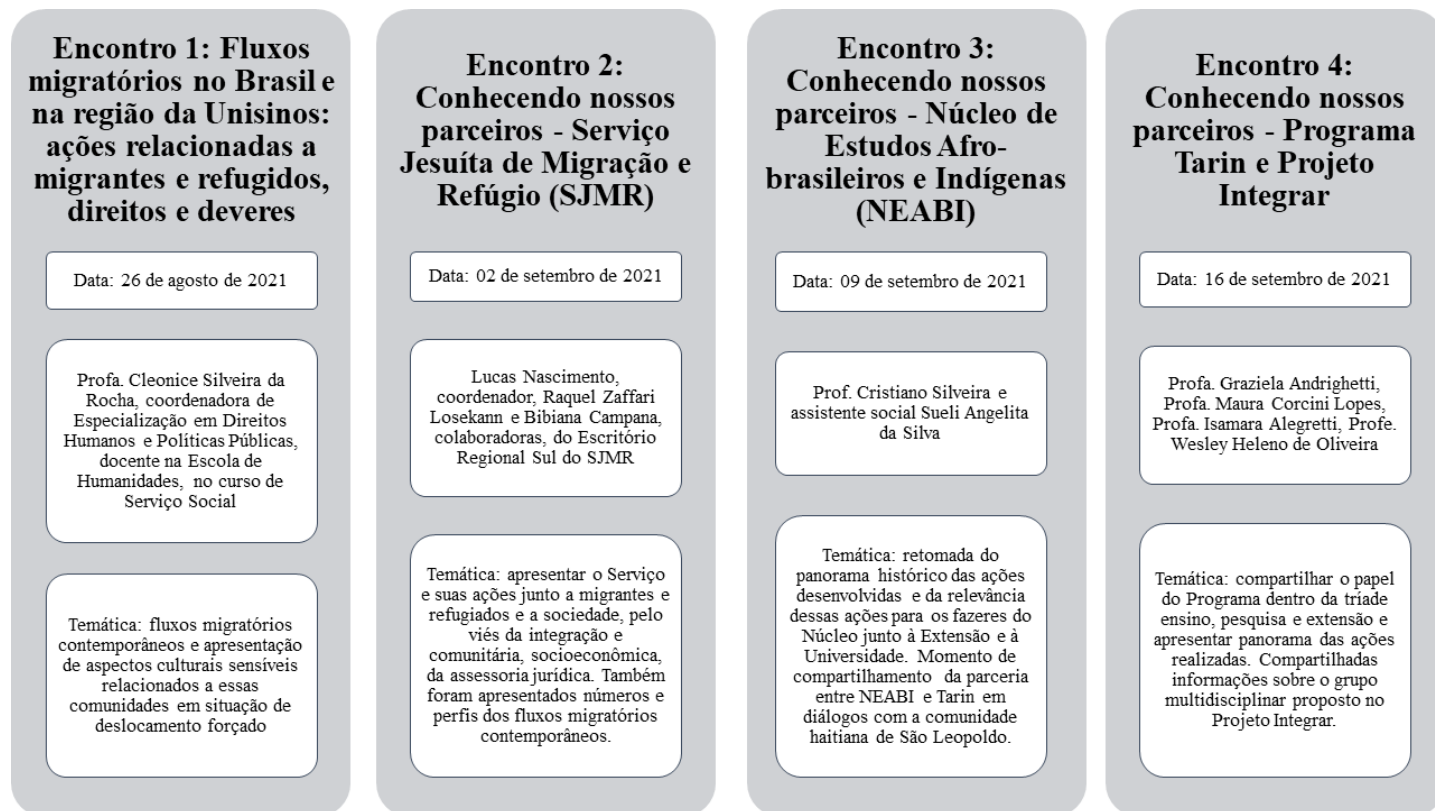
A partir desse trabalho em parceria entre o projeto *Integrar* e o projeto PLAc, foram realizadas atividades de conversa conjunta entre voluntárias do *Integrar* e bolsista e voluntárias do PLAc para compreender esse contexto de ensino e as demandas trazidas pelos/as migrantes haitianos/as nas aulas de português. Além de mapear demandas que possibilitassem a intersecção entre as áreas para fins de desenvolvimento de

¹ O *Tarin* é um Programa de Educação e Atenção Humanitária a Migrantes e Refugiados que busca fomentar iniciativas formativas curriculares ou extracurriculares e de pesquisa relacionadas à temática e promover o acolhimento humanitário através de ações de ensino, pesquisa e extensão junto aos grupos de migrantes e refugiados alocados no Rio Grande do Sul. Saiba mais em: <https://www.unisinos.br/tarin>.

² As inscrições para o projeto *Integrar* foram divulgadas e realizadas pela Plataforma Institucional Unisinos Lab, que abriga inscrições para eventos, cursos e MOOCs. Saiba mais em: <https://unisinos.br/lab/>.

FIGURA 1

Encontros de familiarização aos temas propostos pelo projeto *Integrar*



materiais interdisciplinares para compor as aulas de PLAC, unindo conhecimentos multiáreas.

Após essas etapas, também houve espaços para análises dos materiais produzidos, reflexões sobre possíveis ajustes necessários para posterior aplicação dos materiais nas aulas de PLAC e, em sua fase final, estavam previstos também alinhamentos teórico-práticos e possíveis compartilhamentos de experiências em eventos acadêmicos. Na figura 2, as etapas mencionadas acima encontram-se representadas:

O desenvolvimento dos materiais contou com a parceria de graduandas do curso de Letras, que atuam nos dois projetos (PLAC e *Integrar*), e graduandas de outros cursos. Cada temática foi desenvolvida em colaboração, alinhadas a conhecimentos advindos das diferentes áreas, demonstrando os diversos elos do projeto *Integrar* (figura 3).

As graduandas do curso Graduação em Psicologia³ explicaram sobre o apoio psicológico disponibilizado pelo SUS para tratar da saúde mental. A estudante de pós-graduação do curso graduação em Enfermagem⁴ abordou a conscientização sobre as vacinas e sua importância como temática. No elo com o curso

de graduação em Economia, a acadêmica voluntária⁵ abordou diversos temas sobre acesso ao mundo do trabalho. No elo com o curso de graduação em Relações Internacionais, as acadêmicas⁶ explicaram diversas questões relacionadas aos direitos dos migrantes e compartilharam um pouco mais sobre sua graduação, incluindo o papel do/a internacionalista na sociedade, em contexto de migração e refúgio.

O elo com o curso licenciatura em Letras deu-se a partir de uma perspectiva de integração da língua como prática e ação social a partir da costura com as temáticas trazidas pelas propostas elaboradas pelas voluntárias dos demais cursos. As acadêmicas bolsista e voluntárias⁷ do curso de Letras foram responsáveis pelo design pedagógico dos materiais e pela elaboração das tarefas de compreensão e produção oral e escrita a serem desenvolvidas a partir dos materiais insumo produzidos pelas demais voluntárias de outros cursos. A apostila nominada (*amar*)*elos* foi desenvolvida, em alusão às práticas sociais e outros conteúdos trazidos por cada voluntária do projeto *Integrar* em integração com o ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Nesse sentido, o objetivo desse material foi evidenciar

³ Acadêmicas Giovana Ilha e Patrícia Fernandes.

⁴ Janaina Avancini Pinheiro.

⁵ Isabelle Benetti.

⁶ Amanda Haubert Rosa e Rafaela Sanches.

⁷ Marina Kirsch Ohlweiler, Ariadyne Molina e Giulia Iwano, em colaboração também com Letícia Rosa.

FIGURA 2
Etapas do projeto *Integrar*

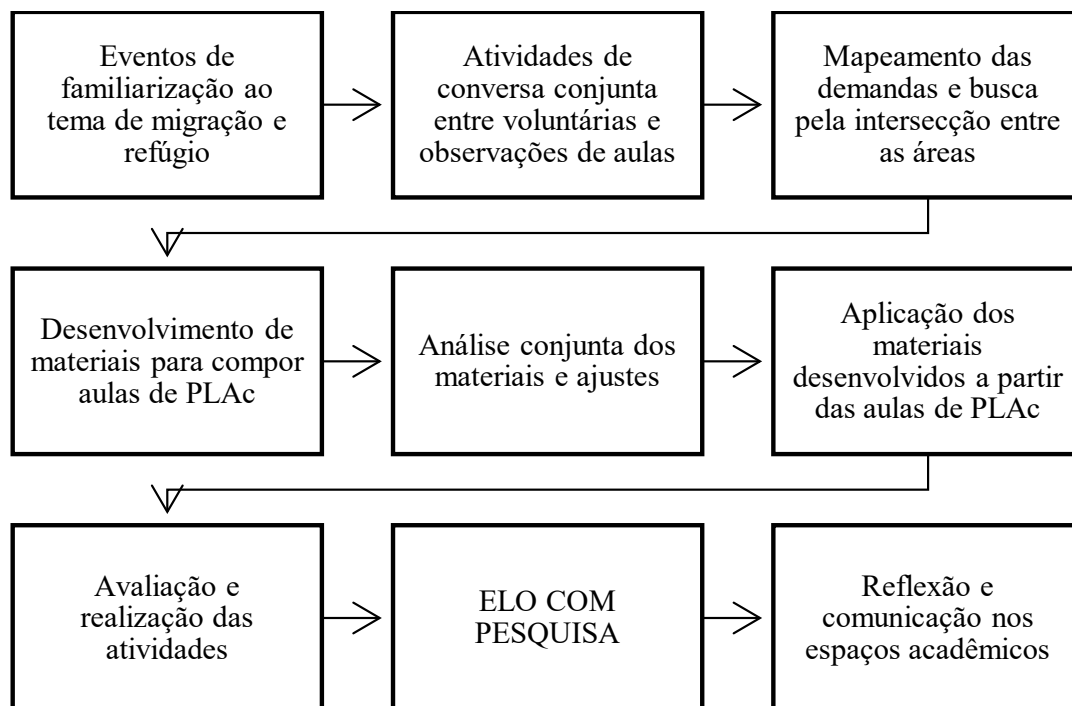


FIGURA 3
Projeto *Integrar* e seus elos

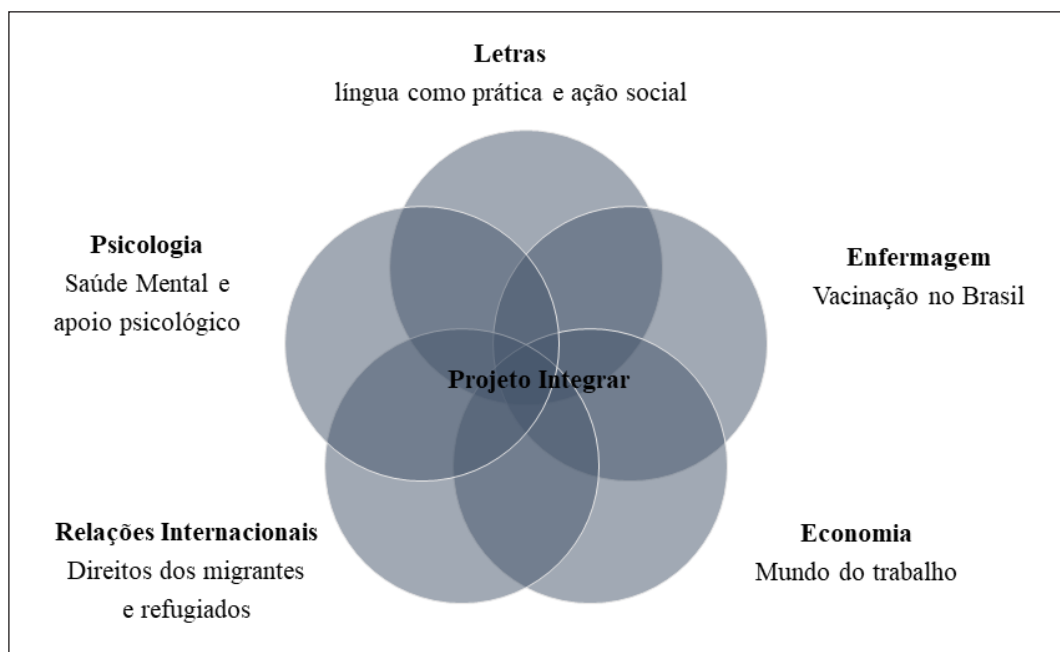


FIGURA 5
Capa da apostila (amar)elos desenvolvida
pelas acadêmicas do curso de Letras



também a relevância de projetos que oportunizam a criação de elos, refletindo também as práticas sociais em que nos inserimos em nossos fazeres cotidianos.

Afinal, que competências foram oportunizadas a partir do projeto Integrar?

Ao final das atividades desenvolvidas durante o semestre de 2021/2, consideramos relevante realizar um olhar avaliativo e diagnóstico para as atividades realizadas no período de agosto a dezembro com vistas a verificar se, e de que modo, as atividades realizadas no projeto proporcionaram o desenvolvimento de competências extensionistas durante a formação acadêmica. Para tanto, foram aplicados questio-

nários contendo perguntas relacionadas à área de estudos na universidade, a motivações em participar do projeto, a percepções com relação ao projeto e ao desenvolvimento de competências ligadas a ensino-pesquisa-extensão.

Para o questionário, foram elaboradas 13 questões em um formulário e enviadas às voluntárias do projeto *Integrar* via *e-mail* em maio de 2022. Seis de um total de dez voluntárias responderam ao *Forms*⁸. Para as análises apresentadas neste trabalho, os seguintes pontos tornaram-se relevantes nas respostas: interesse pelo programa; formação humana e integração social; atitudes receptivas e sensibilização cultural; competências extensionistas; relação teórico-prática; avaliação do projeto e sugestão de melhorias. Abordaremos alguns dos pontos destacados na seção a seguir.

Espaços de troca e colaboração na promoção de transformações sociais

As ações extensionistas desempenham um papel fundamental na formação acadêmica e profissional de cidadãos ao fomentar, através de ações pedagógicas envolvendo ensino e pesquisa, fazeres interdisciplinares comprometidos “com uma pluralidade de saberes e experiências que constituem e são constituídos pelos sujeitos envolvidos em todo o processo” (MIRANDA; LOPEZ, 2019, p. 35). Em nossas análises, observamos que, quando questionadas sobre os motivos que levaram as voluntárias a se inscrever no Projeto, a menção ao aspecto de cidadania e de olhar sensível para o outro se fez presente em grande parte das respostas, como observamos nos excertos a seguir:

O Projeto super importante para a comunidade como um todo, pois ajuda na qualidade de vida dos imigrantes, na sua integração e acesso aos serviços como de saúde e busca por emprego. (voluntária do curso de Letras – sexto semestre).

Isso possibilita que mais oportunidades de estudo e trabalho estejam acessíveis para os migrantes. É algo muito significativo, pois nosso trabalho é como uma ponte para que os migrantes melhor acessem às práticas sociais brasileiras. (voluntária do curso de Letras – quinto semestre).

8 A seguir, são descritas as questões que compunham o questionário: 1. Qual é o seu curso?, 2. Em que semestre você estava ao participar do Projeto Integrar?, 3. Como você ficou sabendo do Projeto Integrar?, 4. O que te levou a se inscrever no Projeto? 5. Para você, o Projeto Integrar: A) Promoveu desenvolvimento e formação humana e integração social, econômica e cultural, a partir da ação – reflexão – ação, junto a pessoas e grupos em situação de migração e/ou refúgio? Comente e dê exemplos. B) Fomentou a construção de atitudes receptivas da outriedade numa ambiência de hospitalidade? Comente e dê exemplos. C) Proporcionou momentos formativos de trocas, de escutas sensíveis, de observação entre indivíduos de culturas diversas, no intuito de promover a sensibilização cultural? Comente e dê exemplos. D) Possibilitou desenvolvimento de competências extensionistas (ser propositivo para a resolução e problema, ser crítico, ter sensibilidade cultural, ser ético, ser colaborativo, ter pensamento sistêmico, ter capacidade de ampliar visão/revisitar entendimentos, ter postura de escuta sensível, comprometimento com o diálogo respeitoso etc.) durante a sua formação acadêmica e profissional? Cite duas ou mais competências extensionistas possibilitadas a partir de suas vivências com o projeto Integrar. Comente essas competências e dê exemplos. E) Estimulou possibilidades de propor transformação cultural e social? Comente e dê exemplos. F) De que forma os conhecimentos técnicos específicos de sua área de estudos foram implementados durante sua participação neste projeto? 6. De que atividades, momentos e espaços de participação, apoio teórico ou outro tipo de suporte você sentiu falta? Comente. 7. Que sugestões você daria para aprimorar o Projeto Integrar? 8. Em uma escala de 0 a 10, como você classificaria sua participação no projeto?

(...) nossas construções possibilitaram a transformação social, bem como a autonomia, protagonismo e ciência dos estudantes. (voluntária curso de Letras – quinto semestre).

Destaca-se também nas respostas um aspecto de uma construção conjunta de conhecimento nos produtos a serem desenvolvidos. Não se trata, portanto, de entregar uma solução ou proposta unilateral. É preciso conhecer os outros e compreender de que posição falamos para dar sentido às demandas que trazem e, somente então, buscar juntos uma proposta que se desenvolve em colaboração e em progressão:

Lidamos com pessoas, tínhamos uma preocupação de integrar os mais diversos componentes, a partir de uma visão teórico-metodológica, mas também de abraçar as demandas trazidas pelos alunos/as. Buscamos soluções de problemas trazidos a partir das interações estabelecidas em sala de aula. Percebemos que a língua constitui os seres humanos e possibilita a construção de diálogos e troca de ideias e experiências. Todos os projetos foram desenvolvidos no caráter de colaboração, pois nos reuníamos com as diversas áreas, e percebíamos em que momentos as demandas linguísticas para executar as mais diversas ações precisavam ser empregadas. (voluntária do curso de Letras – quinto semestre).

Em nossas análises, também se tornou evidente o papel de ações colaborativas envolvendo áreas diversas do conhecimento na promoção de atividades contextualizadas que considerem como propósito demandas cotidianas com as quais os migrantes precisam lidar. Isso reforça o uso social da linguagem para agir no mundo.

(...) a partir da intersecção de diversos componentes, pensando na formação holística das pessoas em situação de migração ou refúgio. No momento em que abordamos situações de acesso a serviços psicológicos, por exemplo, apresentamos aspectos linguísticos, a partir de uma visão de língua como prática social. (voluntária do curso de Letras – quinto semestre).

A aplicação de conhecimentos técnicos específicos de sua área de estudos implementados durante sua participação das atividades do projeto também emergiu entre as respostas. As respostas das voluntárias dos cursos de Letras e Ciências Econômicas pautam o olhar das ações sociais como dialógico e localmente construído. Essa percepção norteia tanto o que irá se levar para as aulas quanto o que se aprende, nas aulas, com os migrantes:

Um dos conhecimentos que mais vi representado, foi a perspectiva sociolinguística da língua. Ter a oportunidade de ensinar a língua como ela é utilizada nas práticas sociais, foi algo muito relevante para mim. (voluntária do curso de Letras – quinto semestre).

Muitos alunos tinham dúvidas simples a respeito do sistema empregatício e financeiro do Brasil. Os conhecimentos adquiridos no meu curso favoreceram tanto no compartilhamento de informações quanto na busca pelas informações que não eram do meu conhecimento ainda. (voluntária do curso de Economia).

De acordo com as respostas analisadas, o projeto fomentou a construção de atitudes receptivas da outriedade em uma ambiência de hospitalidade construída nas interações entre voluntários e demais professores envolvidos no projeto e com os migrantes alunos de PLAc. Os excertos a seguir apontam para dimensão envolvendo sensibilidade cultural e práticas locais.

Sim, tivemos muitos momentos ricos de compartilhamento de aspectos culturais brasileiros, haitianos e senegaleses. Muitas vezes os alunos compartilhavam sobre como são seus pratos típicos, música, fazeres profissionais em seus países de origem. Eles também compartilhavam o que apreciavam da nossa cultura. Lembro de como gostavam de ouvir música brasileira no intervalo. (voluntária do curso de Letras – quinto semestre).

Ter sensibilidade cultural e escuta sensível foram alguns ensinamentos que este projeto me proporcionou. Lidar com histórias sensíveis de migração nem sempre é fácil. Ter o cuidado de não falar em assuntos delicados e respeitar o tempo de cada um de compartilhar suas experiências, são aprendizados que levarei para a vida. (voluntária do curso de Letras – oitavo semestre).

Para abordar o aspecto relacionado à sensibilidade cultural presente nas respostas, nos alinhamos, no presente trabalho, a um conceito de cultura ampliado, que envolve a compreensão de traços, características, padrões e estruturas de organização localmente construídas pelos membros de uma dada comunidade. Essa compreensão é sempre dialógica e emerge nas interações sociais cotidianas, conforme o excerto a seguir:

Buscamos soluções de problemas trazidos a partir das interações estabelecidas em sala de aula. Percebemos que a língua constitui os seres humanos e possibilita a construção de diálogos e troca de ideias e experiências. Todos os projetos foram desenvolvidos no caráter de colaboração, pois nos reuníamos com as diversas áreas, e percebíamos em que momentos as demandas linguísticas para executar as mais diversas ações que precisavam ser empregadas. (voluntária do curso de Letras – quinto semestre).

De acordo com Schoffen (2012), para compreendermos outras culturas, precisamos, primeiramente, conhecer e refletir sobre a nossa cultura,

pois é através dela que vamos tecer as ligações necessárias para compreender a cultura do outro. Esse caminho de mão dupla, que vê o outro para entender a

si próprio, e vê a si para entender o outro, é o primeiro estágio da compreensão intercultural. (p.12).

Dentre as respostas referentes à condução do projeto e a sugestões de melhorias, foi destacada a necessidade de haver maior divulgação sobre o projeto *Integrar*. Embora os voluntários tenham tido contato com o projeto por fontes variadas, o que reforça o trabalho em rede dentro da IES, tivemos poucos inscritos. Outros dois pontos salientados referem-se a uma maior clareza nas instruções para orientar e conduzir os/as graduando/as voluntários/as no planejamento e na implementação das ações a serem desenvolvidas e a elaboração de práticas avaliativas que ajudem no diagnóstico de desempenho dos migrantes e na análise das próprias ações propostas.

Algumas voluntárias não puderam se fazer presente nas aulas de PLAc com os migrantes e, embora essas voluntárias também ressaltem a relevância do desenvolvimento colaborativo realizado na preparação dos materiais, percebe-se a importância de haver o contato entre voluntários/as do projeto e migrantes para a criação de vínculos que orientam a proposição das ações a serem realizadas.

Infelizmente, não tive a troca direta com os alunos pois não estive presencialmente e nem de modo síncrono com estes. (voluntária do curso de Economia)

Mesmo não conseguindo estar presencialmente na aula, pude preparar conteúdos e pesquisar temas de interesse dos alunos, visando auxiliá-los em todas as questões possíveis referentes ao tema. (voluntária do curso de Economia).

Considerações e reflexões possibilitadas

No presente trabalho, descrevemos o *Integrar* e as práticas desenvolvidas nesse projeto e analisamos as percepções de dez estudantes universitários que participaram como voluntários em relação ao projeto com vistas a refletir sobre competências e conhecimentos oportunizados a partir dessa ação extensionista.

Os/as estudantes voluntários/as expressaram ter vivenciado interações a partir de sua área de conhecimento com o público migrante e o contexto diferen-

ciados que lhes possibilitaram desenvolvimento de certas competências extensionistas, a saber, sensibilidade cultural e intercultural; atitude propositiva de resolução de problema; criticidade social; atitude de colaboração conjugada a uma postura ética e inclusiva. Essas competências foram, em maior ou em menor nível conforme o/a estudante, desenvolvida por cada aluno participante. E em uma perspectiva fundamental de caráter colaborativo de construção conjunta com o público e não somente de pura e simples entrega unilateral dos universitários/as.

As análises destacam a relevância de ações de caráter interdisciplinar, que oportunizam um trabalho colaborativo e de aplicação de conhecimentos de diversas áreas no desenvolvimento de soluções, fortalecendo ações internas da universidade em diálogo com a sociedade. As relações estabelecidas entre os voluntários, professores, migrantes e demais colaboradores do projeto fomentam um fazer sensível e situado de pensar aspectos culturais, de si e do outro, colaborando para a proposição conjunta e integrada de ações de ensino, pesquisa e extensão, corroborando para avançarmos em pautas humanitárias locais e globais.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Evandro José Lemos da. O desenvolvimento das ações de extensão em educação a distância nas universidades públicas brasileiras. *In: CORRADI, Wagner et al. (orgs). Extensão universitária na EaD: desafios e experiências da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019, p. 11-15.

MIRANDA, Yara Carolina Campos de; LÓPEZ, Ana Paula de Araújo. Considerações sobre a formação de professores no contexto de ensino de português como língua de acolhimento. *In: Ferreira et al. (org.). Língua de Acolhimento: experiências no Brasil e no mundo.* Belo Horizonte: Mosaico, 2019.

SCHOFFEN, Juliana R. **Gêneros do discurso e parâmetros de avaliação de proficiência em português como língua estrangeira no Exame Celpe-Bras.** 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Programa Ler: Leitura e Remição

AUTORES(*)

ADILA BEATRIZ NAUD DE MOURA E ISAIA
ANDREA FERRÁS WOLWACZ
ELIANA INGE PRITSCH
ISABEL CRISTINA ARENDT
MÁRCIA LOPES DUARTE

RESUMO

O “Programa LER: Leitura e Remição” foi instituído pelo Presídio Estadual de Taquara (PETAQ) em parceria com o Curso de Letras da UNISINOS através do projeto social “Chance” implantado pela universidade e é regulamentado conforme PORTARIA Nº 033/2019 – GAB/SUP da Susepe. O objetivo principal é estimular a oferta de remição pela leitura, levando em conta que os apenados da casa prisional têm poucas possibilidades de ofertas de trabalho e de qualificação profissional. Para a implantação do programa, a equipe pedagógica do Curso de Letras da UNISINOS, composta de quatro docentes, juntamente com alunos das atividades acadêmicas da área da Literatura, seleciona obras literárias que são distribuídas mensalmente para os apenados pelo PETAQ. A segunda fase é composta de uma oficina de motivação para a leitura, bem como um período de leitura e outro de produção escrita de um relatório referente à obra lida. Para iniciar esta fase, dois membros da equipe pedagógica introduzem a obra aos participantes, que têm 30 dias para completar a sua leitura. Ao final, os apenados realizam um Relatório de Leitura, acompanhados pelos membros da equipe da UNISINOS, que retornam ao presídio para avaliar os relatórios. Os apenados que alcançam os objetivos propostos na resenha de uma obra recebem quatro dias de remição de pena, com possibilidade de remir 48 dias no prazo de 12 meses. Este projeto tem alcançado até 15 apenados do regime fechado do PETAQ, conforme normas estabelecidas pela Portaria da Susepe. Alcança, ainda, os acadêmicos do Curso de Letras, atualmente tanto do Curso presencial

como os do Curso de Letras EAD. O trabalho desenvolvido tem sensibilizado e transformado a equipe de acadêmicos que se envolve diretamente na atividade no Presídio, bem como aqueles que se integram ao planejamento das oficinas de apresentação da obra e de sensibilização para a leitura. Nesse sentido, contribui certamente para os propósitos da “Educação para a vida” no âmbito de atividades de extensão na Unisinos.

PALAVRAS-CHAVE

Leitura; motivação; transformação.

A Literatura e a Linguagem em geral oferecem situações concretas de inserção na comunidade e podem, como tal, ter uma atuação mais incisiva na sociedade. Dessa maneira, o grupo de professoras de Literatura da UNISINOS sempre acalentou o desejo de contribuir com projetos de leituras fora do espaço unicamente da sala de aula, projetos esses que pudessem engajar os acadêmicos por meio de um olhar extensionista. Uma dessas possibilidades foi, sem dúvida, a remição da pena pela leitura.

Num célebre artigo intitulado *O Direito à Literatura*, publicado originalmente em 1988, Antonio Candido sintetiza um dos aspectos pelos quais a literatura deve ser entendida como um bem essencial, como moradia, alimentação, lazer, etc., pois

a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do

(*) **ADILA BEATRIZ NAUD DE MOURA E ISAIA:** professora e coordenadora do curso de Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; doutora em Letras (2009), Estudos da Linguagem/Teorias do Texto e do Discurso, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; mestra em Letras (1994) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; especialista em Linguística Aplicada (1985) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; licenciada em Letras Português/Francês (1974) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; adila@unisinos.br. **ANDREA FERRÁS WOLWACZ:** professora do curso de Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; doutora em Letras (2014), Teoria da Literatura, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; mestra em Letras (2009), Literaturas Estrangeiras Modernas, Literaturas de Língua Inglesa, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; andrea@unisinos.br. **ELIANA INGE PRITSCH:** professora dos cursos de Letras e de Realização Audiovisual (CRAV) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; doutora em Letras (2004), Literatura Brasileira, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; mestra em Letras (1993), Literatura Brasileira, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; licenciada em Letras Português-Latim (1987) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; elianap@unisinos.br. **ISABEL CRISTINA ARENDT:** professora do curso de Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; doutora (2005) e mestra em História (1998) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, especialista (2010) em Gestão em Arquivos – pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; especialista (1994) em Alemão: Aspectos Culturais e Linguísticos, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; licenciada em Letras: Português/Alemão (1991), também pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; isabela@unisinos.br. **MÁRCIA LOPES DUARTE:** professora do curso de Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; doutora em Letras (2000), Literatura Comparada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; mestra em Letras (1995), Literatura Brasileira, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; licenciada em Letras (1992), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; duarte@unisinos.br.

caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. (CANDIDO, 2011, p. 188).

Esse conceito de que a literatura é um bem essencial norteia e ampara nossa busca como grupo de professoras de literatura. E nessa medida, aceitamos o desafio de tentar empreender um projeto de oficina de motivação à leitura junto a apenados do sistema prisional, no sentido de que venham não só a alcançar a remição da pena, mas principalmente encontrem na literatura certa humanização.

Uma demanda antiga, presente na Recomendação nº 44 de 26/11/2013 do Conselho Nacional de Justiça, previa justamente a possibilidade da remição da pena pela leitura. Mas foi só com a implementação de algumas diretrizes da Portaria 33/2019 da SUSEPE, vinculada à Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, que o projeto começou a ganhar forma.

A partir dessa portaria, a equipe diretiva do Presídio Estadual de Taquara (PETAQ) apresentou a demanda ao Projeto Chance da UNISINOS, para a participação do curso de Letras no apoio ao Programa LER: Remição e Leitura do PETAQ. Assim, entre maio e agosto de 2019, o grupo de professores de literatura, sob a coordenação da professora Adila Beatriz Naud de Moura e Isaia, reuniu-se com Isamara Allegretti, responsável pelos projetos de extensão da UNISINOS; com Alexandre Ayube Dargel e Janaína Pio de Almeida responsáveis pelo Projeto Chance da UNISINOS, momento em que o grupo pôde entender um pouco da situação das unidades prisionais, das demandas do setor, da legislação pertinente à remição da pena pela leitura, expediente jurídico amparado legalmente. Na sequência, houve uma primeira visita¹ ao PETAQ para sondagem e conhecimento efetivo da demanda.

Com o recebimento do projeto realizado pelo PETAQ e das normativas da SUSEPE vigentes à época, a equipe de professoras elaborou um projeto de remição pela leitura a ser desenvolvido em Taquara, projeto esse enviado também à professora Isamara e ao professor Alexandre, responsável pelo Chance.

Obedecendo às diretrizes legais – leitura de uma obra por mês, relatório de leitura e outras orientações – o projeto foi desenhado para propor uma oficina por mês para sensibilização à leitura da obra. Tendo em vista o perfil dos apenados em geral – e em específico dos participantes do PETAQ – foi possível perceber uma maioria de ensino fundamental incompleto, poucos com ensino médio incompleto. Levando em conta o letramento dessa comunidade, a assim designada pelo PETAQ Equipe Pedagógica – formada pelas quatro professoras da UNISINOS – propôs a elaboração de oficinas para a abordagem de leitura em disciplinas do curso de Letras ofertadas em 2019/2 tais como:

Labirinto da Leitura e Formação do Jovem Leitora, conduzidas, respectivamente, pelas professoras Isabel Cristina Arendt e Márcia Lopes Duarte.

Independente das disciplinas, as quatro professoras trabalharam juntas na oferta dessas oficinas, na criação de uma comunidade no Moodle, na interlocução com outros alunos interessados, na aquisição e doação dos livros a serem utilizados no projeto. Em função de acreditar em uma ação conjunta de leitura, na importância, portanto, das oficinas, era necessário que tivéssemos pelo menos 15 exemplares do mesmo título. Para isso, contamos com um grupo de apoio ao PETAQ que fez algumas doações de exemplares ou de verba para aquisição, bem como a equipe negociou com editoras – L&PM, Editora Projeto, Besourobox – descontos na aquisição desses exemplares.

Depois de definidas as obras, a dinâmica ocorreu da seguinte forma: coleta dos exemplares, organização das oficinas, ida ao PETAQ de uma professora e de um acadêmico de Letras para a execução da oficina, distribuição dos exemplares pelo pessoal administrativo, leitura pelos apenados, retorno da professora ao PETAQ para acompanhamento da realização dos relatórios de leitura, oficina da leitura subsequente, avaliação por parte da professora responsável por aquela obra e envio dos pareceres finais ao PETAQ para posterior envio ao Juízo de Execução Penal.

Para o deslocamento, contamos com o transporte da UNISINOS e, no PETAQ, com a disponibilização de uma sala de multimídia e de outros materiais para a realização das oficinas e dos relatórios de leitura. A primeira ida ao PETAQ, em 15 de outubro de 2019², contou com a participação da profa. Isabel e da aluna Bruna Piasson, da atividade acadêmica de Labirinto da Leitura. No quadro 1, apresenta-se a dinâmica dessas oficinas.

Nos meses de janeiro e fevereiro, por questão de férias dos docentes e da funcionária do PETAQ que acompanha o projeto, não houve atividades. Em março de 2020 (quadro 2), ocorreu a última oficina presencial, antes das restrições impostas pela COVID-19. Nessa oportunidade, na oficina de sensibilização, atuaram a profa. Isabel e o acadêmico Bruno Evaldt. Participaram também a profa. Andrea Wolwacz – acompanhando a atividade de escrita do relatório por parte dos apenados – a repórter Lisandra Steffen e o fotógrafo Marcelo Garcia, esses dois últimos vinculados ao Mescla da UNISINOS. Foi uma oportunidade de entrevistas com os apenados e com a direção do PETAQ no sentido de divulgar o Projeto e sua execução. A reportagem do Mescla registrou fotos, entrevistas, disponíveis também em áudio³.

A partir desse momento, as atividades presenciais foram suspensas, organizaram-se materiais para oficinas a distância, com gravação de vídeos e impressão de

¹ Visita em 30 de julho de 2019 em que estiveram presentes Adila Naud de Moura e Isaia, Eliana Pritsch, Isabel Arendt, Janaína Pio de Almeida (Projeto Chance), Kamêni Rolim (psicóloga do PETAQ), Mara Pimentel (diretora do PETAQ), Márcia Duarte e uma senhora (Lions).

² Saída às 14h e retorno às 18h30min.

³ Disponível em <http://mescla.cc/2020/06/05/literatura-e-liberdade/>.

QUADRO 1
Oficinas ofertadas

Data	Título da obra/oficina	Autor	Professor	Acadêmico
15/10/2019	<i>Antes que o mundo acabe</i>	Marcelo Carneiro da Cunha	Isabel Arendt	Bruna Piasson
12/11/2019 ⁴	<i>O médico e o monstro</i>	Robert Louis Stevenson	Márcia Lopes Duarte	Maira Rodrigues
17/12/2019	<i>As aventuras de Huckleberry Finn</i>	Mark Twain	Andrea Wolwacz	Mariana Diefenthaler

FONTE: Elaborado pelas autoras

QUADRO 2
Oficina de março de 2020

Data	Título da obra/oficina	Autor	Professor	Acadêmico
09/03/2020	<i>Max e os felinos</i>	Moacyr Seliar	Isabel Arendt	Bruno Evaldt

FONTE: Elaborado pelas autoras

roteiros. A sequência prevista de obras e das oficinas está representada no quadro 3.

Remição e leitura: pesquisa e extensão

Além da execução do Projeto em si, é importante também historiar que tal iniciativa mobiliza outras questões importantes. Por ser uma atividade com forte apelo social, nota-se a divulgação dessas iniciativas para a comunidade em geral e mesmo nos meios acadêmicos, promovendo a pesquisa sobre o espaço da literatura na sociedade e sua utilidade e a possibilidade de ações extensionistas impulsionando novos atores e participantes. Assim, por exemplo, um vídeo criado para divulgar o projeto dentro de um evento de Pesquisa e Extensão do Curso de Letras – o *III Colóquio de Linguística Aplicada* e o *II Compartrilhando as Letras* – realizado virtualmente em novembro de 2020, foi utilizado pela equipe diretiva do PETAQ e pela SUSEPE para sensibilizar os próprios agentes penitenciários sobre a importância de projetos socioeducativos no contexto do sistema prisional. As atividades de divulgação, debate e reflexão sobre o projeto foram as seguintes, listadas no quadro 4.

Levando em conta a divulgação dessas atividades, em março de 2020 a equipe foi, por intermédio da profa. Adila, contatada para realizar projeto semelhante ao desenvolvido em Taquara no Presídio de Canoas.

Com a pandemia e as mudanças dela oriundas, não se efetivou nenhum contato posterior. O então diretor da unidade prisional está hoje no comando do Instituto Penal de Novo Hamburgo que, novamente em contato com o curso de Letras, deseja implementar um projeto de remição pela leitura nessa unidade prisional de regime semiaberto. Dando prosseguimento, o que se desenha, daqui para a frente, é justamente uma proposta de projeto, semelhante ao desenvolvido no PETAQ, que está em vias de retomada.

Mas o que significa esta experiência?

Na reportagem realizada por Lisandra Steffen para o Portal Mescla, podemos acompanhar muito do significado do Programa Ler expresso pelos sujeitos envolvidos. Acreditamos que o poder humanizador da literatura alcance de fato os apenados, para quem a literatura proporcionará mais do que simplesmente a remição da pena. Para os acadêmicos do curso de Letras, tanto na modalidade presencial quando no EAD, significa o exercício do protagonismo. A oportunidade é oferecida a todos os alunos das atividades acadêmicas de literatura. Na prática, todos os alunos das disciplinas eleitas para a execução do projeto estão envolvidos, pois eles propõem e elaboram as atividades de motivação a serem realizadas nas oficinas. Isso é realizado em sala de aula na UNISINOS. São elencados

⁴ Dessa ida ao PETAQ participaram também Profa. Isabel e Bruna Piasson no acompanhamento da tarefa avaliativa (14h às 16h).

QUADRO 3

Obras e oficinas de leitura realizadas e previstas (2021 e 2022)

DATA	Obra	Autor	Professor responsável
Nov/2021	<i>Frankenstein</i>	Mary Shelley	Eliana
Dez/2021	<i>Minuano</i>	Tabajara Ruas	Andrea
Mar/2022	<i>Olhai os lírios do campo</i>	Erico Verissimo	Márcia
Maio/2022	<i>O Mandarim</i>	Eça de Queirós	Eliana
Julho/2022	<i>Concerto campestre</i>	Luiz Antonio de Assis Brasil	Isabel
Previsto	<i>Volta ao mundo em 80 dias</i>	Julio Verne	Márcia
Previsto	<i>A revolução dos bichos</i>	George Orwell	Andrea
Previsto	<i>O auto da Compadecida</i>	Ariano Suassuna	Eliana

FONTE: Elaborado pelas autoras

então aqueles que ministram esta oficina. Os alunos se engajam conforme interesse e disponibilidade de acompanhar as professoras ao PETAQ. Cabe lembrar que a limitação do número de pessoas a realizarem a oficina em visita ao PETAQ é determinada pela direção do presídio.

No quadro 5, podemos verificar a lista dos alunos que se engajaram nesta etapa, além das respectivas disciplinas envolvidas.

Convidamos os alunos que ministraram as oficinas a expressarem o que significou essa experiência para eles. Iniciamos pelo depoimento de Mariana de Oliveira Diefenthaler, já graduada em Letras Português pela UNISINOS, que se envolveu com o projeto nos anos de 2019 e 2020:

Ao pensar na experiência vivida no projeto PETAQ, gosto de dividir em duas partes: profissional e pessoal. Profissionalmente, o projeto me desafiou a pensar estratégias para trabalhar literatura fora do âmbito escolar com uma limitação de recursos (não podíamos ingressar na penitenciária portando nada além de algumas folhas) e conhecendo pouquíssimo sobre o grupo com quem iríamos trabalhar (sabíamos a quantidade de participantes, a faixa etária aproximada e que o grau de escolaridade seria diverso entre o grupo). O nosso trabalho deveria ser simples e significativo ao mesmo tempo e isso nos convida a ter um novo ponto de vista para trabalhar literatura. Pessoalmente, foi a experiência mais marcante que o curso de Letras poderia me proporcionar. Entrar naquela sala quente, com pouca ventilação e estar diante de uma pequena parte da realidade nua e crua do sistema prisional do nosso país é daqueles momentos de sair da bolha.

O grupo, em sua maioria formado por jovens, com realidades tão duras (uma das dinâmicas pedia para que falassem de momentos bons da infância), tão diferentes, mas que em algum ponto se encontravam participou de tudo que foi proposto e nos tratou com muito respeito. Alguns estavam ali (participando) sem saber direito o que estavam fazendo, já outros completamente envolvidos relataram comentar sobre o livro como os demais nos momentos de pátio e esse foi o momento de maior satisfação para nós. Independente do grau de envolvimento, todos estavam buscando algo, uma chance, uma oportunidade. Eu realmente acho que recebi do projeto muito mais do que entreguei. (Mariana de Oliveira Diefenthaler, 29.08.2022).

A seguir, apresentamos o depoimento de Raphaela Pereira Dellazeri⁵, graduanda de Letras (na modalidade EAD), cujo engajamento no projeto se deu especialmente neste ano de 2022:

Participar do projeto LER – Remição & Leitura, no presídio de Taquara (PETAQ), é de suma importância tanto na minha vivência enquanto pesquisadora na área das Ciências Sociais e graduanda no curso de Letras, mas, principalmente, pelo cunho social desenvolvido neste projeto que me toca de forma pessoal. Propiciar a dimensão da leitura para pessoas privadas de liberdade, visto que poucas são as políticas públicas para atingir esses indivíduos, é uma alternativa de grande valia no processo de ressocialização. A leitura enquanto estímulo para remição também oportuniza novos horizontes da situação no qual o indivíduo se encontra, pretendendo tocá-lo de forma positiva e atingindo de diversas formas quem se engaja para

⁵ Além de ser graduanda em Letras – Português (UNISINOS), é bacharela (2020) e mestranda em Ciências Sociais (PUCRS); bolsista CAPES e Deutsche Forschungsgemeinschaft; pesquisadora em parceria com a Georg-August-Universität Göttingen, a University of Ghana e o Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES-PUCRS).

QUADRO 4
Atividades em eventos

Data e local	Evento	Título	Participante
7/11/2019 UNISINOS Auditório Bruno Hammes	I Compartilhando as Letras	Compartilhando Projetos Sociais: Programa LER: Leitura e Remição	Alexandre Dargel, Eliana Pritsch e Bruna Piasson
15/07/2020 UNISINOS (on-line)	UNISINOS Festival	O profissional de Letras na promoção da inserção social (mesa-redonda)	Eliana Pritsch e Bruno Evaldt
UNISINOS 22/10/2020 (on-line)	III Colóquio de Pesquisa em Linguística Aplicada e II Compartilhando as Letras	Oficina	Eliana Pritsch, Andrea Wolwacz, Isabel Arendt, Bruno Evaldt, Mariana de Oliveira Diefenthaeler, Maira Cardoso
06/11/2020 Congresso Internacional de 2020 da ABRALIC (On-Line)	Diálogos Transdisciplinares: O Componente Estético como Princípio Metodológico	Programa LER: Leitura e Remição	Andrea Ferrás Wolwacz e Eliana Inge Pritsch
24/11/2020 UNISINOS (On-Line)	I Ciclo de Encontros Chance	Programa LER: Leitura e Remição	Adila Naud de Moura e Isaia
Junho/22	Compartilhando as Letras: Conhecendo a Iniciação Científica e os Programas Extensionistas - UNISINOS	Programa LER: Leitura e Remição	Adila Naud de Moura e Isaia, Isabel Cristina Arendt com participação de alunas (Raphaela Pereira Dellazeri e Patrícia Fischer Weber)
Junho/22	MEx 2022 – Mostra de Extensão UNISINOS ²	Programa LER: Leitura e Remição	Adila Naud de Moura e Isaia, Isabel Cristina Arendt com participação de alunas (Raphaela Pereira Dellazeri e Camila Ferrari Pinto)

FONTE: Elaborado pelas autoras

que as dinâmicas, apresentações das obras e todo o projeto ocorram satisfatoriamente. Iniciei neste ano de 2022, e tive o prazer de me engajar no projeto com três obras até o momento. É bastante significativo apresentar uma obra e ver as trocas e construções que os participantes trazem, de quem, por vezes, não tem incentivo à leitura em nenhum outro espaço de socialização durante a sua vida. Procuo me despir de qualquer juízo de valor e aprender com o que os encontros têm a me proporcionar, e tento – sempre

com muito ânimo – contribuir nem que seja um pouquinho neste processo de fomento da leitura. (Raphaela Pereira Dellazeri, 30.08.2022).

Considerações finais

No contexto da pandemia, que interrompeu a continuidade do projeto por vários meses, pudemos enviar ao menos um livro de presente aos apenados que haviam

QUADRO 5

Acadêmicos que ministraram oficinas e respectivas atividades acadêmicas

	Alunos	Atividades Acadêmicas
out/ 2019	Bruna Piasson	Formação do Jovem Leitor Labirinto da Leitura
nov/ 2019	Maira Cardoso	Formação do Jovem Leitor Labirinto da Leitura
dez/ 2019	Mariana de Oliveira Diefenthaeler	Formação do Jovem Leitor Literatura Inglesa
mar/ 2020	Bruno Evaldt	Literatura e Identidade Cultural
nov/2021	Camila Ferrari Pinto	EAD – Introdução aos Estudos Literários
	Patrícia Fischer Weber	Temas da Literatura Universal
dez/2021	Camila Ferrari Pinto	EAD – Introdução aos Estudos Literários
	Joseane Lucia de Mello	Literatura e Identidade Cultural
mar/2022	Camila Ferrari Pinto	EAD - Temas em Literatura Ocidental
	Raphaela Pereira Dellazeri	EAD - Temas em Literatura Ocidental
maio/2022	Camila Ferrari Pinto	EAD - Temas em Literatura Ocidental
	Raphaela Pereira Dellazeri	EAD - Temas em Literatura Ocidental
jul/2022	Raphaela Pereira Dellazeri	EAD - Temas em Literatura Ocidental

FONTE: Elaborado pelas autoras

participado das oficinas até então. Entregamos o livro *Conto de Natal*, de Charles Dickens, em dezembro de 2020.

Cabe salientar, como forma de amplificar a proposta do projeto que foi aqui descrito, o quanto tem sido desafiadora a implementação das oficinas e das correções, uma vez que, desde a escolha das leituras até a avaliação dos textos, passando pelas idas ao PETAQ, nossa perspectiva precisou ser bastante modificada. Como professoras e formadoras de professores, temos uma visão solidificada sobre escolhas referentes a um determinado público, alunos pertencentes aos mais variados níveis de ensino. Na presente realidade, nos foi dada a tarefa de diversificar este público, o que gerou para o grupo novos desafios e reflexões.

Participar deste projeto certamente nos humaniza – enquanto professoras e acadêmicos do curso de Letras da UNISINOS. Assim como o texto literário faz com seus leitores, acontece conosco. E os ricos

depoimentos das alunas que tiveram a oportunidade de vivenciar e experienciar o projeto evidenciam isso também. Enriquecemos todos!

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In: Vários escritos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

PRESÍDIO ESTADUAL DE TAQUARA (PETAQ). **Programa LER**: leitura e remição. Taquara, 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração Penitenciária. **Portaria Conjunta SEAPEN/SUSEPE N° 002/2021**, de 26 de maio de 2021. Estabelece diretrizes a serem adotadas nos estabelecimentos prisionais para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio

de práticas sociais educativas. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 107, p. 115-119, 26 maio 2021. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=2021-05-26&pg=115> . Acesso em: 30 maio 2022.

STEFFEN, Lisandra. Literatura e liberdade. **Portal do Mescla**, 6 maio 2020. Disponível em: <http://mescla.cc/2020/06/05/literatura-e-liberdade/>. Acesso em: 30 maio 2022.

UNISINOS. **Projeto Chance**. Disponível em: <http://www.unisinos.br/extensao/acao-social/projetos/projeto-chance>. Acesso em: 30 maio 2022.

EXTENSÃO INDUSTRIAL EXPORTADORA: o case do Programa de Qualificação para Exportação – Núcleo Operacional PEIEX Criciúma

AUTORES(*)

JÚLIO CÉSAR ZILLI
 JANINI CUNHA DE BORBA
 FERNANDO LOCKS MACHADO
 VALDIR SCARDUELLI NETO

RESUMO

A atividade extensionista proporciona ganhos no aspecto social e econômico no contexto onde é executada, trata-se de ações que permitem fazer a ponte entre a universidade e o mercado. Para tanto, o case PEIEX Criciúma teve por objetivo qualificar empresas das microrregiões da AMUREL, AMREC e AMESC a se inserirem no mercado internacional de forma planejada e segura, tendo em vista a sua implementação por meio da parceria firmada entre o grupo de pesquisa GENINT (Gestão e Estratégia em Negócios Internacionais), da UNESC, e a Apex-Brasil. Metodologicamente, o processo de qualificação das empresas se deu por meio de visitas semanais dos técnicos extensionistas mediante a aplicação de um plano de trabalho previamente discutido com o empresário. Com isso, mais de 350 empresas foram contactadas, 111 foram capacitadas pelo PEIEX Criciúma, entre agosto de 2019 e julho 2021, atingindo 19 setores da economia, 31 cidades e a efetivação de exportação de 32 empresas durante a execução do programa. Com o projeto sendo executado na região, percebeu-se impactos positivos no que tange o movimento das associações e indústrias, o que possibilitou um fortalecimento da cultura exportadora, denotando a relevância da atividade extensionista no meio industrial.

PALAVRAS-CHAVE

Exportação; qualificação; extensão.

Introdução

O PEIEX é o *Programa de Qualificação para Exportação* e tem por objetivo capacitar empresas brasileiras a iniciarem seu processo de exportação de forma planejada e segura.

O programa é uma iniciativa da Agência Brasileira de Promoção a Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O PEIEX é implementado em todas as regiões do país por meio de um convênio da Apex-Brasil com universidades, parques tecnológicos ou federações de indústria. Chamadas de “entidades executoras”, elas são as responsáveis pela aplicação da metodologia do PEIEX na qualificação das empresas. Tanto a região quanto a entidade executora passam por um rigoroso processo de avaliação técnica realizado pela Apex-Brasil, que inclui visita presencial, análise do potencial econômico-financeiro da região e da infraestrutura necessária para instalação de um Núcleo Operacional PEIEX, bem como da experiência com projetos de extensão e capacitação empresarial.

Após 3 anos de tratativas, iniciadas em 2016, a Apex-Brasil firmou convênio com a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) para a execução do PEIEX no Sul de Santa Catarina, abrangendo as microrregiões da AMUREL, AMREC e AMESC. O convênio só foi possível por meio do Grupo de Pesquisa Gestão e Estratégia em Negócios Internacionais (GENINT), liderado pelo Professor Dr. Júlio César Zilli, que é também o coordenador do Núcleo Operacional PEIEX Criciúma.

(*) **JÚLIO CÉSAR ZILLI:** professor de graduação e pós-graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC/UFSC; mestre em Desenvolvimento socioeconômico – UNESC; especialista em Magistério Superior – UNESC; MBA em Gestão Empresarial – UNESC; graduado em Ciências Contábeis – UNIVALI; juliozilli40@gmail.com. **JANINI BORBA:** professora de graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; mestranda em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC/UFSC; MBA em Comércio Exterior e Negócios Internacionais – UNESC; graduada em Administração com linha de formação específica em Comércio Exterior – UNESC; janiniborba@gmail.com. **FERNANDO LOCKS MACHADO:** professor de graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; mestre em Desenvolvimento socioeconômico – UNESC; graduado em Administração com linha de formação específica em Comércio Exterior – UNESC; locksmachado.fernando@gmail.com. **VALDIR SCARDUELLI NETO:** professor de graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; mestrando em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC/UFSC; MBA em Comércio Exterior e Negócios Internacionais – UNESC; graduado em Administração com linha de formação específica em Comércio Exterior – UNESC; scarduellivaldir@gmail.com.

Para tanto, o núcleo iniciou os trabalhos no dia 30 de julho de 2019, com uma equipe formada por um coordenador, um monitor, quatro técnicos extensionistas e dois apoios administrativos, tendo a desafiadora missão de qualificar 100 empresas sul catarinenses para a exportação até o final do convênio de dois anos, em 30 de julho de 2021.

Desenvolvimento

Criada em 2003, a Apex-Brasil atua para promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros de forma coordenada com atores públicos e privados, dando auxílio ao desenvolvimento da competitividade das empresas brasileiras no âmbito internacional.

Tendo em vista a atuação da agência no suporte e potencialização no escopo internacional, a Apex-Brasil possui 5 pilares principais de atuação, sendo eles: inteligência comercial, estratégia para internacionalização, promoção de negócio e imagem, atração de investimento e o pilar de qualificação empresarial, onde o PEIEX está inserido.

De acordo com a Apex-Brasil (2022) são muitas as dúvidas das empresas no que se refere a comercialização internacional de bens e serviços. Os questionamentos mais recorrentes são: “*Minha empresa está pronta para exportar? Qual é a melhor forma de fazer meu*

produto chegar a um determinado mercado? Como deve ser a negociação com o comprador internacional? Como formar o preço do meu produto para outro país? Devo exportar diretamente ou fazer uso de uma comercial exportadora?”. Sendo assim, o PEIEX auxilia o empresário brasileiro a responder essas questões.

No contexto da parceria com a UNESC, a universidade se destaca por diversos programas extensionistas, possibilitando a promoção e integração de conhecimentos entre a universidade e a sociedade, tendo por base o tripé “ensino, pesquisa e extensão”, envolvendo a comunidade acadêmica para a contribuição do fortalecimento da missão institucional no enfrentamento dos problemas regionais (UNESC, 2022).

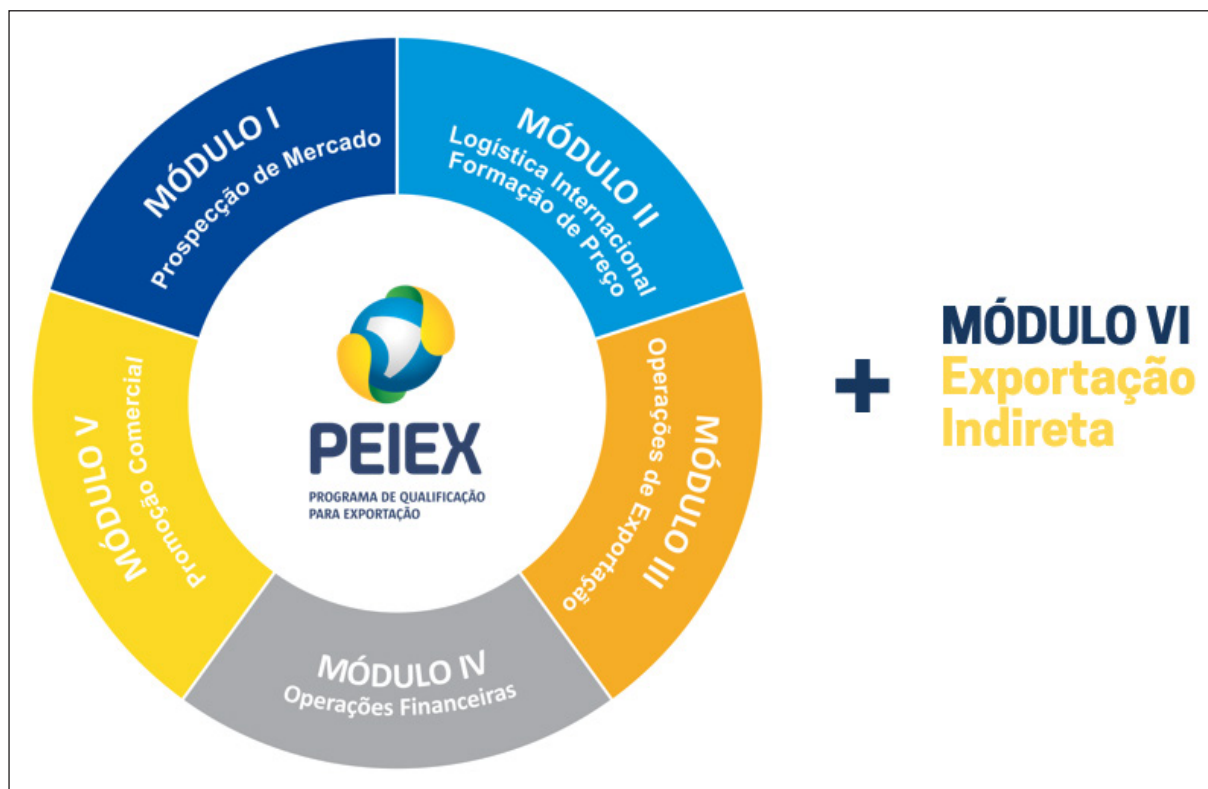
Ademais, além da entidade executora parceira da Apex-Brasil, o PEIEX conta com o apoio de outros parceiros regionais onde o programa é executado. Os parceiros regionais auxiliam na estimativa de empresas com potencial para receber a capacitação, indicam empresas para o programa, bem como fornecem outros serviços na área de melhoria da gestão e busca de soluções a eventuais desafios da organização.

Metodologia

No que tange os procedimentos metodológicos de execução do programa, as qualificações são feitas pelos técnicos extensionistas e se dão por visitas semanais

FIGURA 1

Módulos do processo de qualificação PEIEX Criciúma



FONTE: Elaboração dos autores (2019)

às empresas. Com base nas informações levantadas na primeira visita, os técnicos elaboram um plano de trabalho direcionado para as necessidades e perfil da organização e de acordo com as agendas dos empresários.

O plano de trabalho aplicado pelo técnico extensionista aborda 25 tópicos de qualificação que permeiam o universo internacional da exportação. Para tanto, tendo em vista uma melhor organização didática, os itens do plano de trabalho foram agrupados em 5 módulos acrescidos de 1 módulo extra, assim como mostra a figura 1.

A figura 1 evidencia de forma clara o fluxo operacional do processo de exportação, que aborda desde a prospecção de mercado e tratativas comerciais até ações no âmbito de promoção comercial, para que assim a empresa possa entender como promover seu produto e marca no comércio internacional. Além disso, o módulo extra de exportação indireta capacita a empresa ao entendimento da terceirização parcial ou total das sub operações da venda no mercado externo.

Adiante, ao final do atendimento e aplicação do plano de trabalho, o empresário recebe um plano de exportação para orientar a sua inserção internacional, tendo em vista uma NCM e um mercado-alvo.

Resultados

Como resultado do programa de qualificação, mais de 350 empresas foram contactadas, em média 800

qualificações *in company* foram realizadas junto ao empresário, 20 encontros de capacitação coletiva e 91 indicações de empresas para participação em projetos setoriais que proporcionam a potencialização da internacionalização.

O Núcleo Operacional PEIEX Criciúma atendeu 111 empresas em toda a região sul catarinense e esteve presente em 31 cidades, com destaque para a AMREC que somou 67 empresas atendidas nas 12 cidades da associação. A região da AMESC contou com 26 empresas, distribuídas em 9 cidades, e a AMUREL esteve presente no programa com 17 empresas de 10 cidades diferentes.

O PEIEX Criciúma pôde atender 19 setores da nossa economia, entre os quais estiveram presentes principalmente empresas de alimentos e bebidas (26), indústria têxtil (15), indústria química (15), moda e acessórios (6) e empresas de base tecnológica (6), que assim representaram 61% de todas as empresas atendidas.

Ademais, na microrregião da AMUREL constatou-se a exportação de 7 empresas durante o processo de qualificação, da mesma forma, 19 empresas da AMREC inseridas no programa exportaram, bem como, outras 6 empresas da AMESC efetivaram venda no mercado externo. Os países para os quais os produtos foram direcionados alcançaram mercados em todos os continentes, no entanto, com maior recorrência na América do Sul e Europa.

Em complemento aos resultados do PEIEX Criciúma, vale destacar as parcerias realizadas com o

FIGURA 2
Instituições parceiras do Comitê Consultivo PEIEX Criciúma



FONTE: Elaboração dos autores (2021)

SEBRAE para o desenvolvimento de sites trilingues, o reconhecimento por parte do município de Criciúma na condição do programa ter recebido uma moção de aplausos da Câmara de Vereadores, além da participação de algumas empresas em programas de rádio e TV, bem como a gravação de *cases* de sucesso com o suporte da equipe de comunicação da UNESCO.

Salienta-se, ainda, a formação do Comitê Consultivo PEIEX Criciúma, constituído por diversas instituições parceiras da região, ilustrado pelas logomarcas na figura 2.

Todos esses parceiros elencados na figura 2 tiveram como responsabilidade acompanhar as atividades executadas pelo núcleo, além de auxiliar a equipe na busca de soluções no processo de capacitação, bem como indicar empresas para o atendimento e ofertar serviços como forma de complementar as atividades do PEIEX.

Como evidenciado, diversas ações, parcerias e redes de relacionamento foram construídas para que a efetivação do Núcleo Operacional de Criciúma fosse validada, levando as empresas um serviço de excelência.

Considerações finais

A dinâmica dos projetos de extensão proporciona à comunidade novas oportunidades de se relacionar com o mercado e o meio em que estão inseridas a partir de uma parceria que tem por base um conhecimento a ser transmitido. Na prática, é a forma de levar o conhecimento produzido dentro da universidade para a comunidade ao seu redor, indústria e/ou mercado.

O PEIEX Criciúma possibilitou um impacto muito positivo no extremo sul catarinense, proporcionando que pequenas e médias empresas conhecessem o po-

tencial do próprio produto no mercado internacional e aumentando faturamento, geração de empregos e desenvolvimento socioeconômico. Percebeu-se, ainda, que as ações do programa encorajaram o movimento entre as instituições, associações e empresas que atuam no comércio exterior para o fortalecimento da cultura de internacionalização na região, beneficiando toda a rede de envolvidos nesse ecossistema.

No contexto geral, constatou-se quão diversificados são os ramos de atividades existentes na região, que contemplaram produtos e serviços de alta qualidade e visados no mercado internacional, principalmente aqueles que remetem às características de brasilidade do nosso povo, tais como, os produtos de moda praia e moda fitness, o mel e o açaí.

Por fim, ao visualizar os resultados do PEIEX Criciúma, descobriu-se a força da região sul catarinense na busca pelo mercado externo por meio das exportações e de como o programa pôde trazer essa sensibilização para o empresário ao despertar o empreendedorismo internacional nas empresas atendidas aos passos em que a metodologia vinha sido implementada e as oportunidades apresentadas.

REFERÊNCIAS

APEX-BRASIL. **Qualifique sua empresa** Peiex. *In*: PORTAL APEX-Brasil, [2022?]. Disponível em: <https://portal.apexbrasil.com.br/qualifique-sua-empresa-peiox/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

UNESCO. **A Extensão**. *In*: UNESCO, [2022?]. Disponível em: <https://www.unesc.net/portal/capa/index/262/5418>. Acesso em: 20 jul. 2022.

REDE LER: espaço on-line de formação de professores leitores literários

AUTORES(*)

JOSIANE LAURINDO DE MORAIS
 INDIAMARA COSTA RODRIGUES
 CIBELE BEIRITH FIGUEIREDO FREITAS
 GRAZIELA FÁTIMA GIACOMAZZO
 MERISANDRA CÔRTEZ DE MATTOS GARCIA

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões a partir das ações desenvolvidas no projeto de extensão Rede Ler, cujo objetivo é promover a ampliação do repertório cultural e a formação de professores leitores literários por meio de encontros on-line, via plataformas digitais. Essa metodologia surge a partir dos desafios e limites impostos pela pandemia da Covid-19 em 2020, que impulsionou essa modalidade de interação e intervenção pedagógica extensionista na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Para tanto, abordam-se as temáticas das tecnologias e formação de professores, bem como o desenvolvimento do projeto. Considera-se que há contribuição na ampliação do repertório cultural e conhecimento de mundo, na formação do pensamento crítico, por meio de leituras e debates, além das relações entre os textos lidos à realidade e às práticas docentes.

PALAVRAS-CHAVE

Formação de professores; formação humana; literatura.

Introdução

A pandemia da Covid-19 acelerou alguns processos que estavam em um futuro relativamente distante. Um deles diz respeito ao uso da tecnologia nos mais variados setores da sociedade. Nos últimos dois anos, a tecnologia aproximou quem estava distante. Seja em *lives*, chamadas de vídeo ou videoaulas, ela se mostrou elementar para que muitas atividades humanas se mantivessem funcionando ou para que não fossem prejudicadas, já que a pandemia obrigou a todos o isolamento, dada a alta taxa de transmissão do coronavírus.

A tecnologia faz parte de inúmeras atividades do nosso cotidiano e se tornou essencial para o funcionamento de muitos setores, os quais obtiveram resultados positivos mesmo em meio à pandemia. Um desses setores é o educacional. Os professores, durante o período pandêmico, puderam e ainda podem contar com inúmeras ferramentas tecnológicas voltadas para o processo de ensino-aprendizagem.

Quando se fala em tecnologias educacionais, considera-se que “a linguagem computacional é um dado cultural da sociedade, e os alunos demonstram grande

(*) **JOSIANE LAURINDO DE MORAIS:** voluntária no projeto de extensão Rede Ler, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; pós-graduada em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura – UNIASSSELVI; pós-graduada em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação – UNIASSSELVI; graduada em Letras – Segunda Licenciatura em Língua Inglesa – UNESC; graduada em Letras – Habilitação Língua Portuguesa – UNESC; josi.morais_95@hotmail.com. **INDIAMARA COSTA RODRIGUES:** acadêmica da 6ª fase no curso de Letras – Habilitação Língua Portuguesa e bolsista no projeto de extensão Rede Ler, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; indiamaracosta_letras@unesc.net. **CIBELE BEIRITH FIGUEIREDO FREITAS:** coordenadora do projeto de extensão Rede Ler, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; doutora, mestra e licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; docente nos cursos de graduação da UNESC e assessora pedagógica do Setor de Educação a Distância (SEaD); pesquisadora do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação e Cultura Digital CNPq/UNESC e do grupo de pesquisa Littera CNPq/UNESC; coordenadora do subprojeto Letras, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), e o Projeto de Extensão “Leitura Literária com Detentos: uma contribuição para a cidadania”, do Programa de Extensão Território Paulo Freire, da UNESC; participante do Projeto de Extensão “Sala de Leitura Itinerante: provocando e transformando leitores literários”, do curso de Letras da UNESC; cibele@unesc.net. **GRAZIELA FÁTIMA GIACOMAZZO:** pesquisadora no projeto de extensão Rede Ler, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; especialista em Psicologia Escolar pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação e Cultura Digital CNPq/UNESC; docente nos cursos de graduação e pós-graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, desde 2000; docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias de Informação e Comunicação (PPGTIC) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; integrante do Grupo Observatório Ibero-americano de Educomunicação. Membro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); gfg@unesc.net. **MERISANDRA CÔRTEZ DE MATTOS GARCIA:** pesquisadora no projeto de extensão Rede Ler, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; doutora em Engenharia Elétrica e mestra em Ciência da Computação, ambas as titulações com ênfase em Inteligência Artificial e pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; docente do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Produtivos (UNIPLAC, UNC, UNESC, UNIVILLE) e do curso de Ciência da Computação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; líder do Grupo de Pesquisa em Inteligência Artificial Aplicada. atua como docente universitária desde 2001, com expertise em inteligência artificial, engenharia e gestão do conhecimento, machine learning e data science; mem@unesc.net.

familiaridade com ela, passando boa parte do dia manejando computadores, *laptops*, *tablets*, *Ipads*, etc., e ‘navegando’ na internet” (GENTILINI; SCARLATTO, 2015, p. 29). A geração atual de alunos tem o costume de navegar na internet através de aparelhos como *tablets* e computadores, logo, já está mais familiarizada com essas tecnologias, o que torna possível o trabalho do professor com essas novas formas de comunicação e interação.

No entanto, os professores precisam estar preparados para a utilização das ferramentas tecnológicas em sala de aula, haja vista que essas ferramentas são muito úteis no cenário contemporâneo. A capacitação precisa estar voltada também para ensinar os alunos a filtrarem informações. Em tempo de *fake news*, todo cuidado é pouco, ou seja, o professor tem um importante papel no combate à desinformação, e, para isso, a utilização de práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento do pensamento crítico se faz urgente.

Nesse contexto, então, surgiu o projeto Rede Ler, que foi concebido a partir da necessidade de novos espaços de formação de professores, na perspectiva de enriquecimento cultural e científico. O projeto está inserido no âmbito das ações de extensão do Território Paulo Freire I, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), que abrange a região da Santa Luzia, no município de Criciúma, SC. As ações do projeto pautam-se em encontros mensais com a participação de acadêmicas dos cursos de licenciatura e professoras da educação básica.

Nos encontros, são discutidos textos literários sobre temáticas que problematizam a realidade, como racismo, o papel da mulher na sociedade, entre outros que refletem o cotidiano social e que estão além dos espaços escolar e acadêmico. O objetivo geral do projeto é promover a ampliação do repertório cultural e a formação de professores leitores literários. Entre os objetivos específicos estão: promover a ampliação da compreensão das leituras por meio de debates sobre os textos lidos; ampliar o repertório cultural e o conhecimento de mundo e relacionar os textos lidos à realidade.

Assim sendo, este artigo se propõe a discutir a presença da tecnologia na sociedade atual, principalmente no que diz respeito à formação dos professores, e a formação dos professores em um projeto de extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), o Rede Ler, que visa, através de discussões e debates a partir de textos literários, o enriquecimento da bagagem literária das professoras e acadêmicas envolvidas no projeto, de modo a desenvolver seu pensamento crítico e provocar a reflexão sobre sua prática pedagógica.

Tecnologias e formação de professores

A revolução tecnológica, na contemporaneidade, atinge e remolda todas as relações em nível mundial. Intitulada globalização 3.0, está gerando transformações na função, na administração empresarial,

na estrutura dos governos, e, na educação, no modo como se ensina e como se aprende (FAVA, 2014). No campo educacional, as instituições escolhem o que ensinar considerando a sociedade atual, na qual as transformações são rápidas e as tecnologias, profissões e conhecimento se tornam ultrapassados em um período curto (FAVA, 2014).

Com a velocidade e a quantidade de informações que são disparadas a todo momento, em todos os meios midiáticos, e que rapidamente se tornam ultrapassadas, a escola pensa, hoje, em conteúdos voltados para a preparação do indivíduo para essa nova realidade. Nela, empregos tradicionais desaparecem e dão lugar a novas formas de ocupação laboral. Nesse cenário, as empresas exigem, além de competências técnicas, outras habilidades, como as emocionais.

Nessa perspectiva, considerando que as tecnologias digitais estão se inserindo de forma progressiva no cotidiano escolar, é necessário pensar formas de inserção das tecnologias que estão à disposição dos professores, para que possam inovar suas aulas e ir ao encontro das expectativas dos alunos, que já nasceram em um meio atravessado pela tecnologia. De acordo com Fava (2014, p. 74),

os estudantes Y e Z precisam ser mediados, mas também desejam ser respeitados e ouvidos; almejam realizar seus sonhos e paixões; pleiteiam aprender utilizando as ferramentas de seu tempo; preferem se relacionar e aprender em grupo; querem se conectar com seus pares para expressar, dividir, compartilhar opiniões dentro e fora da escola; esperam cooperar, interagir, concorrer, competir uns com os outros; ambicionam uma educação que não seja apenas relevante, mas real.

Desse modo, o professor capacitado, com a utilização das novas tecnologias, atende à demanda das gerações Y e Z, que diz respeito ao relacionamento interpessoal, à conexão e ao uso das redes e mídias sociais para se expressar, compartilhar, interagir, entre outras funções. Além disso, é preciso saber se adaptar a circunstâncias diversas, solucionar problemas, estar disposto a desempenhar várias tarefas e estar frequentemente buscando a formação de cidadãos críticos, aptos a atuarem na sociedade com o fim de torná-la melhor, mais justa, mais humana.

Para que esse objetivo se concretize, um dos pontos a serem trabalhados pelo professor diz respeito ao acesso à informação. A circulação da informação “na era digital requer reconsiderar de maneira substancial o conceito de aprendizagem e os processos de ensino.” (PÉREZ GÓMEZ, 2015, p. 28). O professor, hoje, funciona como um mediador no acesso à informação, pois é preciso analisá-la, verificar sua veracidade e, mais importante, ensinar aos alunos como encontrá-la, quais fontes utilizar, como organizá-la, compartilhá-la, para que possam se apropriar dela adequadamente, construir o conhecimento acerca da realidade na qual estão inseridos e, mais do que isso, para terem a capacidade de modificá-la para melhor sempre que necessário.

O projeto Rede Ler está inserido nessa realidade, pois o enriquecimento do arcabouço literário do professor pode reverberar em suas práticas pedagógicas, no sentido de desenvolver o pensamento crítico dos alunos e capacitá-los para uma reflexão sobre a realidade na qual estão inseridos, o que pode ser traduzido como uma formação humanizada, que possibilita a reflexão sobre os mais diversos temas e a capacitação para intervir no ambiente social de modo a torná-lo mais justo para todos.

Literatura e formação humana

É inegável que a literatura é uma das mais importantes atividades humanas, pois, além do conhecimento que nos proporciona, essa arte contribui para uma formação humana e crítica a respeito daquilo que nos cerca. A literatura é responsável por nos dar um outro olhar sobre o mundo e também sobre nós mesmos. Tal constatação se faz também no meio educacional. Tamanha é sua importância que foi incluída como objeto de ensino na BNCC:

no âmbito do Campo artístico-literário, trata-se de possibilitar o contato com as manifestações artísticas em geral, e, de forma particular e especial, com a arte literária e de oferecer as condições para que se possa reconhecer, valorizar e fruir essas manifestações. Está em jogo a continuidade da formação do leitor literário, com especial destaque para o desenvolvimento da fruição, de modo a evidenciar a condição estética desse tipo de leitura e de escrita. Para que a função utilitária da literatura – e da arte em geral – possa dar lugar à sua dimensão humanizadora, transformadora e mobilizadora, é preciso supor – e, portanto, garantir a formação de – um leitor-fruidor, ou seja, de um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de “desvendar” suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura (BRASIL, 2018, p. 138).

O trecho anterior elucida a relevância da literatura no ambiente escolar. À medida que o aluno vai se desenvolvendo, novos gêneros e textos fazem parte do seu repertório e, dessa maneira, molda-se uma progressão da complexidade de modo a haver uma transição da exclusiva fruição para a leitura dos diversos sentidos que o texto literário traz consigo e para a percepção da leitura que esse tipo de texto faz da realidade.

De acordo com Pessoa (2013, p. 188), “a literatura tem a ver com educação no sentido de formar o cidadão como ser portador de valores, cômico dos seus direitos e dos seus deveres, que se compreende como parte da natureza e não seu algoz”. Isso é, a literatura é um instrumento educacional voltado para a formação de valores, para a formação para a cidadania. É também a literatura que forma a consciência de que problemas como o machismo, o racismo e as desigualdades existem. Leia-se o poema abaixo:

Lira Itabirana (Carlos Drummond de Andrade)

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.
Entre estatais
E multinacionais,
Quanto ais!
A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.
Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?

No poema acima, Drummond quis expressar o seu descontentamento com os impactos ambientais causados pela atividade de uma empresa mineradora em Minas Gerais no século passado. Esse é um exemplo de texto literário que pode ser usado para uma discussão sobre os desastres em Mariana e Brumadinho, decorrentes das atividades da Vale. Percebe-se, então, a literatura como uma forma de denúncia das mazelas e injustiças sociais. Ressalta-se, ainda, a atemporalidade do texto literário, ou seja, um texto que foi escrito no século anterior ainda é válido nos dias de hoje, pois reflete realidades ainda existentes na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, afirma-se que “literatura é prática social, é conhecimento e instrução, mas é também arte. Arte que traz sensibilidade, que rompe com o materialismo e alienação do cotidiano.” (SCHÄFFEL; POSSANI, 2016, [s.p.]). É por isso que literatura é considerada arte, porque, como arte, nos faz parar, observar, refletir e por fim dar novos sentidos ao meio no qual estamos inseridos. Além disso, a literatura nos permite, dentre outros tantos aspectos, conhecer nossa própria história.

De acordo com Lajolo (1984, p. 65),

o mundo representado na literatura, simbólica ou realista, nasce da experiência que o escritor tem de uma realidade histórica e social muito bem delimitada. O universo que autor e leitor compartilham, a partir da criação do primeiro e da recriação do segundo, é um universo que corresponde a uma síntese – intuitiva ou racional, simbólica ou realista – do aqui e agora que se vive.

O mundo representado pela literatura é o mundo do qual os sujeitos – autor e leitor – fazem parte. O autor é quem transcreve, de forma literal ou metafórica, a realidade para que o leitor, ao perceber os sentidos que o texto traz, compreenda essa realidade para refleti-la e, talvez, transformá-la. Uma boa leitura, que tem como fim a interpretação do que por vezes está implícito no texto, permanece ecoando no leitor e se traduz como experiência de vida, porque ela não acaba quando termina o livro ou o poema (LAJOLO, 1984).

Rede ler: espaço on-line de formação de professores leitores literários

O projeto Rede Ler é um espaço on-line de formação de professores leitores literários. O projeto parte das ações iniciais em 2020 com um grupo de acadêmicas do curso de Pedagogia (modalidade a distância) da UNESC. Na edição atual, inicialmente realizou-se um levantamento das escolas existentes na região da Santa Luzia (Criciúma, SC), que compõe o Território Paulo Freire I. Após, entrou-se em contato com as escolas para solicitar a indicação de professores para participação no projeto. Em seguida, as professoras indicadas foram contatadas para orientações sobre o projeto e inscrição. Foram convidadas, também, acadêmicas de licenciatura da UNESC.

Os encontros ocorrem uma vez por mês, via *Google Meet*, e as participantes são convidadas a refletirem sobre os textos lidos, previamente enviados para leitura. Todos os encontros são gravados e registrados, e é gerada uma lista de presença para fins de certificação. Foi criado um grupo no *WhatsApp* para comunicação com as participantes do projeto. Os encontros são planejados pela equipe do projeto, que se reúne semanalmente para selecionar textos literários, elaborar roteiros, efetuar a curadoria dos materiais e organizar a agenda e demais documentos de registro.

Até a data de elaboração do presente artigo, foram realizados sete encontros literários. No decorrer desse período, já é possível evidenciar contribuições significativas – tanto para as professoras participantes quanto para as acadêmicas envolvidas no projeto – no processo de imersão em diferentes contextos sociais, proporcionados pelas reflexões que surgem a partir da leitura dos textos literários propostos. Com base nas contribuições sobre as percepções individuais de leitura, os encontros tornam-se um importante espaço de conscientização sobre problemáticas sociais vigentes, que permeiam os mais diversos espaços da sociedade contemporânea, inclusive a escola. Importantes questões já foram problematizadas durante as rodas (on-line) de conversa, dentre elas, o papel da mulher na sociedade, o racismo estrutural e a educação inclusiva. Para além da conscientização sobre esses assuntos, os debates ainda possibilitaram o exercício de relacionar essas questões sociais a reflexões pertinentes à prática docente.

A exemplo dos objetivos já alcançados nesse breve período de execução do projeto de extensão Rede Ler da UNESC, pode-se citar três encontros realizados ao longo do ano de 2021. O primeiro é o 2º encontro literário realizado nesse ano, que teve como base para as discussões a crônica *Cem anos de perdão*, da escritora e jornalista brasileira Clarice Lispector. As contribuições das participantes sobre a leitura possibilitaram sensíveis reflexões sobre a infância e sobre aspectos que contemplam a essência feminina. No decorrer do encontro, foram expostas, pelas participantes, diferentes perspectivas sobre o papel da mulher na sociedade brasileira ao longo dos anos.

O 4º encontro literário teve como base para as discussões o conto *Olhos D'água*, da escritora brasileira Conceição Evaristo. As contribuições das participantes do evento resultaram em amplas reflexões sobre o racismo, o apagamento da cultura negra nos mais diversos espaços sociais e, sobretudo, acerca da necessidade de uma reconfiguração das práticas pedagógicas, evidenciando a importância da escola no processo de valorização do pluralismo cultural.

Destaca-se também o 5º encontro literário do projeto, no qual tivemos como base para as discussões o conto *Cinnamon*, do roteirista e escritor britânico Neil Gaiman. Durante os debates, as participantes estabeleceram relações entre a temática do texto e o exercício docente, evidenciando questões relacionadas à educação inclusiva e ao papel do professor nesse contexto.

Como é possível perceber, o projeto Rede Ler, que tem como objetivo promover a ampliação do repertório cultural e a formação de professores leitores literários, propicia momentos de leitura e discussão de textos literários dos mais diversos gêneros. São romances, crônicas, contos, poesias que estão voltados para o enriquecimento do arcabouço literário do professor, aumentando, desse modo, seu conhecimento de mundo e qualificando sua prática pedagógica. Segundo Koch, “[...] o texto é lugar de interação de sujeitos sociais, os quais, dialogicamente, nele se constituem e são constituídos [...]” (KOCH, 2008, p.7). Dessa maneira, os textos discutidos nos encontros contribuem para a troca de ideias e conhecimentos das professoras e acadêmicas, que trazem consigo experiências e visões diferentes de mundo.

As discussões feitas no âmbito do projeto valorizam o conhecimento que cada uma das participantes carrega consigo. Ressalta-se que não há apenas uma leitura considerada correta sobre o texto discutido, o que converge para o que Koch (2008) avalia como maneiras diferentes de ler o texto. Ou seja, considerando que o leitor possui experiência e conhecimento de mundo singulares, sua maneira de ler e interpretar o texto refletirá sua bagagem de conhecimento individual.

A proposta de trabalhar com leitura contribui para o aprofundamento do conhecimento de mundo do professor e para o aperfeiçoamento de sua prática pedagógica. De acordo com Rildo Cosson, “o efeito de proximidade que o texto literário traz é produto de sua inserção profunda em uma sociedade, é resultado do diálogo que ele nos permite manter com o mundo e com os outros” (2014, p. 28). Assim, o contato com diferentes textos contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico do professor e para a qualificação de sua prática docente, pois os textos discutidos no projeto refletem cotidianos muitas vezes vivenciados pelos alunos. Dessa forma, a inserção dos textos literários na prática pedagógica do professor pode suscitar reflexões sobre a realidade dos alunos e promoção de ações ou soluções para transformar tal realidade.

O projeto tem se mostrado uma importante ferramenta não só para a imersão em diferentes contextos sociais e reflexões sobre as práticas docentes em meio a esses contextos, como também para a apropriação

dos diferentes gêneros textuais trabalhados e para o aumento do repertório cultural das participantes, visto que antes de cada encontro a equipe organizadora elabora e disponibiliza ao grupo materiais explicativos – vídeos, áudios, entrevistas, imagens, entre outros –, de modo a contextualizar historicamente vida e obras dos referidos autores, contribuindo, assim, para a ampliação do arcabouço teórico das participantes. Também com vistas a ampliar o repertório de leituras, a equipe organizadora realiza sorteios de livros, instigando a leitura de obras literárias mais densas na íntegra. Dados os resultados obtidos até o presente momento, fica evidente a importância do projeto para a formação de professores leitores proficientes.

Considerações finais

O Rede Ler vem contribuindo de forma significativa – tanto para as professoras participantes quanto para as acadêmicas envolvidas no projeto – para a imersão em diferentes contextos sociais, visto que as leituras propostas para os debates são textos que retratam diferentes perspectivas acerca da sociedade. O projeto também contribui para a formação acadêmica das estudantes envolvidas, pois possibilita ampliar suas concepções acerca das práticas pedagógicas e possibilita aplicar, nessas práticas, os conceitos teóricos assimilados na universidade. Assim sendo, o Rede Ler se constitui como um importante espaço de formação de professores, pois possibilita a ampliação do repertório de leitura, o desenvolvimento do pensamento crítico e o enriquecimento do arcabouço teórico e cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FAVA, Rui. **Educação 3.0: aplicando o PDCA nas instituições de ensino**. São Paulo: Saraiva, 2014. Recurso on-line. Disponível em: https://www.colegiosantanna.com.br/formacao/downloads/Educacao_3.0.pdf. Acesso em: 5 ago. 2022.

GENTILINI, João A.; SCARLATTO, Elaine Cristina. Inovações no ensino e na formação continuada de professores: retrocessos, avanços. *In*: PARENTE, Cláudia da Mota Darós; DO VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro; DE MATTOS, Maria José Viana Mar. **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas**. Porto Alegre: Penso, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **Educação na era digital: a escola educativa**. Porto Alegre: Penso, 2015.

PESSOA, Jadir de Moraes. Literatura e formação humana. **EccoS – Ver. Cient.**, São Paulo, n. 32, p. 179-196, set./dez. 2013.

SCHÄFFEL, Elisa Isabel; POSSANI, Taíse Neves. Literatura e formação humana: o lugar da literatura na escola segundo o documento preliminar à BNCC. *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 24., 2016, Ijuí. **Anais eletrônicos** [...]. Ijuí: UNIJUÍ, 2016. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/6666>. Acesso em: 5 ago. 2022.

Qualificação para o empreendedorismo internacional em empreendimentos rurais de vitivinicultores dos Vales da Uva Goethe - SC

AUTORES(*)

JÚLIO CÉSAR ZILLI
 MARIANA VARGAS DE OLIVEIRA
 VICTOR HUGO BONGIOLO
 JANINI CUNHA DE BORBA
 ADRIANA CARVALHO PINTO VIEIRA

RESUMO

O projeto de extensão tem como objetivo desenvolver atividades de extensão industrial universitária para qualificar os produtores rurais (vitivinicultores) no empreendedorismo internacional, por meio do desenvolvimento de um Plano de Negócio para Exportação, considerando a agregação de valor aos produtos pela incorporação da Indicação de Procedência no Vales da Uva Goethe (IPVUG). Metodologicamente, caracterizou-se com uma abordagem essencialmente qualitativa, por meio de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e um estudo multicaso. As cinco vitivinícolas delimitadas para o desenvolvimento do projeto foram escolhidas pelo critério de acessibilidade. Para que o objetivo central fosse atingido, estabeleceu-se um planejamento pontuando as atividades que devem ser cumpridas, tratando de estudos e ações técnicas, somadas à prática, com a entrega dos planos de exportação aos vitivinicultores. Marcou-se como a introdução ao envolvimento nas atividades práticas presenciais: visita a uma das vinícolas que compõe os Vales e montagem do primeiro Plano de Exportação para tal, apresentação no evento *XII Semana de Ciência e Tecnologia* da UNESC, apresentação do projeto no evento *Ações educativas de extensão* promovidas pelo *Projeto de Extensão AppGO da UNIJUÍ no contexto da Pandemia Covid-19 – contribuição da extensão universitária na capacitação continuada* promovido pela instituição UNISINOS, além da finalização da cartilha e encaminhamento para a editora da UNESC com

o intuito de revisão e publicação, conforme pontuado no planejamento. O projeto seguirá com os próximos passos fixados no planejamento, com o objetivo de atingir ao máximo a efetivação dos planos e atingir de forma mais positiva a mudança promovida na comunidade.

PALAVRAS-CHAVE

Empreendedorismo; internacionalização; indicação geográfica; Vales da Uva Goethe.

Introdução

O foco da pesquisa é o desenvolvimento das atividades de extensão industrial universitária voltada à qualificação dos produtores rurais (vitivinicultores), no empreendedorismo internacional, através do desenvolvimento do Plano de Negócio para Exportação, considerando valores agregados aos produtos por meio da Indicação Geográfica de Procedência dos Vales da Uva Goethe.

A região Sul do Estado de Santa Catarina foi inicialmente colonizada por imigrantes italianos, que, instalados nessa região, muitas vezes largados à própria sorte, buscaram o desenvolvimento de suas localidades e procuraram reproduzir a cultura que tinham na Itália, influenciando diretamente nos aspectos arquitetônicos, religiosos, gastronômicos e da organização das comunidades, dentre outros. Assim, a produção do vinho está presente desde o início da colonização com o plantio da uva e da produção artesanal de vinhos, inicialmente para consumo das famílias e para

(*) **JÚLIO CÉSAR ZILLI:** professor de graduação e pós-graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC/UFSC; mestre em Desenvolvimento socioeconômico – UNESC; especialização para o Magistério Superior – UNESC; MBA em Gestão Empresarial – UNESC; graduado em Ciências Contábeis – UNIVALI; juliozilli40@gmail.com. **MARIANA VARGAS DE OLIVEIRA:** acadêmica bolsista Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; graduanda em Administração com linha de formação específica em Comércio Exterior – UNESC; marianavargasdeo@gmail.com. **VICTOR HUGO BONGIOLO:** acadêmico bolsista Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; graduando em Administração com linha de formação específica em Comércio Exterior – UNESC; victor_hugodb@hotmail.com. **JANINI BORBA:** professora de graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; mestranda em Tecnologia da Informação e Comunicação – UFSC; MBA em Comércio Exterior e Negócios Internacionais – UNESC; graduada em Administração com linha de formação específica em Comércio Exterior – UNESC; janiniborba@gmail.com. **ADRIANA CARVALHO PINTO VIEIRA:** professora de graduação e pós-graduação Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; doutora em Desenvolvimento Econômico – UNICAMP; mestra em Direito – UNIMEP; especialista em Direito – UNIMEP; especialista em Direito Contemporâneo – IBEJ; graduada em Direito – UEPG; dricpvieira@gmail.com.

manutenção das tradições.

Os primeiros imigrantes italianos chegaram em Urussanga por volta de 1878. Vindos de Longarone, Província de Belluno, região de Veneza/Itália, em função dos problemas econômicos e políticos decorrentes do processo de unificação da Itália que então se formava, esses colonos começaram a exploração das áreas de terras destinadas a eles sob inumeráveis dificuldades. Muitos trouxeram, envoltos em musgos para melhor conservarem a umidade, os bacêlos de suas vinhas de Longarone. Esses bacêlos foram o início de todas as culturas de uvas existentes na região (VIEIRA; WATANABE; BRUSCH, 2012).

Vencidas as primeiras dificuldades, a colônia prosperou rapidamente. Em 1885, a cidade foi elevada à sede de Distrito de Paz e, em outubro de 1900, à categoria de Vila e Município. Todavia, as vinhas trazidas de Veneza não tiveram a mesma sorte, e iniciou-se uma busca por uma vitis que se adaptasse a essa nova região (VIEIRA; WATANABE; BRUSCH, 2012).

A história da uva Goethe na região começou com o regente do consulado italiano, Giuseppe Caruso Mac Donald, que chegou ao município de Urussanga no final do século XIX para observar a evolução das colônias de imigrantes italianos em Santa Catarina, prestando auxílio a sua população e enviando relatórios à Itália.

Caruso Mac Donald tinha uma forte relação com a vitivinicultura e mantinha contato com Benedito Marengo, um imigrante italiano em São Paulo, responsável pela introdução de diversas variedades de uva no Brasil, inclusive a Goethe. Caruso Mac Donald importou a uva Goethe para a região de Urussanga e distribuiu aos imigrantes. Essa variedade, com o decorrer dos tempos, mostrou possuir uma boa adaptação à região e também características típicas que diferenciam o seu vinho das demais variedades e, também, de outras regiões de cultivo (PROGOETHE, 2014).

Durante a primeira metade do século XX, os vinhos brancos de Urussanga conquistaram prêmios em exposições nacionais e nos Estados Unidos, sendo servidos no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, durante o Governo Vargas (PROGOETHE, 2013). Porém, com o advento da exploração do carvão em Urussanga e região, muitos dos agricultores abandonaram a vitivinicultura para trabalharem nas minas, em razão dos salários e da provável aposentadoria com 15 anos de trabalho. Alguns, porém, mantiveram a persistência e a produção da uva e do vinho Goethe (VIEIRA; WATANABE; BRUSCH, 2012).

Em 2005, iniciou-se uma nova fase na produção de uva e do vinho Goethe. Foi fundada a PROGOETHE – Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe da Região de Urussanga, com sede no município de Urussanga, unindo a tradição vitivinícola da região e a uva Goethe, possibilitando a produção de vinhos típicos com identidade própria. Essa associação reúne os produtores com o propósito de levar os vinhos Goethe da região à excelência e abrange o território dos municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Treze de Maio, Nova Veneza, Içara e Orleans, todas da região sul de Santa Catarina.

Como consequência e com a assessoria do SEBRAE/SC, da EPAGRI, Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Urussanga e Universidade Federal de Santa Catarina, a PROGOETHE iniciou pesquisas na busca da Indicação Geográfica de Procedência (IGP) dos vinhos Goethe. Em novembro de 2011, o vinho da uva Goethe da região de Urussanga recebeu o registro de Indicação de Procedência (IP), tornando-se a primeira Indicação Geográfica (IG) de Santa Catarina. Todas as características relacionadas a esse tipo de reconhecimento estão presentes (PROGOETHE, 2014).

Como a maioria das propriedades de uva e vinho da região de Urussanga é caracterizada por pequenos empreendimentos familiares, há a necessidade de capacitar e assessorar esses produtores para a gestão de seus negócios, possibilitando agregar valor aos seus produtos e processos por meio da utilização do IP. Um ponto digno de nota é que uma grande parte desses produtores se incluem na modalidade informal, necessitando formalizar seus empreendimentos para poderem agregar valor e aproveitarem as oportunidades trazidas pela conquista do IP.

O presente projeto, aprovado por meio do Edital nº 358/2020 da UNESC que selecionou projetos de extensão por área de conhecimento para execução no período compreendido entre março de 2021 e fevereiro de 2023, é uma continuidade do projeto de extensão voluntário executado pelos autores, que iniciou em 2014, com o desenvolvimento de dois planos de negócios de empresas associadas à PROGOETHE.

É nesse cenário que o atual projeto de extensão tem como objetivo desenvolver atividades de extensão industrial universitária para qualificar os produtores rurais (vitivinicultores) no empreendedorismo internacional, por meio do desenvolvimento do Plano de Negócio para Exportação, considerando a agregação de valor aos produtos pela incorporação da Indicação de Procedência no Vales da Uva Goethe (IPVUG).

Desenvolvimento

O público-alvo do presente projeto é representado pelos empreendimentos rurais da região dos vales da uva Goethe, localizados nos municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Treze de Maio, Nova Veneza, Içara e Orleans, todos no sul de Santa Catarina, caracterizadas como vinícolas, produtores de vinhos artesanais ou produtores de uva Goethe.

Prioritariamente, serão atendidos produtores associados à PROGOETHE – Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe da Região de Urussanga. A PROGOETHE reúne os produtores com o propósito de levar os vinhos Goethe da região à excelência. Foi fundada em 2005 com o objetivo de “Promover a união dos produtores da uva e do vinho Goethe estabelecendo a imagem de um produto nobre e conhecido nacional e internacionalmente” (PROGOETHE, 2014, p.1). Sua missão é “Promover e elevar a uva e o vinho Goethe da região de Urussanga ao status de um produto nobre –

especial junto ao público consumidor.” (PROGOETHE, 2014, p.1).

Os empreendimentos são caracterizados por pequenas propriedades rurais de agricultura familiar, produtoras da uva Goethe e/ou de vinhos, na maioria das vezes com processos artesanais transmitidos pelos seus antepassados de origem italiana que colonizaram o sul do estado de Santa Catarina.

São famílias tradicionais em suas localidades que vivem da produção agrícola com pouco acesso aos conhecimentos associados à área da Gestão Empresarial, carecendo de capacitação para poderem transformar o Registro do Indicar de procedência dos vales da uva Goethe em oportunidades de negócios.

A PROGOETHE conta hoje com 17 associados formalizados, os quais estão distribuídos da seguinte maneira: 6 vinícolas formalizadas e 11 produtores associados de vinhos artesanais e de uva Goethe. Existem ainda, na região, 100 produtores rurais da variedade Goethe, que também mantêm cantinas artesanais, funcionando de forma informal nos tradicionais porões das casas dos descendentes de italianos (VIEIRA; WATANABE; BRUSCH, 2012). A expectativa do projeto, que ainda se encontra em execução, é desenvolver três planos de negócios para exportação em 2021 e três para 2022, totalizando seis planos nos dois anos.

Metodologia

Metodologicamente, o projeto de extensão se caracteriza com uma abordagem essencialmente qualitativa, por meio de uma pesquisa descritiva (VERGARA, 2000), quanto aos fins de investigação, e bibliográfica e estudo multicaso, quanto aos meios de investigação (VIANNA; LAKATOS, 2001; MARCONI, 2001). As cinco vitivinícolas delimitadas para o desenvolvimento do projeto foram escolhidas pelo critério de acessibilidade.

Os professores vinculados ao projeto efetuaram um trabalho de sensibilização junto aos dois acadêmicos bolsistas devidamente matriculados no curso de Administração – linha de formação específica em Comércio Exterior – tanto como forma de integrar a equipe, quanto como forma de capacitá-los para atuar em campo. Para tanto, ficaram instituídos encontros quinzenais, entre professores e bolsistas, para: i) realizar o nivelamento dos bolsistas com relação aos conceitos e conhecimentos que serão trabalhados naquela semana sobre Plano de Negócios para Exportação; ii) discutir, avaliar e definir as estratégias metodológicas e/ou pedagógicas que serão usadas especificamente para os conhecimentos que serão trabalhados em cada etapa; iii) avaliar o desenvolvimento de cada plano de negócio para exportação individualmente, fazendo as adequações necessárias; iv) preparar material didático-pedagógico necessário aquela etapa específica.

O trabalho de extensão industrial deste projeto está formatado na forma de qualificação para exportação, em que os bolsistas extensionistas, orientados pelos professores, desenvolverão, junto ao público-alvo, os Planos de Negócios para Exportação dos empreendi-

mentos rurais de vitivinicultura. Nessa perspectiva, este trabalho não se limitará a um repasse de conceitos propriamente dito. O objetivo é construir junto com o produtor todas as etapas do Plano de Negócios para Exportação, discutindo e orientando o mesmo para a gestão do empreendimento internacional, com o foco na agregação de valor de produtos e processos utilizados.

Ainda participam do projeto de extensão professores colaboradores no planejamento e nos debates dos encontros, conforme a sua disponibilidade de tempo, bem como na organização dos estudos sobre o tema do projeto e na sua divulgação.

Resultados

Devido à pandemia de Covid-19, com a impossibilidade de direcionar os acadêmicos ao campo, foram confeccionados materiais a partir da leitura de artigos e estudos já previamente produzidos. Os assuntos desenvolvidos, conforme cronograma, foram: I) compreender o que é uma Indicação Geográfica; II) distinguir a Denominação de Origem e Indicação de Procedência; III) identificar as Indicações Geográficas distribuídas no Brasil; IV) estudar a história e a composição dos Vales da Uva Goethe.

Além do cronograma, houve a criação da cartilha que introduz: o que é Indicação Geográfica; diferença entre Denominação de Origem e Indicação de Procedência; as IGs presentes no Brasil; as IGs no estado de Santa Catarina; os Vales da Uva Goethe, sua composição e história do registro (IPVUG). A figura 1 retrata o projeto de capa da cartilha.

O material foi apresentado aos componentes da PROGOETHE (representantes das vinícolas), junto aos objetivos da pesquisa e o planejamento, sugerindo-se o desenvolvimento dos Planos de Exportação. O projeto ainda prevê a divulgação da cartilha nos idiomas português, italiano, espanhol e inglês.

Dando andamento com as atividades, cada bolsista publicou uma matéria no blog do Grupo GENINT/UNESC (figura 2), com as temáticas: a) “Indicação Geográfica (IG): origem e marco legal” (Victor Hugo Bongiole) e b) “O que é Indicação Geográfica (IG) e a influência na promoção de produtos/serviços” (Mariana Vargas de Oliveira).

A primeira visita às vinícolas, conforme planejado, foi efetivada. Para a apresentação e coleta de dados, os estudantes foram junto do coordenador do projeto até a vinícola. Após a visita, os bolsistas se dedicaram à pesquisa do melhor mercado de ingresso. Houve a criação do Plano de Exportação. A figura 3 revela o registro da visita à Vinícola Trevisol.

O primeiro Plano de Negócio para Exportação elaborado foi para a vinícola Trevisol. A visita feita pelos bolsistas Mariana Vargas de Oliveira e Victor Hugo Bongiole Deolindo, junto do coordenador Prof. Dr. Julio Cesar Zilli, teve como objetivos: apresentar o projeto, coletar dados e conhecer o processo de produção e comercialização dos produtos disponíveis. A figura 4 mostra o padrão de capa adotado pela equipe

FIGURA 1

Projeto de capa da cartilha “Indicação Geográfica – Vales da Uva Goethe”



FONTE: Acervo dos autores (2021)

FIGURA 2

Publicação dos bolsistas no blog GENINT sobre Indicação Geográfica



FONTE: Elaboração dos autores (2021)

FIGURA 3
Registros da visita feita à vinícola Trevisol



FONTE: Acervo dos autores (2021)

FIGURA 4
Capa padrão dos Planos de Negócio para Exportação



FONTE: Acervo dos autores (2021)

FIGURA 5
Registros da exposição no Fórum da Extensão



FONTE: Acervo dos autores (2021)

para composição dos planos de negócio.

No mês de maio, ocorreu a exposição do projeto por meio de *banner* (figura 5) no evento Fórum da Extensão promovido pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), tratando dos projetos de pesquisa e extensão e como agregam na sociedade. Houve a introdução sobre o tema, apresentação do objetivo geral, descrição das atividades que foram feitas até o presente momento e que serão desempenhadas, além do público-alvo e registros das reuniões e encontros.

Ademais, segue-se com a elaboração dos demais Planos de Exportação das vinícolas contatadas. Ao longo do desenvolvimento do projeto, a equipe segue com as reuniões semanais para possíveis alinhamentos, respeitando a disponibilidade de todos. E o próximo evento está marcado para acontecer entre os dias 24 até 28/10/2022 na *XIII Semana de Ciência e Tecnologia* da UNESC, apresentando a evolução do cronograma.

Considerações finais

Pensando no projeto intitulado *Qualificação para o empreendedorismo internacional em empreendimentos rurais de vitivinicultores dos Vales Da Uva Goethe – SC*, a união dos esforços dos acadêmicos, professores, especialista e universidade, em prol do desenvolvimento da região, bem como a forma como é executado o planejamento que o envolve, vai ao encontro da potencialização dos negócios que aceitam tal assistência.

Descreve-se como projeto de extensão aquele que une a prática do conhecimento técnico e da pesquisa com a necessidade que a comunidade em torno demonstra. Tem-se, a partir da aplicação, a interação em direção da transformação social e solução dos problemas apontados, formando uma nova realidade social.

A extensão se mostra a ponto de atingir a comunidade, por meio de mais informações que antes não se viam palpáveis; a universidade, em especial os cursos de Administração e Administração e Comércio Exterior, de forma a trazer uma bagagem oriunda dos resultados alcançados; aos bolsistas, com o contato direto com a prática não disponível facilmente em outras experiências na vida profissional, tampouco na sala de aula; e aos professores, com as novas trocas e aplicação dos conhecimentos.

Portanto, cumprindo o papel de uma Universidade Comunitária, a UNESC fornece espaço para a elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, tal qual a presente pesquisa, junto da força, apoio e expertise dos profissionais que acontece por meio do GENINT – Gestão e Estratégia em Negócios Internacionais.

Embora o projeto ainda esteja em andamento, nota-se que os passos dados até o momento trouxeram frutos e visibilidade, atingindo muito além da dimensão da instituição. Espera-se que os próximos Planos de Negócios de Exportação sejam efetivados e as empresas abram suas portas para o mundo. Planeja-se, por meio da publicação da cartilha nos quatro idiomas supracitados, disseminar mais conhecimentos e instigar o

interesse do registro de IG's, bem como desenvolvimento das regiões que o contenham, geração de novos empregos e consolidação da internacionalização de mais empresas brasileiras e do mundo por inteiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DA UVA E DO VINHO GOETHE. Regulamento geral – PROGOETHE. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/cadernos-de-especificacoes-tecnicas/ValesdaUvaGoethe.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Mariana Vargas de. O Que é Indicação Geográfica (IG) e a influência na promoção de produtos/serviços. *In*: UNESCO. Criciúma, 19 maio 2021. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/blog/ver/656/49834>. Acesso em: 10 maio 2022.

VIANNA, I. O. de A. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

VIEIRA, A. C. P.; WATANABE, M.; BRUCH, K. L. **Perspectivas de desenvolvimento da vitivinicultura em face do reconhecimento de Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe**. GEINTEC: São Cristóvão, 2012.

ZILLI, Júlio César; OLIVEIRA, Mariana Vargas; BONGIOLO, Victor Hugo. **Indicação Geográfica**: Vales da Uva Goethe. Criciúma: Unesc, 2022. 31 p.

EDUCAÇÃO FISCAL E PARA O CONSUMO: duas faces de uma mesma moeda?

AUTORES(*)

FABÍOLA GUARAGNI
KELWIN FERNANDO RODRIGUES
LEILA VIVIANE SCHERER HAMMES
MARTA LUISA PICCININI
TATIELE GISCH KUNTZ

RESUMO

Os projetos de extensão *Educação e Cidadania Fiscal: um instrumento de justiça e inclusão social e Escritório do Consumidor* (ECON), desenvolvidos na Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), objetivam, essencialmente, a disseminação de conhecimento à comunidade regional, com a finalidade de uma reflexão sobre a temática que envolve a tributação como instrumento de justiça e inclusão social e a sensibilização para um consumo consciente. As ações dos projetos comportam a metodologia participativa, e as estratégias interventivas do projeto se baseiam em mecanismos de troca, reflexão coletiva e articulação de ações voltadas para as presentes temáticas, através da colaboração de professores e estudantes. Os projetos de extensão, em parceria, realizaram, no ano de 2021, intervenções na comunidade por meio de oficinas, em escolas públicas do Vale do Taquari – RS e em um grupo de Escoteiros de Lajeado – RS, impactando diretamente mais de cem estudantes e jovens. Os participantes das oficinas foram desafiados, ao mesmo tempo em que vivenciavam uma situação de compra simulada em um mercado, a refletir acerca da real necessidade do consumo de cada uma de suas escolhas, e a respeito da tributação que recai sobre os produtos e mercadorias que estavam sendo por eles “adquiridas”. Com isso, pretendeu-se fomentar e estimular a discussão sobre o consumo consciente e informar a respeito de como ocorre a tributação sobre aquilo que consumimos. Por isso, não há como desvincular a reflexão acerca da tributação sobre aquilo que consumimos, pois, para que ela possa ser vista como

um instrumento de política pública e inclusão/justiça social, faz-se necessário compreender o seu impacto no preço final dos produtos e mercadorias, seja da cesta básica ou de itens considerados supérfluos. Nessa linha, acredita-se que, ao compartilhar experiências e oportunizar aos participantes das oficinas um momento de interação e reflexão sobre as suas práticas cotidianas, seja possível despertar a atenção sobre a importância desses temas. Ainda, as oficinas propiciam aos participantes a compreensão sobre o papel do tributo em uma sociedade e seu aspecto retributivo, bem como buscam esclarecer e romper alguns paradigmas relativos a esse assunto. Da mesma forma, em relação à temática do consumo, busca-se demonstrar a necessidade imperiosa de um consumo que seja mais consciente.

PALAVRAS-CHAVE

Educação e cidadania fiscal; escritório do consumidor; projetos de extensão.

Introdução

O modelo do Estado Brasileiro foi definido na Constituição Federal de 1988 como sendo o Estado Democrático de Direito, o qual possui como objetivos fundamentais, dentre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, bem como a promoção do bem-estar de todos.

Nesse aspecto, não há dúvidas de que a educação fiscal e a educação para o consumo podem e devem ser vistas como um importante instrumento na busca e efetivação desses fins. Nessa seara, a educação fiscal e a

(*) **FABÍOLA GUARAGNI:** estudante do curso de Direito da Universidade Vale do Taquari – UNIVATES e Ciências Contábeis da Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR; bolsista do Projeto de Extensão Escritório do Consumidor – ECON; fabiola.guaragni@universo.univates.br. **KELWIN FERNANDO RODRIGUES:** estudante do curso de Direito da Universidade Vale do Taquari – UNIVATES; bolsista do Projeto de Extensão Educação e Cidadania Fiscal; kelwin.rodrigues@universo.univates.br. **LEILA VIVIANE SCHERER HAMMES:** professora do curso de Direito da Universidade Vale do Taquari – UNIVATES; advogada; co-coordenadora do Projeto de Extensão Educação e Cidadania Fiscal; mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; pós-graduada em Gestão Universitária; leila@univates.br. **MARTA LUISA PICCININI:** professora do curso de Direito da Universidade Vale do Taquari – UNIVATES; advogada; coordenadora do Projeto de Extensão Escritório do Consumidor – ECON e coordenadora do Serviço de Assistência Jurídica; mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito – Demandas Sociais e Políticas, pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; pós-graduada em Direito Imobiliário pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; martap@univates.br. **TATIELE GISCH KUNTZ:** professora do curso de Direito da Universidade Vale do Taquari – UNIVATES e da Faculdade Dom Alberto – FDA; advogada; co-coordenadora do Projeto de Extensão Educação e Cidadania Fiscal; mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; pós-graduada em Direito Público; tkuntz@univates.br.

educação para o consumo assumem papel de fundamental importância, na medida em que visam a fomentar o desenvolvimento de uma nova consciência social ao elucidar conceitos e princípios que devem fundamentar a atividade tributária e o consumo consciente.

Dessa forma, a imposição tributária deve ser vista como dever cívico dos cidadãos para com a coletividade, daí a relevância de sensibilizá-los acerca desse importante dever. Além disso, a evolução do consumo e de seus padrões amplia o debate sobre os seus reflexos no meio ambiente bem como acerca da necessidade de os consumidores terem acesso ao conhecimento e sobre os impactos de suas ações, tendo em vista que essas influenciam tanto no âmbito econômico, quanto no social e político.

Em razão disso, procura-se explicar os conceitos de educação fiscal e para o consumo, trazendo as conexões necessárias de abordagens dos temas, de forma conjunta, a fim de compreender a importância do estudo da temática e o papel da extensão nesse contexto. Além disso, busca-se demonstrar a importância da educação fiscal como instrumento de justiça social e do consumo consciente como mecanismo de impacto no meio em que se está inserido, a fim de que os participantes das oficinas tenham dimensão da importância desses temas e possam refletir sobre as suas práticas cotidianas.

Para exame do proposto, realizou-se um estudo de cunho qualitativo visando a interpretação e análise dos dados por meio da pesquisa bibliográfica. Utilizou-se, ainda, o método dedutivo, o qual parte de argumentos gerais para particulares. Assim, a reflexão que segue, no primeiro momento, trata da educação fiscal e para o consumo. Após, passa-se a discorrer acerca das experiências extensionistas dos dois projetos. Também, faz-se uma breve explanação acerca de como a educação fiscal e para o consumo podem ser um instrumento de redução das desigualdades sociais, meio para que se adote uma postura crítica e, conseqüentemente, de efetivação dos compromissos constitucionais, além de trazer uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

A educação fiscal e para o consumo como instrumento para o exercício da cidadania

A concepção de educação possui mais de um significado, sendo amplamente estudada e definida. O termo pode ser pressuposto de aprendizado, que conforme Pedro Demo (2004, p. 151) significa que “aprender é uma vasta habilidade de esboçar o respectivo destino, de idealizar um indivíduo criativo e crítico, entre as circunstâncias oferecidas e permanentemente com sentido solidário”.

A partir desse conceito, entende-se que é por intermédio da educação fiscal que os cidadãos e contribuintes têm a possibilidade de aprender sobre a importância da tributação em um Estado e sobre a forma como são aplicados os recursos públicos dela oriundos, o que tende a despertar o sentimento de pertencimento à

sociedade na qual estão inseridos, na medida em que se tem conhecimento das razões pelas quais se deve contribuir e quais são os gastos públicos que serão realizados pelo Estado no desenvolvimento de suas atividades (SANTOS, 2019).

Nesse sentido, também é a lição de Galvão (2011), o qual entende que a educação fiscal é um processo que se propõe à conscientização do cidadão em relação à importância dos tributos para um Estado, a fim de que esse tenha condições de cumprir com seus objetivos fundamentais.

Dessa maneira, observa-se que a educação fiscal não é somente uma estratégia para aumentar a arrecadação, e muito menos voltada, apenas, em explicar por que tributos devem ser pagos, visto que seu principal objetivo é “promover o comprometimento com o bem comum, enfatizando o valor social dos tributos e a sua conexão com os gastos públicos, o que inclui destacar como o dinheiro público é gasto e os efeitos deletérios da sonegação e da corrupção” (LIMA, 2019, p. 9).

Através disso, verifica-se que há uma estreita relação entre a educação fiscal e o exercício da cidadania, em especial, o da cidadania fiscal. Mas no que consiste ser cidadão em um Estado Democrático de Direito? E no que consiste a cidadania fiscal?

Costa e Ianni (2018, p. 1) explicam que a “cidadania é a condição/situação legal de quem é cidadão, sendo constituída pelo conjunto de direitos e deveres civis, políticos e sociais que cada cidadão deve exercer”. Desse modo, a cidadania deve ser compreendida como um dever cívico dos cidadãos para com a coletividade, contribuindo para a continuação e permanência do Estado.

Assim, pode-se afirmar que a compreensão da cidadania fiscal, que inclui o dever de pagar tributos, “é o principal dever de cidadania, justamente porque, caso tal dever seja sonegado por parte dos componentes de uma sociedade, restarão inviabilizadas as possibilidades de realização dos próprios direitos” (BUFFON, 2009, p. 101).

Ainda em relação aos deveres de cidadania, Tipke e Yamashita (2002, p. 15) ensinam que pagar tributos é um dever e “uma contribuição necessária para que o Estado possa cumprir com suas tarefas no interesse do proveitoso convívio de todos os cidadãos”, ou seja, pagar tributos é uma forma de contribuir solidariamente em benefício da sociedade na qual se está inserido.

Em vista disso, é possível afirmar que a educação fiscal pode ser vista como um importante instrumento “em prol da conscientização do cidadão contribuinte acerca da responsabilidade que possui na promoção do bem comum” (BARBOSA; NUNES, 2020, p. 79). Assim, por intermédio da educação fiscal, busca-se a construção de um senso de responsabilidade coletiva com vistas a assegurar que o Estado cumpra com os seus objetivos constitucionais.

Dessa forma, “entender o tema – cidadania fiscal – é discutir sobre a participação do contribuinte nas decisões tomadas pelos destinatários dos recursos aplicados”, ou seja, a cidadania vista sob a ótica do contribuinte aponta na direção e possibilidade de

participação na atividade tributária (RIBEIRO; NICOLAU, 2019, p. 969).

Nessa perspectiva, verifica-se que não há como desvincular conceitos como de participação e soberania popular, que são pilares da democracia participativa, daquele atribuído à cidadania fiscal, haja vista que “todos os contribuintes devem ter opinião acerca dos impostos e da justiça ou injustiça fiscal que suportam, até porque a ideia de justiça fiscal não deixa de ser um conceito que também passa pelo bom senso” (NABAIS, 2005, p. 59).

Nesse ínterim, convém ressaltar que, quando se fala em democracia participativa, não há necessariamente a pretensão de que todos os cidadãos participem de todas as decisões a eles pertinentes, ou seja, não se almeja uma democracia participativa “pura”, pois tal proposta, como aduz Bobbio (1997, p. 42), “seria insensata”, haja vista que em sociedades complexas seria materialmente impossível que “todos decidam sobre tudo” o tempo inteiro.

Portanto, o que se busca com a democracia participativa não é a extinção da democracia representativa, mas, sim, “a proposição de um modelo democrático participativo no qual os cidadãos deliberam e controlam as políticas públicas conjuntamente com o Estado” (GUGLIANO, 2004, p. 276), até mesmo porque, como serão eles que terão que arcar com o ônus fiscal da tributação que lhes será imposta, nada mais coerente do que participarem do processo e, com isso, conferirem maior legitimação às ações do Estado (GUGLIANO, 2004).

Em vista disso, pode-se reconhecer que “uma das mais importantes funções da Educação Fiscal é de impulsionar crenças, valores e culturas dos indivíduos, fazendo uma transformação social” (RIBEIRO; NICOLAU, 2019, p. 965), pois um cidadão mais consciente e participativo é, também, capaz de fiscalizar as ações e políticas públicas decorrentes da atividade financeira exercida pelo Estado.

Assim, observa-se que a educação fiscal pode ser vista como um importante caminho para a efetivação dos direitos assegurados pelo texto constitucional, a partir da compreensão, pelos cidadãos, dos seus deveres, bem como que o Estado necessita de recursos para atender aos anseios sociais e que sua participação ativa, tanto no processo de arrecadação, quanto de alocação e fiscalização dos tributos, é um instrumento que materializa o conceito de cidadania fiscal.

No que se refere à educação para o consumo, entende-se que é por intermédio do consumo consciente que os cidadãos têm a possibilidade de aprender sobre a importância de suas ações de consumo de bens ou serviços que geram reflexos positivos e negativos, tendo em vista que esse ato afeta não somente quem faz a compra, mas todo o seu entorno.

Nesse sentido, Colombo, Favoto e Carmo (2008, p. 148) afirmam que o consumo se intensificou, “pois, o ser humano não mede esforços para se satisfazer, para ter prazer, para sentir novas emoções e também para construir sua própria identidade”. Em razão disso, se faz necessário um significativo esforço para a formação

de uma cultura de consumo mais consciente, a fim de que o cidadão consiga lidar com todos os estímulos, ofertas e facilidades de crédito que lhe são oferecidas pelo mercado.

Desse modo, verifica-se que a educação para o consumo se faz imperiosa, pois, por meio dela, os consumidores se tornam mais conscientes e passam a ter uma melhor compreensão acerca de como adequar o seu consumo às reais necessidades, haja vista que “sem uma educação libertária, os consumidores estarão sempre sujeitos a manipulação do mercado consumidor, sendo induzido a adquirir bens e serviços não para satisfação de suas necessidades primárias, mas para satisfazer a uma ambição” (SANTOS, 2019, p. 34).

Isso porque se entende que é por meio da educação para o consumo que se irá proporcionar os meios necessários para que os cidadãos tenham atitudes responsáveis e transformadoras, a ponto de se tornarem consumidores capazes de analisar o seu entorno e, com isso, ter “uma visão crítica de seu papel enquanto consumidor” (SANTOS, 2019, p. 35).

Dessa forma, verifica-se que a educação para um consumo consciente é a melhor forma de incentivar a população a mudar seu modo de consumir e, consequentemente, seu estilo de vida. Nesse aspecto, cumpre esclarecer que o problema não é o ato de consumir em si, mas, sim, a prática do consumo exacerbado e suas consequências, as quais impactam o meio e toda a sociedade na qual se está inserido de uma forma negativa.

Ademais, não se pode perder de vista que, o “consumo consciente permitirá uma melhor qualidade de vida para todas as gerações, agregando interesses ecológicos, culturais, sociais, quebrando a ideia de que os valores econômicos é que devem ditar as regras” (SANTOS, 2019, p. 36), circunstâncias que poderão contribuir para a melhoria da qualidade de vida do consumidor e de toda a sociedade.

Com vista a educar o consumidor, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), no seu artigo 6º, inciso II, assegura como direito básico “a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações”, bem como “a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva”, e “a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento”, nos incisos IV e XI do citado artigo (BRASIL, 2003).

Em virtude disso, pode-se afirmar que compete não somente à escola educar acerca do consumo consciente, mas, também, aos demais órgãos públicos. Com isso, tem-se dois aspectos da educação: o formal e o informal. O aspecto formal relaciona-se aos currículos escolares, objetivando a criação de hábitos e conscientização dos consumidores, enquanto o aspecto informal está relacionado a propagandas publicitárias e campanhas que levam o consumidor ao esclarecimento de informações sobre o mercado de consumo (SANTOS, 2019). Desse modo, observa-se que a educação para o consumo é uma importante ferramenta para que se tenha consumidores mais conscientes e que assumam

uma postura crítica frente a sociedade do consumo, pois, dificilmente, se poderá pensar em uma sociedade consciente de suas práticas sem que haja educação para o consumo (SANTOS, 2019).

Experiência extensionista

Os projetos de extensão *Educação e Cidadania Fiscal: um instrumento de justiça e inclusão social e Escritório do Consumidor* (ECON), desenvolvidos na Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), buscam, essencialmente, a disseminação de conhecimento à comunidade regional, com a finalidade de uma reflexão sobre a temática que envolve a tributação como instrumento de justiça e inclusão social e a conscientização e sensibilização para um consumo consciente.

As ações dos projetos comportam a metodologia participativa, e as estratégias interventivas do projeto se baseiam em mecanismos de troca, reflexão coletiva e articulação de ações voltadas para as presentes temáticas, através da colaboração de professores e estudantes.

Nesse sentido, os dois projetos de extensão, em parceria, realizaram, no ano de 2021, intervenções na comunidade por meio de oficinas, as quais foram denominadas: *Educação Fiscal e para o Consumo: duas faces de uma mesma moeda?*. As mencionadas intervenções foram realizadas em duas escolas, quais sejam: CEMEF Leonel de Moura Brizola em Teutônia – RS e EMEF Princesa Isabel em Arroio do Meio – RS e no grupo de Escoteiros Tibiquary, em Lajeado – RS. No ano de 2022, foram realizadas duas intervenções nas escolas: EMEF Arco-Íris e EMEF Santo Antônio, ambas localizadas no município de Imigrante – RS. Ao todo, as ações já impactaram mais de 200 estudantes.

Ao propor práticas extensionistas, por intermédio de oficinas, os projetos pretendem proporcionar aos estudantes e à comunidade discussões acerca do consumo e da tributação, pois se entende que não há como desvincular essa reflexão, na medida em que seus impactos e consequências estão diretamente entrelaçados.

Para atingir esse objetivo, as oficinas são desenvolvidas por intermédio da prática simulada de compras em um mercado, a fim de que os participantes possam compreender e refletir sobre a real necessidade do consumo de cada uma de suas escolhas, bem como a respeito da tributação que recai sobre os produtos e mercadorias “adquiridas”.

Nesse aspecto, tem-se observado que, ao se abordar os temas dessa forma, favorece-se a compreensão dos participantes sobre o papel do tributo em uma sociedade, do seu aspecto retributivo, como também auxilia no esclarecimento e quebra de alguns paradigmas e tabus que ainda existem a respeito da tributação.

Da mesma forma, no que tange à temática de consumo, nota-se que a sua percepção na prática cotidiana é fator que acaba por causar reflexos na qualidade de vida tanto das atuais quanto das futuras gerações, pois, ao se pensar a respeito do que, por que e como

consumimos, abre-se espaço para um consumo mais consciente.

Sendo assim, não há dúvidas de que as oficinas são espaços importantes que possibilitam aos participantes compreender, refletir, discutir e se apropriar de conceitos vinculados à temática da educação fiscal e para o consumo consciente, bem como de suas correlações com os demais contextos sociais.

Considerações finais

A importância da abordagem sobre a educação fiscal e para o consumo se mostra imprescindível quando a ideia é fomentar o conhecimento e a participação popular, pois, dessa forma, busca-se sensibilizar o cidadão a respeito do seu papel na sociedade. Nessa linha, constatou-se que as ações de educação fiscal e para o consumo visam a estimular o sentimento de pertencimento à comunidade e despertar o interesse pela temática tributária e de consumo consciente, o que potencializa a capacidade dos cidadãos em participar e intervir ativamente na sociedade na qual estão inseridos.

Com base nisso, neste estudo, observou-se, inicialmente, a importância da educação como instrumento para o aprimoramento da cidadania, pois verificou-se que é por meio da viabilização de ações voltadas à educação fiscal e para o consumo que será possível fomentar a conscientização do cidadão em relação à importância dos tributos e de um consumo consciente para uma mudança de comportamento dos consumidores. Além disso, verificou-se que é possível estimular a mudança de valores e crenças sociais em relação às questões ora apresentadas, já que uma educação do consumidor significa a possibilidade de utilização de menos insumos e recursos, gerando menos prejuízos para a sociedade.

Em virtude do exposto, constatou-se a relevância da continuidade das oficinas acerca da matéria abordada, pois seu resultado propicia o desenvolvimento da sociedade, considerando que todos cidadãos têm os mesmos direitos e deveres constitucionais, e, por isso, é fundamental continuar caminhando em busca do bem-estar social e do bem comum, levando-os a um estilo de vida sustentável sem que sofram pressões da mídia e da indústria.

Por fim, concluiu-se que a educação para o consumo e a educação fiscal são um importante instrumento de conscientização do cidadão sobre os seus direitos e deveres, circunstância que contribui para a modificação da realidade social e se revela como um mecanismo de concretização de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, D. M. P. S.; NUNES, M. A. DA C. A educação fiscal e a cidadania. **Revista de Educação Popular**, v. 19, n. 3, p. 77-98, 23 nov. 2020. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53481>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. **Lei 8.078/90**, Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: Uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BUFFON, Marciano. **Tributação e dignidade da pessoa humana**: entre os direitos e deveres fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

COLOMBO, Luciane Ozelame Ribas; FAVOTO, Thais Brandt; CARMO, Sidney Nascimento do. A evolução da sociedade de consumo. **Akrópolis**, Umuarama, v. 16, n. 3, p. 143-149, jul.-set. 2008. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/2462>. Acesso em: 22 jul. 2022.

COSTA, M.I.S.; IANNI, A.M.Z. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea**: uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, 122 p. ISBN: 978-85-68576-95-3. <https://doi.org/10.7476/9788568576953>.

GALVÃO, Raimundo Marcelo Mercês. **A Educação Fiscal como um Exercício da Cidadania**. Rio de Janeiro: ESG, 2011.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Democracia, participação e deliberação: contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 4, n. 2, p. 257-283, 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/14/1616>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

LIMA, Ivan Cordeiro. **Educação Fiscal para a Cidadania**. São Paulo: Egesp, 2019.

NABAIS, José Casalta. **O dever fundamental de pagar impostos**: contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo. Coimbra: Almedina, 2005.

NABAIS, José Casalta. **Por um estado fiscal suportável**: Estudos de Direito Fiscal. Coimbra: Almedina, 2005.

RIBEIRO, Maria de Fátima; NICOLA, Heloisa Cavalcanti de Melo. Educação Fiscal e Função Social do Tributo: Uma Questão de Cidadania. **Revista jurídica luso-brasileira**, n. 6, p. 957-980, 2019. Disponível em: <<https://www.cidp.pt/publicacao/revista-juridica-lusobrasileira-ano-5-2019-n-6/202>>. Acesso em 23 jun. 2022.

SANTOS, Itamara Velma Pereira. Educação para o consumo: a necessidade de educar o consumidor para um consumo consciente. **RJLB**, Ano 5 (2019), nº 6. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/6/2019_06_1073_1135.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SANTOS, Lívio A. C. **Educação Fiscal e Justiça Fiscal**: ressignificando e construindo a cidadania. **Cadernos da Fucamp**, v. 18, n. 32, 2019. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1673/1099>>. Acesso em 27 jun. 2022.

TIPKE, Klaus; YAMASHITA, Douglas. **Justiça Fiscal e Princípio da capacidade contributiva**. São Paulo: Malheiros, 2002.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM CONFEITARIA E PANIFICAÇÃO: geração de emprego e renda para a população em vulnerabilidade social

AUTORES(*)

SIMONE WESCHENFELDER
PAULO EDUARDO FERREIRA MACHADO
RAWLINSON RODRIGUES DOS SANTOS
STÉFANI ALANA ZANGALLI CASSOL
DANIEL VICENTE BONHO

RESUMO

O número de indivíduos em situação de vulnerabilidade social tem aumentado nos últimos anos, principalmente depois da pandemia do coronavírus. A inserção desse público no mercado de trabalho é ainda mais difícil tendo em vista a baixa escolaridade e a falta de qualificação técnica. Nesse sentido, o objetivo do projeto de extensão *Confeitaria e Panificação – Qualificação Para o Mercado de Trabalho*, da Universidade Feevale, é propiciar ao público em situação de vulnerabilidade social a oportunidade de adquirir qualificação técnica na área de confeitaria e panificação. Os beneficiados do projeto são indicados por assistentes sociais de instituições parceiras da universidade, que trabalham diariamente com a população mais carente da região. Essas instituições, além de indicarem os beneficiados, enviam um representante, que participa das oficinas, exercendo o papel de multiplicador junto à comunidade quando as ações do projeto encerram. Aos indicados são ofertadas dez oficinas teórico-práticas, com duração média de duas horas, que se estendem ao longo de um semestre. As temáticas abordadas são: boas práticas de fabricação de alimentos, seleção de matéria-prima, equipamentos e técnicas específicas de confeitaria e panificação. É importante destacar que com todos os grupos atendidos é feito um diagnóstico prévio, para verificar o nível de conhecimento das pessoas envolvidas e identificar o perfil, sendo as oficinas elaboradas e conduzidas de forma a atender as especificidades de cada grupo. As oficinas são realizadas junto a cozinhas das instituições parceiras. As atividades são planejadas e conduzidas por um grupo de professores e alunos dos cursos de Gastronomia e Nutrição. Os alunos adquirem, assim, formação cidadã propiciada pela troca com a comunidade e tem a oportuni-

dade de conhecer diferentes realidades, adaptar-se a elas para realização das atividades. Paralelamente, também são realizadas atividades interdisciplinares com outros projetos de ensino e pesquisa da universidade. As ações do projeto vêm acontecendo desde agosto de 2018 e beneficiaram diretamente, até o ano de 2021, 275 pessoas, que, ao concluírem a participação no projeto, comparecem a uma solenidade, onde recebem uma declaração da universidade que pode ser anexada ao currículo e uma apostila com todos os conteúdos estudados. Com a experiência vivenciada até o momento, é possível afirmar que o projeto tem tido muito êxito, e que suas ações impactam positivamente na vida das famílias envolvidas, sendo um exemplo a ser reproduzido por outras instituições de ensino.

PALAVRAS-CHAVE

Confeitaria e panificação; qualificação técnica para geração de emprego e renda; inserção no mercado de trabalho.

Introdução

A vulnerabilidade social tem sido uma temática recorrente em estudos realizados nas últimas décadas. Ela abarca uma diversidade de fenômenos que não se limitam apenas à insuficiência de renda de indivíduos, famílias e grupos, mas perpassa questões de ciclos de vida, gênero, etnia, orientação sexual e outros, e está intimamente associada ao processo de desenvolvimento de uma sociedade (FERRON, 2017).

De acordo com Carmo e Guizardi (2018), o ser humano vulnerável não necessariamente sofrerá danos, porém estará mais suscetível a eles visto que, por ter sua mobilidade social comprometida, sofre uma intervenção negativa em sua vida em sociedade e, portanto, precisa de apoio para construir a autonomia necessária

(*) **SIMONE WESCHENFELDER:** docente da Universidade Feevale; doutora em Ciência e Tecnologia em Alimentos; bacharel em Química Industrial de Alimentos; simonew@feevale.br. **PAULO EDUARDO FERREIRA MACHADO:** docente da Universidade Feevale; mestre em Processos e Manifestações Culturais; bacharel em Direito; paulomachado@feevale.br. **RAWLINSON RODRIGUES DOS SANTOS:** tecnólogo em Gastronomia; bolsista de extensão da Universidade Feevale; rawlinsonrdriguez@gmail.com. **STÉFANI ALANA ZANGALLI CASSOL:** acadêmica do curso de Nutrição; bolsista de extensão da Universidade Feevale; zangalli@icloud.com. **DANIEL VICENTE BONHO:** docente da Universidade Feevale; mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social; bacharel em Administração de Empresas; daniel.bonho@feevale.br.

para uma mudança efetiva de sua condição. Nesse sentido, é de extrema importância auxiliar o indivíduo a desenvolver sua capacidade de pensar, decidir e agir, pois respeitar a autonomia do outro não é somente reconhecer a sua autodeterminação, mas ajudá-lo a vencer seus limites, suas incertezas e inseguranças na busca de serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade (ALMEIDA, 2010).

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, observam-se condições desfavoráveis na geração de oportunidades, com agravamentos para determinados grupos alvos de discriminação étnica, religiosa e cultural (GABATZ, 2015), e, somado a isso, a falta de qualificação profissional que contribui para aumentar a gravidade do problema. Com o aumento de exigências de ampliação do conhecimento dos trabalhadores e do excedente de mão de obra pouco escolarizada e qualificada e sem experiência prévia, fica evidente a busca por qualificação do trabalhador, tanto adulto, quanto jovem.

Especificamente em relação aos jovens em situação de vulnerabilidade social, existe uma clara dificuldade de conseguirem sua inserção no mercado de trabalho, principalmente em se tratando da busca pela primeira oportunidade profissional, pois eles não têm a experiência normalmente exigida pelas empresas e também nenhum tipo de qualificação. Diante disso, a formação profissional para indivíduos em situação de vulnerabilidade social torna-se imprescindível para o desenvolvimento de habilidades essenciais para o trabalho, sendo um ponto fundamental para a inserção qualificada no mercado de trabalho.

Comer fora de casa é cada vez mais frequente no dia a dia dos brasileiros, que tem a sua disposição uma diversidade de refeições, lanches e doces que agradam a uma diversidade de clientes cada vez mais exigentes. Nesse interim, a busca por qualidade e sabores mais elaborados tornou-se meta de um número significativo de consumidores, exigindo um cuidado crescente em todas as etapas de fabricação como nos preparos, nas escolhas de produtos, cores, aromas, além de conhecimento e criatividade. A comida tem o poder de agrupar pessoas, e, segundo Poulain (2015), a alimentação não deve ser entendida somente como uma consequência de fenômenos biológicos ou ecológicos, mas também como um dos principais fatores de estruturação da organização social, tendo assim um importante papel no desenvolvimento da autonomia, no empreendedorismo e inclusão social.

Especificamente, o setor de confeitaria e panificação vem contribuindo consideravelmente para o crescimento do *food service* no Brasil e auxilia para economia do nosso país por gerar cerca de 802 mil empregos de forma direta e 1,85 milhão de forma indireta. Apesar dessa grande disponibilidade do mercado de trabalho em absorver profissionais na área de confeitaria e panificação, ainda existe uma grande deficiência em pessoal capacitado para trabalhar nessa área, devido à limitação na qualificação profissional (OLIVEIRA *et al.*, 2013). O setor econômico de confeitaria e panificação envolve muitas indústrias e estabelecimentos

comerciais do setor da alimentação e todos necessitam de mão-de-obra especializada. Segundo Hertz (2022), idealizador da ONG Gastromotiva, internacionalmente conhecida por ofertar cursos de qualificação profissional em culinária para pessoas em situação de vulnerabilidade social, ao aprender a cozinhar, a pessoa não ganha só uma nova possibilidade de sustento, uma nova profissão, mas também uma forma de se conectar com o alimento e as relações sociais que estão implícitas no ato de comer e nutrir.

Nesse contexto, diferentes instituições e o público em geral tem procurado a universidade Feevale, seja via contato direto com o setor de extensão, com projetos de extensão já existentes, ou através do curso de Gastronomia, sinalizando uma demanda muito grande no que se refere à necessidade de qualificação técnica da comunidade mais carente para inserção no mercado de trabalho, especificamente na área de alimentos, o que impulsionou o desenvolvimento do projeto de extensão *Confeitaria e Panificação – Qualificação Para o Mercado de Trabalho*. O objetivo deste trabalho é, então, apresentar como acontecem as ações do projeto de extensão junto à comunidade da região em vulnerabilidade social.

Materiais e métodos

São atendidas, em média, trinta pessoas ao longo do semestre, divididas em grupos quando necessário, e o acesso aos beneficiados acontece via entidades parceiras do projeto. Essas entidades indicam a comunidade a ser atendida, disponibilizam o espaço físico para realização das oficinas e enviam pelo menos uma pessoa, que participa das oficinas como “multiplicadora” e tem a função de dar seguimento às ações do projeto quando o semestre e a intervenção da universidade terminam. Algumas empresas também firmam parceria com o projeto e colaboram com a doação de insumos e o principal retorno que recebem é a divulgação da empresa/marca dos produtos em ações que o projeto realiza dentro e fora da universidade.

São desenvolvidas com a comunidade pelo menos dez oficinas teórico-práticas que acontecem semanalmente nas cozinhas das entidades parceiras e eventualmente nos laboratórios de Gastronomia e Nutrição da universidade Feevale, tendo duração média de duas a três horas. Os recursos didáticos utilizados nesses momentos são elaborados em conjunto pelos professores e bolsistas do projeto e constituem em cartilhas, proposição de dinâmicas, atividades práticas de produção de alimentos específicos. Todos os insumos (ingredientes) utilizados nas oficinas práticas são fornecidos por empresas da região parceiras do projeto e pelo curso de Gastronomia.

As oficinas são desenvolvidas pelos acadêmicos e docentes da equipe do projeto em articulação com projetos e disciplinas de diferentes cursos e as temáticas abordadas são boas práticas de manipulação de alimentos, seleção de matéria-prima, equipamentos e técnicas específicas de confeitaria e panificação. Os

beneficiados que atingem 70% de participação, no conjunto das oficinas, recebem uma declaração na qual constam as atividades realizadas. Essa declaração pode ser anexada ao currículo e apresentada em uma entrevista de emprego.

Concomitantemente às oficinas, são realizadas reuniões mensais de planejamento e capacitação da equipe (professores e bolsistas) e reuniões semestrais com as entidades parceiras do projeto para formação dos grupos de trabalho e para compartilhamento dos resultados. Acontecem, também, a aplicação dos questionários relacionados a diagnóstico e avaliação das atividades, e o incentivo à produção científica dos bolsistas e alunos envolvidos nas ações do projeto. A divulgação das ações e dos resultados do projeto acontecem via redes sociais da universidade, e-mail institucional, rádio e TV Feevale e também através de matérias divulgadas em grandes canais de comunicação do estado, que procuram o projeto para divulgar suas ações.

Resultados e discussão

O projeto de extensão *Confeitaria e Panificação – Qualificação Para o Mercado de Trabalho* começou a atender a comunidade da região do Vale dos Sinos em situação de vulnerabilidade social em agosto de 2018 e, até dezembro de 2021, foram 275 beneficiados de forma direta. A equipe do projeto é constituída por professores dos cursos de Gastronomia e Nutrição e conta semestralmente com a atuação de pelo menos

dez alunos de graduação, que atuam como bolsistas de extensão e voluntários.

A Associação Beneficente Evangélica da Floresta Imperial de Novo Hamburgo – ABEFI/Ação Encontro, Associação Evangélica de Ação Social em Novo Hamburgo – AEVAS, Associação de Assistência em Oncopediatria – AMO, Criança, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Ivoti e Novo Hamburgo, Mitra da Diocese de Novo Hamburgo, Fundação Cidade do Menor São João Bosco, Associação Beneficente Mães Pobres de Novo Hamburgo, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Santa Maria do Herval e Morro Reuter, Secretaria de Desenvolvimento Social de Novo Hamburgo e Moinho Taquariense LTDA são algumas das entidades e empresas parceiras do projeto de extensão. Os representantes se reúnem com a equipe do projeto sempre no início do semestre e decidem de forma coletiva quais serão os grupos que serão atendidos. Desde a sua criação em 2018, o projeto teve pelo menos duas entidades sendo atendidas concomitantemente por semestre, tendo em vista que existe muita demanda em relação à qualificação técnica gratuita para a população em vulnerabilidade social.

Uma vez definidos os grupos, iniciam-se as oficinas, sendo que, na primeira, é feito um cadastro e um diagnóstico em relação ao conhecimento prévio que a comunidade tem sobre o assunto. As demais oficinas são elaboradas com base nesse diagnóstico e, também, de acordo com o *feedback* de cada ação realizada. A figura 1 ilustra uma oficina de confeitaria em andamento e também o produto final de uma oficina de

FIGURA 1

Oficina de confeitaria e panificação do projeto de extensão



FONTE: Banco de dados do projeto de extensão

panificação. Todos os alimentos produzidos ao longo das atividades ficam à disposição da comunidade para degustação ao final da ação.

Questões como a importância da higiene na manipulação dos alimentos, a forma correta de armazenamento e o prazo de validade dos produtos são abordadas de acordo com as receitas que são desenvolvidas. Nas ofici-

nas, são abordadas também questões como precificação dos produtos, diferença entre as matérias-primas, como podem ser feitas substituições nas receitas originais de acordo com a infraestrutura e os insumos disponíveis. Uma peculiaridade observada nos grupos atendidos até então é que a grande maioria acaba empreendendo na área, ou seja, utiliza os conhecimentos adquiridos para

FIGURA 2

Oficina sobre aproveitamento integral dos alimentos e reciclagem



FONTE: Banco de dados do projeto de extensão

FIGURA 3

Oficina sobre elaboração de currículo e entrevista de emprego



FONTE: Banco de dados do projeto de extensão

produção de alimentos de confeitaria e panificação para comercializá-los no seu bairro, entre vizinhos. A produção acaba sendo feita na própria residência das pessoas e a divulgação dos produtos é realizada de boca em boca ou através de redes sociais como o *Facebook* e o *Instagram*. Os desdobramentos aparecem pelo empoderamento da comunidade atendida, não só no que se refere ao conhecimento técnico em confeitaria e panificação, mas também à autoestima, geração de renda e autonomia financeira.

Paralelamente ao cronograma de oficinas do projeto de extensão, também são realizadas atividades interdisciplinares com outros projetos de extensão, pesquisa e disciplinas da graduação, que oportunizam aos acadêmicos que não têm vínculo direto com o projeto a oportunidade de conhecerem e atuarem junto à comunidade, como ilustram as figuras 2 e 3.

Ao final do semestre, as pessoas que participaram das ações do projeto realizam uma avaliação do mesmo e participam de uma solenidade de conclusão, em que recebem uma declaração da universidade sinalizando a participação no projeto que pode ser utilizada para fins de comprovação em uma entrevista de emprego. Também é entregue, nesse momento, uma apostila elaborada pela equipe do projeto com todas as temáticas abordadas e é realizada uma confraternização.

Em função das restrições impostas pela pandemia do coronavírus, no primeiro semestre de 2020, o projeto não atendeu a nenhum grupo e as ações foram voltadas a elaboração de um *e-book* gratuito com receitas de confeitaria e panificação baseadas só em ingredientes presentes na cesta básica. Em 2020/2 e 2021/1, as oficinas aconteceram de forma remota. Vídeoaulas ilustrando as práticas foram gravadas e disponibilizadas à comunidade, e encontros semanais on-line aconteceram para discussão da técnica e para sanar dúvidas. A viabilização do projeto nesse modelo só foi possível graças ao empenho da equipe e das entidades parceiras, que disponibilizavam telões em seus espaços para que a comunidade em vulnerabilidade social pudesse assistir e participar das formações.

Conclusão

Com a experiência vivenciada até o momento, é possível afirmar que o projeto tem tido êxito. Cada vez mais, entidades têm procurado a universidade e firmado parcerias, da mesma forma que a comunidade atendida tem sinalizado como as ações impactam positivamente em suas vidas, contribuindo para geração de renda das famílias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonor Duarte de. Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade. **Revista Bioética**, v. 18, n. 3, p. 537-548, 2010. Disponível em: https://revista-bioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/582/589. Acesso em: 15 ago. 2022.

CARMO, Michelly Eustáquia do.; GUIZARDI, Francine Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8g-CqRGg6RrNmsYn8WHv>. Acesso em 31 ago. de 2022.

FERRON, Taciana. **Vulnerabilidade social juvenil**: uma análise a partir de jovens do projoovem adolescente no município de Pato Branco – PR. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2604>. Acesso em: 15 mai. 2022.

GABATZ, Celso. Reflexões sobre exclusão e vulnerabilidade social no Brasil contemporâneo. **Sociedade em Debate**, v. 21, n. 1, p. 33-49, 2015. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1004>. Acesso em: 12 jun. 2022.

OLIVEIRA, Nathália Thaís Barbosa de.; MELO, Maria de Fátima.; OLIVEIRA, Amanda de Moraes.; SIQUEIRA, Leonardo Pereira de. Capacitação em panificação e confeitaria para trabalhadoras domésticas e donas de casa da comunidade Dom Helder Câmara, Recife/PE. *In*: JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (JEPEX), 13., 2013, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R1415-1.pdf>. Acesso em: 12 jun. de 2022.

POULAIN, Jean-Pierre. **Entering “social food space”: sociologies of food by Jean-Pierre Poulain**. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde. Página 729-738, 2015.

QUEREMOS transformar a vida de 10 milhões de pessoas por meio da alimentação. *In*: IFOOD News. [S. l.], 8 jul. 2022. Disponível em: <https://news.ifood.com.br/queremos-transformar-a-vida-de-10-milhoes-de-pessoas-por-meio-da-alimentacao/>. Acesso: 25 ago. de 2022.

NOVO OBSERVATÓRIO: um olhar sobre as condições de acessibilidade espacial das escolas municipais

AUTORES(*)

TAINARA CALABREZ
 ANGELO EYNG SAVI
 GLÁUCIA REGINA MARCHESAN
 ELAINE GUGLIELMI PAVEI ANTUNES
 RUBIA CARMINATTI PETERSON
 SARA MEDEIROS DOS SANTOS PIZZATTO
 ALINE EYNG SAVI

RESUMO

A escola tem participação na vida coletiva com a possibilidade de ensinar direitos e deveres, sendo o lugar onde a pessoa se constitui como ser pensante e questionador. Essa importância coloca a educação como direito básico a qualquer pessoa, independentemente da sua condição. Para que isso seja cumprido, são necessárias várias ações e, entre elas, está a observância dos requisitos de acessibilidade arquitetônica. Nesse cenário, insere-se o projeto de extensão *Novo Observatório*, do edital interno IES 2021/2023, cujo objetivo é verificar e classificar as condições de acessibilidade das escolas municipais de nível fundamental em Içara/SC. O universo é formado por mais de 3.400 alunos, matriculados do primeiro ao nono ano, em nove escolas, nos perímetros urbano e rural. A metodologia trata-se da avaliação pós-ocupação com o uso das planilhas de avaliação do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas. Os resultados obtidos nas primeiras três escolas destacam a dificuldade de acesso à escola, ponto relevante para muitas desistências de matrículas e consequente processo de exclusão escolar. Em uma escala maior, esses resultados evidenciam questões sociais, dado o constrangimento no acesso sem autonomia.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão universitária; acessibilidade espacial; escolas públicas municipais.

Introdução

O período escolar é uma etapa de grande importância no processo evolutivo humano, uma vez que nesse local é onde se desenvolvem as habilidades sociais de convivência, afluência da criatividade e expressão, conhecimento técnico do mundo e sociedade, o exercício da democracia, aperfeiçoamento do pensamento e amadurecimento da autonomia. Dada a importância da instituição escolar, entende-se que esse ambiente é complexo e exige aplicabilidade e compatibilização de conhecimentos diversos – entre eles, o estudo da acessibilidade espacial – para que todas as pessoas tenham seu direito à educação atendido adequadamente.

No Brasil, cabe aos responsáveis a efetivação da matrícula de crianças dos 4 aos 17 anos na rede de ensino regular, inclusive crianças com deficiência (seja visual, auditiva, motora, mental ou múltipla). Assim sendo, se faz necessário que o ambiente arquitetônico escolar dê suporte e adaptações de sua estrutura física, aporte de metodologias e tecnologias e capacitações aos seus funcionários, visando a garantia de uso adequado do espaço por uma sociedade plural, isto é, inclusão escolar (SASSAKI, 2002).

Posto isso, destaca-se que o objetivo geral do projeto extensionista denominado *Novo Observatório*, com parceria dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da Universidade do Extremo Sul Catarinense, é verificar e classificar as condições de acessibilidade arquitetônica das escolas públicas municipais em nível fundamental de Içara,

(*) **TAINARA CALABREZ:** graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Extremo Sul Catarinense; atua como discente bolsista em projetos de pesquisa e extensão da mesma universidade desde 2019; tainaracalabrez01@gmail.com. **ANGELO EYNG SAVI:** graduando do curso de Engenharia Civil na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC; atua como discente bolsista em projetos de pesquisa na mesma universidade desde 2020; angelosavi@unesc.net. **GLÁUCIA REGINA MARCHESAN:** professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, desde 2015; pós-graduada em Sustentabilidade e Eficiência Energética em Edificações; glauciamarchesan@unesc.net. **ELAINE GUGLIELMI PAVEI ANTUNES:** docente no Curso de Engenharia Civil da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, desde 2012; mestrado em Engenharia Civil (2011) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo (2019); elainegpa@unesc.net. **RÚBIA CARMINATTI PETERSON:** professora e pesquisadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, desde 2014; mestra em Arquitetura e Urbanismo (2013); rcarminatti@unesc.net. **SARA MEDEIROS DOS SANTOS PIZZATTO:** atua como docente nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Química na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, desde 2020; doutoranda em Ciência e Engenharia de Materiais; saramsp@unesc.net. **ALINE EYNG SAVI:** é professora em tempo integral no curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, desde 2009; doutora e mestra pelo Programa de em Arquitetura e Urbanismo; alineesavi@unesc.net.

em Santa Catarina, de modo a contribuir em aspectos práticos e subjetivos com o processo da inclusão escolar no que tange o espaço construído.

Apresentação do universo investigado

O contexto no qual o projeto de extensão está inserido são nove escolas públicas municipais que atendem cerca de 3.400 alunos, do primeiro ao nono ano, dispostas nos perímetros urbano e rural. Desse universo, dados do Censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2021 apontam que apenas 31% possuem acessibilidade.

O projeto está vigente entre os anos de 2021 e 2023. É financiado por edital interno nº 358/2020. O *Novo Observatório*, até o momento de submissão deste artigo, avaliou três escolas no município (quadro 1), sendo, portanto, os dados dessas instituições discutidos no presente texto.

Segundo o Censo Escolar INEP de 2021, as três escolas avaliadas estão classificadas como tendo em sua infraestrutura dependências com acessibilidade. Contudo, o conhecimento sobre acessibilidade espacial ainda não é difundido e possui uma linguagem técnica que, por muitas vezes, afasta as pessoas leigas no assunto (como a direção escolar na qual preenche a pesquisa do Censo), o que afeta diretamente a verificação minuciosa dos critérios que classificam um ambiente como acessível.

Metodologia de investigação

Posta essa situação do universo investigado, a metodologia de trabalho utilizada é a de Avaliação Pós Ocupação (APO), em que é considerada, na análise física do ambiente escolar, a situação encontrada

no dia da visita, já que, muitas vezes, as instituições precisaram fazer rápidas adaptações espaciais, das quais carecem de concepção e execução eficaz.

A obtenção dos dados no local aconteceu através do preenchimento das planilhas de avaliação que constam no *Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas*, publicado em 2009, e desenvolvido pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. Esse documento teve como objetivo “subsidiar os sistemas de ensino na implementação de uma política pública de promoção da acessibilidade em todas as escolas, conforme preconiza o Decreto-lei nº 5.296/2004” (DISCHINGER *et al.*, 2009, p. 7). Esse material foi elaborado com base na NBR 9050/2004, norma vigente na época. Contudo, a mesma foi reformulada em agosto de 2020 e, por essa razão, os quesitos de análise foram atualizados pela equipe extensionista.

No total, são dezessete planilhas e cada uma corresponde a um ambiente da escola, formando uma rota a ser percorrida, do espaço externo da rua aos ambientes internos. Cada rota possui uma quantidade de requisitos e sub-requisitos que devem ser cumpridos para que aquele ambiente seja considerado acessível (quadro 2). Para esta pesquisa, somente foram considerados como rotas: os ambientes que possam ser acessados pelos alunos, portanto, espaços como lavanderia e cozinha não fazem parte das rotas e não foram avaliados. Além do preenchimento das planilhas, produz-se um registro fotográfico para ilustrar os itens que estão em desacordo.

Após a aplicação da planilha, definiu-se, para cada rota avaliada, um Coeficiente de Acessibilidade que possibilitou identificar, em porcentagem, quais eram os requisitos que estão em conformidade com a NBR 9050/2020. Como referência, utilizou-se a fórmula presente em Dias (2016) e Mendes (2009) (equação 1).

O Coeficiente de Acessibilidade inicial de cada rota

QUADRO 1

Reprodução dos dados do Censo Escolar INEP/2021

Escola	Localização da Escola	Número de alunos	Dependências com acessibilidade
Escola 01	Rural	85	Sim
Escola 02	Rural	112	Sim
Escola 03	Urbana	781	Sim

FONTE: QEdu. Disponível em: <<https://novo.qedu.org.br>>. Acesso em: 11 agosto 2022

EQUAÇÃO 1

Coeficiente de Acessibilidade

$$\text{Coef de acessibilidade espacial} = \frac{\text{Nº de requisitos em conformidade com as normas}}{\text{Nº total de requisitos avaliados}}$$

FONTE: Dias (2016); Mendes (2009)

QUADRO 2Requisitos e sub requisitos do *Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas*

Rotas		Nº requisitos a conferir	Nº sub-requisitos a conferir
1	A rua em frente à escola	4	20
2	Do portão da escola à porta de entrada	3	21
3	Recepção e salas de atendimento	3	14
4	Corredores	2	24
5	Escadas e rampas	3	30
6	Salas de aula	1	8
7	Laboratórios e salas de artes	1	11
8	Salas de recursos multifuncional	1	12
9	Espaço da educação infantil	1	16
10	Biblioteca	1	9
11	Auditório	1	14
12	Sanitários	4	26
13	Trocadores em sanitário acessível	2	14
14	Refeitório	1	7
15	Quadra de esportes	1	8
16	Pátios	1	12
17	Parque infantil	1	18
TOTAL		31	264

FONTE: Elaborado pelos autores

foi determinado mediante a relação entre o número de requisitos em conformidade com a NBR 9050/2020 e número total avaliado, definindo-se esse coeficiente em porcentagem (DIAS, 2016; MENDES, 2009).

Após o processo de visita e preenchimento de dados seguido pelo cálculo do Coeficiente de Acessibilidade, tais informações e resultados eram compilados em um relatório produzido pela equipe extensionista, em que se utilizou de uma diagramação dinâmica com diversas imagens da escola e textos diretos que apontavam os itens em acordo e em desacordo.

Esse relatório foi entregue à direção das escolas. Estima-se que os resultados apresentados possam permitir que as escolas tomem medidas assertivas nas questões de acessibilidade. É sabido que, no projeto de ambientes infantis, é necessário avaliar criteriosamente diversos aspectos espaciais, uma vez que um ambiente bem projetado potencializa as habilidades dos usuários na ocupação do ambiente, permitindo que eles alavanquem suas habilidades enquanto os incentiva a desenvolver habilidades mais complexas, além de seu nível de desenvolvimento.

Concomitantemente às visitas técnicas nas escolas públicas municipais, a equipe está constantemente compartilhando informações em redes sociais, em que os temas abrangem a experiência extensionista, simplificação das normas técnicas e reflexões quanto aos conceitos de acessibilidade espacial nas escolas. Esse meio de comunicação se faz relevante nos dias atuais como um modo simples de contato com a sociedade em geral.

Resultados alcançados

As três escolas avaliadas responderam ter infraestrutura acessível ao Censo Escolar, o que se provou superficial ao analisar as rotas e ambientes com base nas planilhas de avaliação que, por sua vez, estão amparadas em detalhes construtivos, executivos e normativos. O cenário é semelhante nas três instituições (quadro 3), as rotas em comum que apresentam os coeficientes mais baixos são: a rua em frente à escola, pátios e sanitários.

Ao analisar a rota “a rua em frente à escola”, foram observadas as condições de acesso ao prédio da escola, desde a travessia da rua: faixa de pedestre, rebaixo de calçada e parada de ônibus. Verificou-se, também, se haviam vagas de estacionamento exclusivas da instituição e, por sua vez, se elas estavam adequadas. Por último, analisou-se a pavimentação da via e das calçadas, principalmente se essas possuem orientações de direção adequadas ou se possuem qualquer tipo de obstáculo físico (placas, degraus ou objetos).

A escola 1 é localizada no perímetro rural onde a infraestrutura pública das vias não conta com pavimentação asfáltica ou calçadas, portanto, o acesso ao prédio da instituição é difícil e não dá o suporte necessário à autonomia. A escola 2 apresentou um índice percentual baixo apesar de conter pavimentação coerente, isso deve-se ao acesso com rampas de inclinação acima da prevista em norma. A escola 3 apresentou problemas gerados pela falta de manutenção das calçadas (figura 1).

A rota “pátios” considerou em seus tópicos de análise

QUADRO 3

Reprodução dos dados do coeficiente de acessibilidade

Escola	A rua em frente à escola	Pátios	Sanitários
Escola 01	5,0%	8,3%	19,2%
Escola 02	25%	25%	19%
Escola 03	15%	25%	14%

FONTE: Elaborado pelos autores (2022)

FIGURA 1

Rota “A rua em frente à escola”: (a) Escola 1; (b) Escola 2; (c) Escola 3



(a)



(b)



(c)

FONTE: Acervo dos autores (2022)

FIGURA 2

Rota “Pátios”: (a) Escola 1; (b) Escola 2; (c) Escola 3



(a)



(b)



(c)

FONTE: Acervo dos autores (2022)

a capacidade de direcionar os alunos com segurança, e é verificado o aspecto dos pisos dos pátios internos e externos, o contraste entre diferentes pavimentações, se é possível percorrer os espaços sem obstáculos e os elementos de sinalização de saídas.

A escola 1 não possui rampa de acesso ao pátio externo, o qual não tem área pavimentada, apenas extensão de grama que resulta em um caminho desnivelado e ausência de piso tátil. O pátio interno divide espaço com o refeitório e a circulação, portanto, está repleto de obstáculos não sinalizados. A escola 2 contém um amplo pátio externo e caminhos pavimentados, porém

esses estão obstruídos e geram desníveis, já o pátio interno é amplo e possui pavimento regular, porém não há sinalização de piso ou de objetos, além do baixo contraste entre paredes e portas com este piso. A escola 3 apresenta somente pátios externos, os quais assemelham-se aos caracteres já citados. Em nenhuma das escolas analisadas há equipamentos, atividades ou mobiliários específicos para pessoas em cadeira de rodas ou baixa estatura (figura 2).

Quanto à rota “sanitários”, a análise é bastante minuciosa e voltada principalmente às questões normativas da NBR 9050. Essas especificidades de análise são

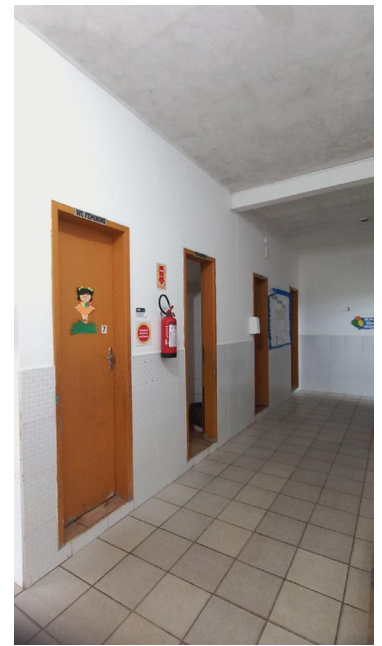
FIGURA 3
Rota "Sanitários": (a) Escola 1; (b) Escola 2; (c) Escola 3



(a)



(b)



(c)

FONTE: Acervo dos autores (2022)

necessárias para mensurar a segurança e a autonomia que os sanitários dão aos alunos com deficiência.

A escola 1 não prevê qualquer boxe de sanitário acessível e tem dimensões consideradas estreitas, como porta de 65 centímetros, quando a norma prevê 80 centímetros. A escola 2, tal qual a 1, não possui sanitário acessível e também é subdimensionado, além da existência de um degrau que divide os sanitários individuais do corredor. A escola 3 dispõe de sanitário acessível, além de espaço de chuveiro e trocador, contudo, o sanitário apresenta irregularidade nas barras de apoio e a movimentação interna é dificultada, já o boxe destinado ao chuveiro é utilizado como depósito de limpeza e o trocador não possui dimensões conforme a norma NBR 9050 (figura 3).

Considerações finais

O espaço deve permitir, por meio da maneira como está construído e das características de seu mobiliário, que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e os equipamentos com igualdade e independência na medida de suas possibilidades (DISCHINGER, *et al.*, 2009).

Um ambiente com acessibilidade espacial é ideal para todas as pessoas. Nesse caso, até mesmo os alunos sem deficiência e todo o corpo colaborativo da escola é beneficiado através da acessibilidade: os ambientes mitigam acidentes ou quedas, há equipamentos e mobiliário para todos e é possível orientar-se facilmente nos lugares.

Para a pessoa com deficiência, a acessibilidade é um direito, evita constrangimento e promove independência. Uma escola inacessível é incompleta, já que muitas pessoas são impedidas de sequer acessar o lugar. A qualidade espacial do ambiente escolar influencia diretamente no aprendizado e, na situação de pessoas com deficiência, é um fator determinante para a inclusão, pois possibilita autonomia (KOWAL-TOWSKI, 2011).

As escolas analisadas apresentaram uma acessibilidade superficial, a qual não permite que os alunos com deficiência desenvolvam suas atividades adequadamente, desde o acesso ao prédio, seja por ausência de pavimentação, rampas íngremes ou pavimento obstruído, a ausência em comum do piso tátil de direção ou alerta, difícil identificação do portão de acesso ao pátio da escola, falta de parada de ônibus e vagas de estacionamento adequadas.

O pátio, por ser um espaço de recreação e convívio essencial do ambiente escolar, é indispensável para que todos os alunos possam desenvolver atividades juntos, contudo, as situações anteriores se repetem na rota pátios, onde a dificuldade de acesso é recorrente nas três escolas, que não dão possibilidade de autonomia ou deslocamento confortável e seguro para as pessoas com deficiência em geral.

Os sanitários analisados não permitem que os alunos com deficiência o utilizem sem qualquer auxílio de terceiros, o que gera constrangimento e diminui o sentimento de autonomia da criança, fatores os quais potencializam a desistência escolar. Os sanitários estão incorretos desde a impossibilidade de acesso até as

dimensões estreitas que inviabilizam o uso confortável dos equipamentos. Os aspectos supracitados na análise das rotas “a rua em frente à escola”, “pátios” e “sanitários” repetem-se ou assemelham-se às outras rotas existentes nas escolas.

Entende-se que os critérios e situações percebidas e apontadas pela equipe extensionista entregue às escolas podem auxiliar as instituições reivindicar ao poder público municipal as modificações espaciais de maior urgência visando a permanência ou matrículas de alunos com deficiência na escola, de modo que não sejam privados do seu direito ao ambiente escolar adequado as suas necessidades e participação na sociedade.

É perceptível a importância em abordar os temas de educação e inclusão no âmbito extensionista dentro da Arquitetura e Urbanismo, curso o qual lida com conhecimentos de acessibilidade espacial, uma vez que espaços inclusivos promovem uma sociedade mais inclusiva. Se faz ainda mais necessário que isso ocorra desde o período escolar, para que colegas, professores, funcionários e responsáveis, com deficiência ou não, vivam em conjunto o ambiente da escola.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2021.

DIAS, Edmilson Q. **Acessibilidade espacial e inclusão em escolas municipais de educação infantil**. 2016. 206 f. Dissertação (Pós-Graduação) - Curso de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2016.

DISCHINGER, M. BINS ELY, V. E. M. MACHADO, R. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. 120 p.

KOWALTOWSKI, Doris. **Arquitetura escolar**: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 272 p.

MENDES, Andrezza B. **Avaliação das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em edificações em Brasília – Estudo de caso**. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SASSAKI, Romeu. A escola para a diversidade humana: um novo olhar sobre o papel da educação no século XXI. In: GUIMARÃES, T. M. (org.). **Educação Inclusiva**: construindo significados novos para a diversidade. Belo Horizonte: SEE-MG, 2002.

RASTREIO DE IDOSOS PARA TELE INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS: um relato de experiência

AUTORES(*)

ANA CLARA GODINHO ACAUAN
SAMARA QUOOS DA ROSA
VALENTINA MAYER BARBIERI

RESUMO

Em 2021, aconteceu o projeto *Acolhendo idosos em tempos de pandemia* que teve como objetivo fornecer suporte emocional gratuito por telefone para indivíduos de 60 anos ou mais que apresentaram sintomas depressivos e/ou ansiosos no enfrentamento da Covid-19. Assim, nós, acadêmicas de Medicina da UNISINOS, participamos da triagem para inclusão de idosos em uma pesquisa sobre Tele Intervenção Psicológica aplicando os instrumentos de rastreio para esses sintomas. Este trabalho tem como objetivo relatar essa experiência. Os alunos dos cursos da área da saúde se voluntariaram e foram treinados e capacitados a realizar entrevistas para inclusão e avaliações pré e pós-intervenção psicoterápica de um ensaio clínico controlado randomizado cego simples. Fizemos as avaliações "cegados" em relação a qual intervenção o participante recebeu, via telefone, no período de abril a outubro de 2021. A partir da nossa experiência e das análises das avaliações no término do projeto, vimos que a atividade impactou tanto os idosos que decidiram ligar e se submeterem aos questionários e conversas, quanto os próprios alunos que praticaram empatia e acolhimento via telefone, sem ter contato físico com os atendidos. No projeto, 132 pessoas ligaram em busca de ajuda, das quais 48 receberam intervenções. Com base nas comparações feitas pelas conversas com os idosos nas avaliações de pré e de pós-intervenção, percebemos que o apoio terapêutico psiquiátrico pareceu amenizar o sofrimento dessa população, atenuando os sintomas de ansiedade e depressão. Além disso, da perspectiva de alunas envolvidas serviu de aprendizado para nossas futuras relações com outros pacientes. Para que o acolhimento dos idosos fosse bem-sucedido e visto que o contato era feito somente através da voz, treinamos a empatia através da fala para que transmitíssemos confiança aos idosos. Este projeto fez com que sentíssemos que ajudamos aos idosos que estavam tristes ou ansiosos em função da pandemia, além de servir como um ensinamento para a nossa vida médica de como conduzir interações dialógicas difíceis com pacientes. Os espaços de fala e debate proporcionados pelo

projeto foram fundamentais, pois oportunizaram autonomia para resolução de desafios, agregando na nossa maneira de lidar com as pessoas profissionalmente.

PALAVRAS-CHAVE

Idosos; depressão; Covid-19.

Introdução

No contexto da pandemia de Covid-19, a população mundial foi encarregada de ficar em casa para que o isolamento social diminuísse o contágio do novo coronavírus. Independente de ser criança, adolescente, adulto ou idoso, todos foram prejudicados de alguma forma com o isolamento, causando um grande desgaste na saúde mental das pessoas. Os idosos foram considerados a população de maior risco de consequências mais graves do contágio, em função da vulnerabilidade à infecção grave e morte pelo declínio do sistema imunológico, assim como pela maior probabilidade de terem outras condições preexistentes de saúde.

Por esse motivo, essa parcela da população precisou de maior tempo de distanciamento físico e social, levando mais tempo para se reaproximar fisicamente de suas famílias e amigos. Outro empecilho para a população de mais idade foi que medidas restritivas privilegiaram o contato digital como meio de interlocução (por chamadas de vídeo, por exemplo). Entretanto, devemos considerar que, no geral, os idosos têm acesso mais restrito a meios digitais, têm menor familiaridade e uma certa "defasagem digital". Consequentemente, encontraram maiores dificuldades e maior risco de solidão no enfrentamento da pandemia.

Sabe-se que idosos fazem parte de uma faixa vulnerável a desfechos associados à solidão e isolamento, tais como aumento de sintomas depressivos e ansiosos, aumento do risco de suicídio, prejuízo cognitivo, insônia, irritabilidade, confusão e raiva. Com o intuito de auxiliar indivíduos idosos de forma remota, em 2021, aconteceu o projeto *Acolhendo idosos em tempos de pandemia*,

(*) ANA CLARA GODINHO ACAUAN: acadêmica de Medicina, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; ana.acauan@hotmail.com.
SAMARA QUOOS DA ROSA: acadêmica de Medicina, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; samaradarosa@yahoo.com.br.
VALENTINA MAYER BARBIERI: acadêmica de Medicina, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; valentina.barbieri@hotmail.com.

promovido pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCS-PA) para o fornecimento de suporte emocional gratuito para pessoas de 60 anos ou mais, a partir de atendimentos telefônicos.

O projeto teve como base um trabalho de conclusão de curso de uma médica residente de Psiquiatria da UFCS-PA, que queria desenvolver e avaliar a efetividade de tele intervenções psicoterápicas cognitivo comportamentais e psicoeducacionais no manejo de sintomas depressivos e/ou ansiosos manifestados por idosos durante a pandemia. Inicialmente, no estudo, foram aplicados instrumentos validados para detecção de sintomas de ansiedade e depressão e, a partir desse momento, acadêmicos de outras instituições participaram do projeto, incluindo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Este artigo tem o objetivo de relatar a experiência nessas condições de contato telefônico com os idosos, os quais contribuíram com histórias ricas de como estavam lidando dia a dia nesse período de medos e incertezas.

Metodologia

O projeto de extensão *Acolhendo idosos em tempos de pandemia* iniciou com o objetivo de ser a base para o trabalho de conclusão de uma médica residente de Psiquiatria da UFCS-PA. O desenho do TCC foi um ensaio clínico controlado randomizado cego simples, que coletou seus dados no período de abril a outubro de 2021. Eram feitos anúncios em mídias sociais (televisão, rádio, jornal, redes sociais) de abrangência predominantemente local e regional. Nessa divulgação, o atendimento psicoterápico por telefone foi divulgado e oferecido de forma gratuita a pessoas com 60 anos ou mais que estivessem se sentindo tristes, ansiosas ou sozinhas, durante e devido à pandemia, através de um número de telefone 0800. Essas pessoas deveriam ligar para o número informado a fim de responderem questionários a partir dos quais seriam incluídos ou excluídos do estudo. Para isso, os acadêmicos dos cursos da área da saúde se voluntariaram para receber treinamentos dos coordenadores do estudo da UFCS-PA, para que fossem capacitados a conduzirem os questionários supracitados.

Os treinamentos e atendimentos simulados, que ocorreram nessa primeira etapa, serviram essencialmente para que se conseguisse transmitir empatia via telefone e, apesar da falta do contato “olho no olho”, fosse o suficiente para criar vínculo com o idoso. Verificava-se, então, se o(a) idoso(a) possuía os critérios de inclusão: ter 60 ou mais anos; ter um rastreio positivo para sintomas depressivos e/ou ansiosos leves a moderados, sendo que esses sintomas necessitavam ter apresentado piora devido ao contexto da pandemia pelo novo coronavírus. Caso possuísse os critérios de exclusão, lhe era comunicado e explicados os motivos pelos quais não receberia as tele intervenções psicoterápicas, visto que eram destinadas aos casos de depressão grave, risco de suicídio, analfabetismo, prejuízo auditivo moderado a grave, prejuízo cognitivo, dependência de terceiros por quaisquer razões clínica ou psiquiátrica, uso abusivo ou transtorno por uso de substâncias psicoativas (exceto tabaco), sintomas

psicóticos, maníacos, estar em algum tipo de psicoterapia ou estar em ajuste de dose de psicofármacos (foram incluídos os idosos que estivessem com a mesma dose há pelo menos 2 meses).

Durante a avaliação pré-intervenção, o foco principal era compreender se a pessoa idosa que estava ligando havia percebido alguma mudança no comportamento/emoções devido à situação da Covid-19 e, confirmando-se, aplicavam-se os seguintes instrumentos: versão brasileira do MEEM (Mini Exame do Estado Mental); GAI-SF (versão abreviada – short form – da *Geriatric Anxiety Inventory*); PHQ-9 (*Patient Health Questionnaire-9*); questões sobre uso de psicofármacos/psicoterapia; questões clínicas acerca de risco de suicídio e sintomas psicóticos baseados na questões da MINI (*Mini International Neuropsychiatric Interview*); escalas AUDIT (*Alcohol Use Disorders Identification Test*) e CAGE (acrônimo para *Cut, Annoyed, Guilty and Eye opener*). Após terem sido incluídos no estudo, os participantes respondiam às escalas GAI (*Geriatric Anxiety Inventory*, com 20 itens) e GDS (*Geriatric Depression Scale*, com 15 itens) antes de serem alocados randomicamente para o tipo de intervenção que receberiam (Terapia Cognitivo Comportamental ou psicoeducação). Foram quatro momentos nos quais os idosos tiveram contato com terapeutas e, após, os mesmos instrumentos foram reaplicados pelos alunos, dois dias após o último encontro e após 30 dias, concretizando, assim, as avaliações pós-intervenção. Adicionalmente, uma impressão global sobre a satisfação com o tratamento, em uma escala de 0 a 10, foi obtida.

Impacto na comunidade

O projeto recebeu um total de 132 ligações de idosos no período de abril até outubro de 2021. Foram avaliados, por telefone, 48 participantes que se enquadraram nos critérios de inclusão e foram selecionados para o estudo. Desses 48, 25 foram aleatoriamente designados para o braço de intervenção de terapia cognitivo comportamental e 23 para o braço de intervenção de psicoeducação. A idade dos participantes variou de 60 a 87 anos ($70,59 \pm 7,19$ média/DP) e a escolaridade (em anos de estudo) de 3 a 20 ($10,37 \pm 4,34$ média/DP). A maior parte da amostra foi do sexo feminino (81,6%).

Com esses números e junto aos comentários de satisfação dos idosos ao final, na pós-intervenção, o estudo evidenciou que intervenções psicoterápicas breves e estruturadas por telefone resultaram em melhora significativa dos sintomas depressivos e de ansiedade nos idosos enfrentando a pandemia Covid-19. A efetividade de psicoterapias no tratamento de depressão e ansiedade somada a uma simples conversa direcionada para o indivíduo já são bem estabelecidas. Contudo, a avaliação de intervenções feitas por telefone para uma população especial (idosos) e em um contexto especial (enfrentamento da pandemia) foi impactante. Idosos estavam em maior vulnerabilidade nesse período e contavam com menos recursos para enfrentarem as medidas restritivas impostas pela pandemia. Nessas situações, bem como em outras que restrinjam o acesso dessa população a

tratamentos (tais como morar em área onde não se tem acesso à psicoterapia presencial ou apresentar limitações físicas para deambulação), é relevante saber que essa parcela das pessoas pode se beneficiar de intervenções, mesmo que por telefone.

Cada ligação foi um momento de troca de experiências e desafios. Como já citado anteriormente, mesmo sendo os idosos os que tiveram mais dificuldades de enfrentar o isolamento social, todas as pessoas estiveram face, em maior ou menor grau, a situações desafiadoras ao longo da pandemia. As conversas que, em termos práticos, seriam a aplicação do questionário, quando conduzidas com empatia, criavam uma maior abertura para que as pessoas atendidas se sentissem acolhidas. Muitos questionamentos delicados, tal como “você pensa em acabar com a sua vida?”, tinham necessidade de serem realizados, contudo, ajudava as pessoas em atendimento a situarem e externalizarem suas inquietações. Muitos relatavam depressão ou desânimo e, após questionados sobre esses tópicos, as pessoas mencionavam o desejo de continuarem vivas e ficavam esperançosos de que, com a terapia, conseguiriam melhorar a autoestima.

O abandono familiar foi outro tópico levantado pelos idosos, já que muitos filhos e netos eram incentivados a não se encontrarem presencialmente com os mais velhos para que não houvesse o risco de transmissão da Covid-19. Essa preocupação, todavia, se apegunava frente às aflições relatadas pelos indivíduos atendidos. Para essas pessoas, um telefonema como demonstração de empatia e confiança fazia com que as ligações tivessem, muitas vezes, mais de uma hora de duração, visto que os pesquisadores eram percebidos como os amigos que lembravam deles. Chorar ao telefone foi algo comum, e era possível somente darmos o espaço para tais manifestações, com o intuito de que os idosos pudessem transmitir esses sentimentos e, dessa forma, fossem respeitados.

O grupo de plantão girou em torno de 20 alunos, organizados a partir de uma tabela de horários, para que sempre houvesse disponibilidade de atendimento às ligações. Esse projeto impactou tanto os idosos que decidiram ligar e se submeterem aos questionários e conversas, quanto os próprios alunos que praticaram empatia e acolhimento via telefone, com o objetivo de amenizar o sofrimento dessa população, atenuando os sintomas de ansiedade e depressão e resultando em aspectos promissores do ponto de vista salutar. Além disso, da perspectiva de alunas envolvidas, percebemos que esses atendimentos, nos quais foi necessário transparecer segurança e confiança para que as pessoas expusessem seus sentimentos e angústias, serviram de aprendizado para nossas futuras relações com outros pacientes.

Conclusão

A pandemia evidenciou a necessidade e a possibilidade de ter contato com pacientes remotamente, e este projeto, no geral, concluiu que isso pode ser efetivo. Fez com que sentíssemos que ajudamos, dentro das possibilidades, essas pessoas que estavam tristes e deprimidas em função da pandemia, além de servir como um ensinamento

para a nossa vida médica de como conduzir interações dialógicas difíceis com pacientes. Os espaços de fala e debate proporcionados pelo projeto foram fundamentais, na medida em que nos oportunizaram autonomia para resolução desses desafios, agregando na nossa maneira de lidar com as pessoas profissionalmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, OP; ALMEIDA, SA. **Confiabilidade da Versão Brasileira da Escala de Depressão em Geriatria (GDS): versão reduzida**. Arquivos de Neuro-Psiquiatria, v. 57, n. 2B, p. 421-426, jun. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/Bdpjn6hWZz45CbmLQTt95pw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BYRNE, GJ; PACHANA, NA. Development and validation of a short form of the Geriatric anxiety inventory – the GAI-SF. **International Psychogeriatrics**, v. 23, p. 125-131, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1041610210001237>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CAMOZZATO, AL; KOCHHANN, R; GODINHO, C; COSTA, A; CHAVES, ML. Validation of a telephone screening test for Alzheimer’s disease. **Neuropsychol Dev Cogn B Aging Neuropsychol Cogn**, v. 18, n. 2, p. 180-194, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13825585.2010.521814>. Acesso em: 12 jul 2022.

KROENKE, K; SPITZER, RL; WILLIAMS, JB. The PHQ-9: validity of a brief depression severity measure. **J Gen Intern Med**, v. 16, n. 9, p. 606-613, 2001. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1495268/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

MASSENA, PN; ARAÚJO, NB; PACHANA, N; LAKS, J; PÁDUA, AC. Validation of the Brazilian Portuguese Version of Geriatric Anxiety Inventory – GAI-BR. **International Psychogeriatrics**, v. 27, n. 7, p. 1113-1119, 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-psychogeriatrics/article/abs/validation-of-the-brazilian-portuguese-version-of-geriatric-anxiety-inventory-gaibr/A5098766FA04AF80F-238D13CAF10FFD5>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MASUR, J; MONTEIRO, MG. Validation of the “CAGE” alcoholism screening test in a Brazilian psychiatric inpatient hospital setting. **Braz J Med Biol Res**, v. 16, n. 3, p. 215-218, 1983. Disponível em: <http://europepmc.org/article/MED/4416585>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MÉNDEZ, EB. **Uma versão Brasileira do AUDIT** (Alcohol Use Disorders Identification Test). 1999. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia) – Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1999. Disponível em: <https://www.epidemiologia.ufpel.br/uploads/teses/Brod%20Mendez%201999%20Dissert.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2022.

CEDUCA-DH: oficinas de criatividade via ensino remoto com migrantes durante o período de pandemia

AUTORES(*)

VÍTOR MACEDO

LAURA RIBERO RUEDA

RESUMO

O presente artigo tem como base as experiências vividas com migrantes participantes do projeto integrado CEDUCA-DH – Centro de Educação em Direitos Humanos, da Universidade Feevale, dentro das oficinas de *Criatividade*, durante o segundo semestre de 2020 e o primeiro de 2021. Por conta da pandemia da Covid-19 e da necessidade do distanciamento social, as oficinas que, desde 2016, aconteciam de forma presencial, foram realizadas por meio do ensino remoto através da plataforma on-line *Google Meet*, também sendo encaminhados vídeos com atividades para o grupo no *WhatsApp* dos participantes. Além das oficinas de *Criatividade*, o projeto conta com oficinas de *Realidade Brasileira* e *Legislação, Língua Portuguesa e Psicologia*. Durante os dois anos de pandemia, as oficinas contaram com uma média quinze de participantes dos seguintes países: Venezuela, Colômbia, Senegal, Haiti e Palestina. As oficinas partiam do princípio de propiciar voz aos migrantes com o objetivo de diálogo entre a sua cultura natal e a cultura brasileira. Algumas temáticas trabalhadas nas oficinas foram, por exemplo, *Lembranças* e *Músicas Regionais*. Diversas linguagens artísticas foram utilizadas nos encontros, como música e desenho, e também se trabalhou de forma interdisciplinar utilizando palavras para nortear produções fotográficas, em que se escolhia uma palavra entre os participantes e, posteriormente, na oficina de *Língua Portuguesa*, se ensinava acerca dos sentidos e usos da palavra, depois eram realizadas as fotografias.

PALAVRAS-CHAVE

Plataformas digitais; ensino remoto; pandemia; migrantes; projeto de extensão.

Introdução

A sociedade tem vivido mudanças estruturais nos âmbitos sociais, econômicos e culturais desde 1991, em função do avanço da internet e suas ferramentas, que passaram a adentrar o cotidiano dos cidadãos. Se torna evidente que tais efeitos tornaram realidade a sociedade da informação (LÉVY, 2010). A ascensão da pandemia de Covid-19 fez com que se acelerasse cada vez mais a utilização dessas tecnologias, já que os cidadãos tiveram que fazer o distanciamento social para que a curva de contaminação diminuísse e, uma vez em casa, tais tecnologias se tornaram fundamentais para a realização de tarefas básicas. Muitos setores da sociedade foram afetados pela pandemia, a educação utilizou de plataformas e recursos digitais para dar continuidade no ensino nos mais diversos níveis. Do ensino básico à extensão nas universidades, foi necessário adaptar as aulas para o formato remoto emergencial (BEHAR, 2020), para além da metodologia nos encontros, a adaptação ocorreu no cotidiano dos participantes que passaram a interagir dentro do formato on-line.

Os primeiros meses da pandemia e do ensino remoto podem ser considerados laboratórios, no quais foram exploradas diversas possibilidades para dar a continuidade ao ensino. A educação nos mais diversos níveis, então, necessitou abraçar a nova realidade com perspectivas que divergiam do contexto pré-pandêmico. Plataformas digitais passaram a fazer a ponte entre educando e educador para que a construção do ensino seguisse ao longo desse período tão delicado.

O projeto integrado CEDUCA-DH, da Universidade Feevale, atende migrantes de diversas nacionalidades com oficinas interdisciplinares desde 2016. Durante o período de pandemia, também modificou as formas dos encontros, entretanto, diferente dos alunos que estão

(*) **VÍTOR MACEDO:** bolsista integral PROSUC/CAPES e bolsista de aperfeiçoamento científico do Centro de Educação em Direitos Humanos – CEDUCA – DH; mestrando em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale/RS; pós-graduando em Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSUL; graduado em Artes Visuais Licenciatura pela Universidade Feevale/RS; vitor.macedo_@hotmail.com. **LAURA RIBERO RUEDA:** doutora em Artes Visuais pela Universidade de Barcelona, Espanha. pesquisadora e professora da Universidade Feevale/RS, atuando como professora permanente no PPG em Processos e Manifestações Culturais e nos cursos de Artes Visuais e Fotografia. Participa no projeto integrado Centro de Educação em Direitos Humanos – CEDUCA – DH. Professora e pesquisadora colaboradora na Universidade de Murcia, Espanha; laurarueda@feevale.br.

nos cursos regulares e que possuem, na sua maioria, conexão estável de internet e ferramentas para acesso, os participantes do projeto de extensão estão em situação de vulnerabilidade social. Fato que fez com que, por exemplo, fossem utilizadas plataformas de videochamadas mais leve como o *Google Meet* ao invés de outras como *Blackboard* ou *Microsoft Teams* que a Universidade Feevale utiliza com os alunos dos cursos regulares. Essa limitação se torna mais evidente para áreas como das Artes Visuais que necessitam de uma construção do fazer artístico de forma presencial, pois, muitas vezes, mesmo em contextos de ensino, não há materiais para a produção de arte e, considerando a realidade dos migrantes, se torna ainda mais difícil realizar as propostas. A partir do desafio de manter propostas de Artes Visuais por meio da oficina de *Criatividade* durante o período de pandemia, desdobra-se este relato. Os autores utilizados para a construção metodológica e conceitual deste trabalho no tema de arte/educação, ensino e pandemia, foram Barbosa (2000), Barbosa e Amaral (2008), Barreto (2020), Behar (2020), Duarte Jr. (2012) e Fernandes, Hens e Kist (2020).

Projeto CEDUCA-DH: Contextualização das oficinas interdisciplinares com migrantes

O público participante deste relato é o grupo de migrantes do Centro de Educação em Direitos Humanos – CEDUCA-DH, da Universidade Feevale. Em 2014, estavam chegando migrantes de contextos diferentes das migrações históricas do município de Novo Hamburgo, de países como Senegal e Haiti. A grande maioria dessas pessoas estava em situações extremas de sobrevivência. Até então, não existiam políticas públicas para atender migrantes e refugiados. Assim que chegavam, essas pessoas buscavam auxílio nas prefeituras, porém o primeiro problema existente era a barreira linguística, uma vez que a maioria não falava português. Dessa forma, a prefeitura do município apresentou, para a Universidade Feevale, a necessidade de auxílio com a comunicação entre os imigrantes e a comunidade. A partir disso, desenhou-se o projeto em questão, para o qual os próprios imigrantes foram e são centrais para a sua construção, pois foi a partir deles que surgiram as demandas e sugestões em torno das atividades. Destaca-se a participação de um senegalês que teve papel fundamental na elaboração das propostas nas primeiras reuniões entre a Universidade Feevale e o poder público, tornando o projeto mais significativo para a realidade dos migrantes e refugiados que estavam chegando na região do Vale dos Sinos.

A partir de 2016, começaram a ser oferecidas oficinas semanais para os migrantes e refugiados da comunidade da região do Vale dos Sinos, tendo como base do projeto a oficina de *Língua Portuguesa* junto a propostas interdisciplinares com as áreas da História, Direito, Pedagogia, Psicologia e das Artes Visuais. Atual-

mente, o projeto possui uma média de 50 participantes inscritos, tendo semanalmente a base de 15 alunos presentes nas oficinas que acontecem remotamente, de diversas nacionalidades, como Senegal, Venezuela, Haiti, Turquia, Colômbia, Palestina e Filipinas. Até o ano de 2018, as oficinas de *Artes Visuais* tinham como linguagem central a fotografia. O objetivo era apresentá-la como uma forma de expressão e fruição artística, também como uma ferramenta de uso prático para o dia a dia. As propostas de oficinas entrelaçavam o lúdico, a expressão, afeto e de utilitário. Os exercícios variavam desde o *lighting painting*, *selfies*, fotografia 3x4 e fotos temáticas, como Natal e outras festividades, já que a maioria não possuía esse tipo de registro com sua família. Porém, em 2020, com a proliferação da Covid-19 e a necessidade do distanciamento social para evitar ainda mais o contágio do vírus, as oficinas com migrantes passaram a acontecer em formato remoto emergencial.

Segundo Behar (2020), o ensino remoto é caracterizado por acontecer de modo que os docentes e os educandos não dividam o mesmo espaço geográfico, porém interação de forma on-line. Por conta da necessidade em adaptar as aulas do dia para a noite em função da pandemia de Covid-19, caracteriza-se, então, como ensino remoto emergencial. Importante diferenciar da educação a distância (EaD) ou do ensino híbrido, termos que são, muitas vezes, erroneamente usados. Na EaD, as aulas são realizadas de forma assíncrona, ou seja, conteúdos e materiais são disponibilizados, compartilhados e acessados em tempos diferentes, de forma que professores/educadores e educandos interagem em tempos distintos. Já o ensino híbrido utiliza de metodologias pedagógicas que mesclam ensino presencial e on-line, sem diferenciar as abordagens e conteúdo (BEHAR, 2020). Sendo assim, as oficinas que anteriormente focavam na fotografia passaram a ser realizadas de forma não presencial, o que ocasionou uma reformulação de propostas. A partir de então, as oficinas de fotografia passaram a ser chamadas de oficinas de *Criatividade* e ampliaram as linguagens artísticas contempladas nas atividades.

Durante os primeiros meses de pandemia, os encontros on-line foram, de certo modo, um laboratório experimental em que iria se descobrindo, aos poucos, quais as melhores abordagens e propostas a serem realizadas, por exemplo, práticas artísticas necessitam tanto de um olhar atencioso do educador quanto de materialidades, uma vez que, muitas vezes, não são acessíveis em sala de aula e muito menos nas residências dos participantes/estudantes.

Trabalhar o fazer artístico e o acesso da arte através de *smartphones* pode ter grande valia no âmbito da arte/educação como uma nova de criar e de democratizar a arte (MACEDO; RUEDA; SANT'ANNA, 2022), porém, no que diz respeito a produção artística dos migrantes participantes do projeto, houve pouca adesão em propostas como o desenho, pois muitas vezes o material não estava a disposição ou as câmeras não eram ligadas, assim os resultados não podiam ser vistos pelos professores. Sendo assim, há uma necessidade

de planejar propostas voltadas ao ambiente on-line e não apenas transpô-las do presencial para o digital, uma vez que deve se considerar as experiências dos educandos/educadores dentro desses ambientes (FERNANDES; HENN; KIST, 2020). Fato que, em um primeiro momento, foi de grande dificuldade para os professores proponentes de aulas em formato on-line, pois não estavam adequados às linguagens e dinâmicas da internet, já que, anterior ao período de pandemia, a maioria não era produtor ou mesmo crítico, no sentido de ler, compreender e utilizar conteúdos digitais ou mesmo tecnologias digitais em sala de aula (BARRETO; ROCHA, 2020).

Para além da adaptação metodológica para alcançar os migrantes durante o período pandêmico, foi necessário modificar a plataforma de ensino. A Universidade Feevale utiliza das plataformas de ensino como o *Blackboard* e *Microsoft Teams*, sendo o primeiro usado em aulas tanto na graduação e ensino básico, enquanto a segunda é voltada para reuniões ou encontros on-line de projetos de extensão. Utilizou-se, então, do *Google Meet* para realizar as oficinas, que, apesar de não possuir de ferramentas pedagógicas semelhantes às plataformas citadas, foi a mais fácil de ser acessada pelos migrantes, uma vez que a maioria não possui *Wi-Fi* e é dependente de pacotes de dados móveis. Ao realizar essas modificações, a extensão se tornou mais próxima da comunidade e pôde dar continuidade às vivências com migrantes levando as oficinas para dentro das casas dos participantes. Presencialmente, os educandos e educadores podem estar fisicamente próximos, mas, ao mesmo tempo, pedagógica e psicologicamente distantes, porém através de encontros remotos, mesmo com a distância geográfica, pode-se estar muito mais próximo e ocorrer um ensino-aprendizagem muito mais significativo (BEHAR, 2020).

Oficina de Criatividade: Abordagens de arte/educação com migrantes

As oficinas relatadas aqui aconteceram no segundo semestre de 2020 e no primeiro de 2021 e partiam do princípio de propiciar voz aos migrantes com o objetivo de trazer diálogo entre a sua cultura natal e a cultura brasileira. Uma característica importante para a construção das atividades foi que a assiduidade dos participantes variava bastante, isso é, muitas vezes, o migrante que participava de um encontro poderia não estar no seguinte. Sendo assim, o planejamento deveria ser flexível para atender a todos que estivessem presentes.

Durante o primeiro ano, quando iniciou a pandemia da Covid-19 e os encontros passaram a acontecer de forma remota, foram realizadas oficinas com as temáticas, por exemplo, de *Lembranças* e *Músicas Regionais*. No início desse período, foi trabalhada uma dinâmica com palavras escolhidas pelos migrantes que fossem significativas para o momento de isolamento. Então, de forma interdisciplinar, utilizava-se as palavras para

nortear produções fotográficas e, posteriormente, na oficina de *Língua Portuguesa*, ensinava-se acerca dos sentidos e usos da palavra. Para além dos resultados das fotografias, o intuito dessa e das demais propostas era criar um ambiente de afeto e significativo através da arte em conjunto com o ensino da Língua Portuguesa. Porém, o engajamento da prática acabava sendo baixo, pois demandava tempo dos migrantes as realizarem ao longo da semana. Sendo assim, foi necessário repensar o formato das propostas.

O contexto da maioria dos migrantes participantes é de grande carga de horário de trabalho, dessa forma, a adequação de não ser necessário o tempo ao longo da semana para fazer produções foi de grande valia. A partir de então, as práticas aconteceram durante o próprio encontro, ampliou-se a fruição e o fazer artístico para música e exercícios rítmicos, também sendo trabalhada a cultura brasileira de forma interdisciplinar. Para a realização dessas práticas, utilizou-se da proposta triangular de Ana Mae Barbosa (2000; 2008), que consiste em fazer a leitura e fruição de obras, posteriormente sendo contextualizada e realizado o fazer artístico. Foram diversas músicas e diferentes ritmos da cultura brasileira apresentadas, como a música *Andar com Fé* de Gilberto Gil. Primeiramente, foi apreciada a música com o intuito de fruir a obra e instigar a escuta dos migrantes em relação a palavras do português junto com uma leitura da letra da música. Em seguida, falou-se sobre esses significados e, também, sobre o artista, finalizando com um exercício rítmico que acompanhasse a música. Assim, foi realizada uma viagem pela cultura brasileira por intermédio de músicos que marcaram a história como Sivuca e Luiz Gonzaga junto a artistas e grupos da região como Monique Britto, 50 Tons de Pretas e da Orquestra Feevale.

A partir dessas modificações, as oficinas passaram a ter uma participação e troca mais ativa por parte dos migrantes, mesmo em propostas mais expositivas, a fala dos participantes se tornou mais presente, possibilitando propostas de temas norteadores como *Lembranças*, cuja palavra foi escolhida pelos migrantes durante a pandemia, em que se compartilhou acerca de momentos longínquos de infância e da terra natal dos participantes. A horizontalidade desenvolvida ao longo dos encontros fez com que a construção dos temas trabalhados partisse de alguns assuntos desejados pelos próprios migrantes, solidando ainda mais o objetivo de criar um ambiente de trocas para as oficinas. Segundo Duarte Jr. (2019), a arte/educação para além do ensinar sobre arte é fazer uma educação por meio do sentir, por mais difícil que tenha sido o começo, a arte nos encontros remotos alcançou os migrantes e fez sentir.

Como encerramento das atividades do ano de 2021, foi realizada, em formato digital, a segunda edição da exposição *Conexões*. A mostra tem como base os laços de amizades e afeto dos participantes do projeto tendo o objetivo de quebrar estereótipos associados a migrantes. Durante os dois anos em que os encontros aconteceram de modo remoto, as propostas possuíam como fio norteador criar um ambiente de afeto e trocas

para que acontecesse um intercâmbio cultural entre os oficinairos e os participantes do projeto. Através de diversas linguagens artísticas e de diálogo horizontal, foi possível aproximar e quebrar barreiras idiomáticas entre os indivíduos participantes dos encontros.

Considerações finais

Com a repentina instalação da pandemia, as plataformas adentraram o contexto da educação e, de certo modo, a transformaram tanto com soluções quanto mudanças que têm se tornado cada vez mais presentes. As plataformas digitais já se faziam presentes em outros contextos, entretanto, a entrada delas na educação fez com que tanto professores quanto alunos encontrassem uma nova demanda. Assim, nesse novo contexto que não remete apenas a educação, o uso das plataformas digitais se perpetuou após o período mais crítico da pandemia, fazendo com que tanto professores quanto alunos e instituições precisassem se adequar a essa nova realidade, que perpassa benefícios e acarreta determinadas perdas.

Pode-se considerar que a experiência com a modificação do formato de ensino fez com que, em um primeiro momento, houvesse frustração por parte da oficina de *Criatividade*, já que um dos principais pilares do ensino de artes, o fazer artístico, acabou sendo limitado. Porém, para além de uma restrição, é possível fazer uma leitura de novas possibilidades do ensino de artes em formato remoto com os migrantes. Entendeu-se que as propostas voltadas ao ambiente on-line deviam respeitar o tempo e o contexto dos migrantes participantes do projeto, de forma que as práticas artísticas se transformaram em atividades dentro da própria aula e que não poderiam depender de materiais para serem realizadas. Um fator muito positivo do formato remoto é a acessibilidade de migrantes que não moram mais na região do Vale dos Sinos e puderam participar das oficinas de outras localidades.

Em um primeiro momento, talvez, a prática necessite de mais tempo para ser repensada e colocada futuramente nas oficinas, mas o que se percebe é uma ampliação da importância da arte em momentos de isolamento, principalmente, para sujeitos que não se sentem pertencentes por serem de outros contextos. O que se torna evidente é que, para além de realizar atividades, projetos de extensão como o CEDUCA-DH modificam abordagens e metodologias para se adap-

tares à realidade da comunidade em que estão em contato, e não o contrário, uma vez que a educação, independentemente do nível ou formato, deve alcançar os participantes, pois sem eles não haveria o porquê da educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae, Amaral Lilian. **Interterritorialidade: mídias, contextos e educação**. São Paulo: SENAC/ SESC-SP, 2008. 235p.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte, educação e cultura**. In: PORTAL Domínio Público. [S. l., 2022?]. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84578. Acesso em: 19 jun. 2020.

BARRETO, Andreia Cristina Freitas; ROCHA, Daniele Santos. COVID 19 e Educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. **Revista Encantar – Educação, Cultura e Sociedade – Bom Jesus da Lapa**, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BEHAR, Patricia Alejandra. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. In: UFRGS. [Porto Alegre], 6 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 15 abr. 2022. DUARTE, João-Francisco Jr. **Por que arte-educação?**. Campinas: Papirus Editora, 2019.

FERNANDES, S. M.; HENN, L. G.; KIST, L. B. Distance learning in Brazil: some notes. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e21911551, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1551>. Acesso em: 31 maio. 2021.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 270 p.

MACEDO, V.; RUEDA, L. M. R.; SANT'ANNA, D. B. . "Um Satélite na Cabeça": possibilidades de linguagens audiovisuais à distância em contexto de pandemia. **Revista Digital do LAV**, [S. l.], v. 15, p. e7/01–20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/66255>. Acesso em: 26 jul. 2022.



**Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS**

+55 (51) 3591 1122
www.unisinos.br

Campus São Leopoldo
Av. Unisinos, 950 - Cristo Rei

Campus Porto Alegre
Av. Dr. Nilo Peçanha, 1600, Boa Vista



**INSTITUTO PARA
INOVAÇÃO EM
EDUCAÇÃO**



UNISINOS